

*revista brasileira de*  
SEXUALIDADE HUMANA

volume 17 nº 2 2006

*revista brasileira de*  
SEXUALIDADE  
HUMANA

  
sbrash

Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana

REVISTA BRASILEIRA  
DE SEXUALIDADE HUMANA

REVISTA BRASILEIRA  
DE SEXUALIDADE HUMANA

**Volume 17 - Número 2 - Julho a Dezembro de 2006**  
**SBRASH - Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana**  
**Iglu Editora Ltda. - São Paulo - SP**



**SBRASH**  
**Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana**

**Diretoria da SBRASH para o Biênio 2005/2007**

PRESIDENTE: Oswaldo Martins Rodrigues Jr. (SP)  
VICE-PRESEIDENTE: Maria do Amparo Caridade (PE)  
SECRETÁRIO GERAL: Hugues Costa de França Ribeiro (SP)  
TESOUREIRO: Ângelo Almansa Monesi (SP)  
DIRETORA DE PUBLICAÇÕES: Ana Cristina Canosa Gonçalves (SP)  
DIRETORIA DE RELACIONAMENTO COM OS ASSOCIADOS: Zenilce Vieira Bruno (CE)  
DIRETOR DE CERTIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO: Jorge José Serapião (RJ)

**Conselho Deliberativo – Biênio 2005/2007**

Jaqueline Brendler (RS)  
Márcio Ruiz Schiavo (RJ)  
Maria do Carmo de Andrade e Silva (RJ)  
Paulo Roberto Canella (RJ)  
Pedro Jurberg (RJ)  
Ricardo da Cunha Cavalcanti (BA)  
Raquel Simone Varaschin (PR)

**Comitê Científico – Biênio 2005/2007**

Carmita Abdo (SP)  
Celso Marzano (SP)  
Helena Theodoro (RJ)  
José Carlos Reichelmann (SP)  
Marize Bezerra (RJ)  
Rita de Cássia Araújo A. Mendonça (RN)  
Luiz Otávio Torres (MG)  
Maria Lucia Badaloti Tavares (PR)  
Balbina Lemos (BA)  
Mariluzza Terra Silveira (GO)  
Eliane Picoli Zondan (RS)

**SBRASH**

Caixa Postal 28236 – Cep 01234-990, São Paulo, SP.  
Tel.: (0xx11) 3662-4501 Site: [www.sbrash.org.br](http://www.sbrash.org.br) – E-mail: [sbrash@sbrash.org.br](mailto:sbrash@sbrash.org.br)

**REVISTA BRASILEIRA DE SEXUALIDADE HUMANA**

*Órgão Oficial de Divulgação Científica da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH)*

DIREÇÃO: Marcio Ruiz Schiavo (RJ)  
EDITORA GERAL: Ana Cristina Canosa Gonçalves (SP)  
EDITOR ASSISTENTE: Paulo Roberto Bastos Canella (RJ)  
EDITOR ASSISTENTE: Hugues Costa de França Ribeiro (SP)

**INDEX**

ISSN 0103-6122 *Periódico indexado em: Edubase (Faculdade de Educação/UNICAMP – São Paulo/Brasil)*

**Conselho Editorial da Revista Brasileira de Sexualidade Humana**

Tereza Cristina Fagundes (BA) – UFBA	Pedro Junberg (RJ) – UGF
Maria Alves de Toledo Bruns (SP) – USP	Mary Neide D. Figueiredo (PR) – UEL
Maria Virginia Grassi (PR) – UFPR	Mauro Cherobim (SP) – UNESP
Paulo Rennes Marçal Ribeiro (SP) – UNESP	Elucir Gir (SP) – USPPR
Fernando Teixeira (SP) – UNESP	Marcelo A. Tonietle (SP) – USP
Sonia Mello (SC) – UDESC	João Benévolo (RN) – UFRN

**REDAÇÃO E ENVIO DE ORIGINALS**

A/C Editora Geral: Ana Cristina Canosa Gonçalves  
Rua Comendador João Gabriel, 67  
04052-080 Mirandópolis São Paulo, SP.

**PRODUÇÃO EDITORIAL**

Iglu Editora Ltda.  
Rua Duílio, 386 – Tel: (0xx11) 3873-0227  
05043-020 São Paulo, SP

**PROJETO GRÁFICO E CAPA**

Comunicarte Agência de Responsabilidade Social  
Av. das Américas, 1155 – Tel. (0xx21) 2494-2886  
22631-000 Rio de Janeiro, RJ

**EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

Real Produções Gráficas Ltda.  
Rua Cons. Furtado, 324, cj. 1211 – Tel. 3207-5050  
01511-000 São Paulo, SP

REVISTA BRASILEIRA  
DE SEXUALIDADE HUMANA

*Volume 17 - Número 2*  
*Julho a Dezembro de 2006*

# SUMÁRIO

- 187 **NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**
- 197 **EDITORIAL**
- 199 **TRABALHOS DE PESQUISAS**
- 201 **SEXUALIDADE DE CASAIS QUE VIVENCIARAM O CÂNCER DE MAMA:  
QUEBRANDO MITOS  
COUPLE'S SEXUALITY THAT LIVED THE BREAST CANCER:  
BREAKING MYTHS**  
Clícia Valim Côrtes Gradim  
Ana Maria de Almeida
- 217 **METÁFORAS DA VIDA A DOIS: SENTIDOS DO RELACIONAMENTO  
CONJUGAL PRODUZIDOS POR UM CASAL HOMOAFETIVO  
METAPHORS FOR LIVING TOGETHER: MEANINGS ATTRIBUTED  
TO CONJUGAL RELATIONSHIP BY A GAY COUPLE**  
Murilo dos Santos Moscheta  
Manoel Antônio dos Santos
- 233 **ROMPER O VÍNCULO CONJUGAL: UMA DIFÍCIL DECISÃO  
PARA O SEXO MASCULINO  
DISCONTINUE THE CONJUGAL BOND: A DIFFICULT DECISION  
FOR THE MALE SEX**  
Cecília Aparecida Silva  
Carlos Alberto Dias  
Agnes Rocha de Almeida
- 251 **O DESVELAR DAS DIFERENÇAS ENTRE GÊNEROS:  
VIVÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS DAS MULHERES NO CLIMATÉRIO  
DISCLOSURE OF THE DIFFERENCES BETWEEN GENDERS:  
AFFECTIVE-SEXUAL EXPERIENCES OF THE WOMAN IN THE CLIMACTERIC**  
Patrícia Lopes Salzedas  
Maria Alves de Toledo Bruns

- 265 ARTIGOS OPINATIVOS E DE ATUALIZAÇÃO
- 267 A SEXUALIDADE NO CLIMATÉRIO E O TRATAMENTO DAS DISFUNÇÕES SEXUAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI  
SEXUALITY DURING CLIMACTERIC AND THE TREATMENT OF SEXUAL DYSFUNCTIONS AT THE BEGINNING OF THE 21<sup>ST</sup> CENTURY  
Jaqueline Brendler
- 275 POTÊNCIA MÁXIMA – COMPREENDENDO A SEXUALIDADE MASCULINA  
MAXIMUM POTENCY – UNDERSTANDING THE MALE SEXUALITY  
Haruo Okawara
- 283 FAMÍLIA E PARENTALIDADE HOMOSSEXUAL: REVENDO TEORIAS, REPENSANDO PRÁTICAS  
FAMILY AND HOMOSEXUAL PARENTING: REVIEWING THEORIES, RETHINKING PRACTICES  
Érica Renata de Souza
- 299 TRÊS QUESTÕES CHAVES PARA UMA ÉTICA DA SEXOLOGIA  
THREE QUESTIONS KEYS FOR A ETHIC FROM SEXOLOGIA  
Francisco Juan Jose Viola
- 
- 184
- 317 RESENHA DE LIVRO
- 319 HOMOSSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL: CONSTRUINDO O RESPEITO À DIVERSIDADE.  
FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org)  
Hugues Costa de França Ribeiro
- 325 FICHA PARA ATUALIZAÇÃO DE DADOS E ANUIDADE
- 327 PROPOSTA DE INSCRIÇÃO

# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista Brasileira de Sexualidade Humana (R.B.S.H.), órgão oficial de divulgação da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana, é uma publicação semestral a ser distribuída aos associados da SBRASH, é vendida por assinatura ou em números avulsos. A RBSH visa a divulgação de trabalhos cujo objeto de estudo seja qualquer das facetas da sexualidade humana. Os textos a serem publicados devem ser trabalhos originais e seguir as Normas da Revista, baseadas nas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação (NBR 10520, 2002 – *em vigor*) e Informação e documentação Referências – Elaboração (NBR 6023, 2002, *em vigor*). Os artigos serão submetidos ao conselho editorial da revista e aprovados para publicação.

### **Para submeter um artigo:**

1. Os originais deverão ser encaminhados em três vias digitadas, em espaço duplo, configuradas no programa Word for Windows 5.0, 6.0 ou 97 (Microsoft), não excedendo vinte páginas (entre 21 mil a 28 mil caracteres), acompanhados de uma cópia em disquete de 3,5” ou CD, dentro das seguintes seções:

- a) Artigos opinativos ou de atualização.
- b) Trabalhos de Pesquisa.
- c) Estudos de caso. Devem conter referências de um caso
- d) Resenha de Livros
- e) Resenha de Teses e Dissertações
- f) Entrevista
- g) Tópicos

2. Todos os textos devem ser acompanhados de uma carta de encaminhamento, assinada por um dos autores, atestando que o artigo não fere as normas éticas da profissão e abrindo mão dos direitos autorais em favor da Revista. As opiniões expressas pelo autor são de sua exclusiva responsabilidade e não refletem, obrigatoriamente, a opinião dos editores.

3. Os autores serão comunicados imediatamente sobre o recebimento do original pelo Conselho Editorial.

4. A apresentação das *Resenhas de Livros e Resenhas de Teses e Dissertações* devem ter texto com dimensão variável entre três e cinco páginas (4.200 a 7.000 caracteres), contendo o registro e a crítica das obras, livros e teses, publicadas recentemente.

5. *Tópicos* é seção reservada a manifestações do corpo editorial da revista.

6. A apresentação dos textos nas categorias: *Artigos Opinitivos, Trabalhos de Pesquisa e Estudos de Caso*, devem seguir a seguinte ordem:

#### **Folha de Rosto Identificada:**

1. Título em português e em inglês (máximo de quinze palavras);
2. Título abreviado para cabeçalho (máximo de cinco palavras);
3. Nome de cada um dos autores, seguido da afiliação institucional de cada um;
4. Endereço completo para correspondência com o Corpo Editorial, telefone, fax e e-mail do autor.

#### **Folha de Rosto sem Identificação:**

1. Título em português e em inglês;
2. Título abreviado para cabeçalho.

#### **Resumos:**

1. Resumo, em português, com até 150 palavras;
2. Palavras-chave, em português (de 3 a 5);
3. Abstract em inglês (tradução do resumo);
4. Keywords (tradução das palavras-chave).

#### **Texto:**

Esta parte deve começar em nova página, numerada como página três (3) ou quatro (4) com título centrado no topo da mesma. Cada página subsequente deve ser numerada. Não inicie uma nova página a cada subtítulo. Separe-os usando uma linha em branco. Quando o artigo for um relato de pesquisa, o texto deverá apresentar, além das páginas de Rosto e Resumos, Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão, Conclusões e Referências bibliográficas. Se necessário outros subtítulos podem ser acrescentados. Em alguns pode ser conveniente apresentar resultados e discussão juntos, embora essa estratégia não seja recomendável como regra geral. Utilize o mínimo de notas. Quando realmente indispensáveis, devem ser indicadas por algarismos arábicos no texto e listadas, após as referências, em página separada, intitulada “Notas”. Informe, no texto, a inserção de figuras e tabelas, que deverão ser apresentadas em anexo. Observe as normas de citação: *Sistema autor-data*, sendo a indicação da fonte feita pelo sobrenome do autor ou pelo nome de cada entidade responsável, seguido da data de publicação, do documento e da(s) página(s) da citação. A citação literal de um texto precisa estar entre aspas e exige a referência ao número da página do trabalho de onde foi copiada. As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem as aspas. Todos os nomes de autores cujos trabalhos forem citados devem ser

seguidos da data de publicação na primeira vez em que forem citados em cada parágrafo. Todas as citações secundárias devem informar as referências originais. Evite utilizar citações secundárias, especialmente quando o original pode ser recuperado com facilidade. Citações de obras antigas e reeditadas devem trazer a data de publicação original/ data de publicação consultada. O sobrenome dos dois autores de um mesmo artigo devem ser citados sempre que o artigo for referido; já artigos escritos por três a cinco autores, os mesmos devem ser citados na primeira referência; da segunda referência em diante utilize sobrenome do primeiro autor seguido de et al. e da data, se for a primeira citação no parágrafo. Cite apenas o sobrenome do primeiro autor, seguido de et al. e data para os artigos escritos por seis ou mais autores: Porém, na seção de Referências, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados. As referências abreviadas Id. (Idem – mesmo autor); Ibid. (Ibidem – na mesma obra); op.cit (Opus citatum – obra citada), dentre outras, só podem ser usadas na mesma página ou folha da citação a que se referem, seguidas da data e página referente ao autor ou obra citada, entre parênteses: (Ibid., 1999, p. 6).

#### Alguns exemplos de citação no texto:

A chamada “pandectística havia sido a forma particular pela qual o direito romano fora integrado no século XIX na Alemanha em particular.” (LOPES, 2000, p. 225)

Diversos autores salientam a importância do “acontecimento desencadeador” no início de um processo de aprendizagem (CROSS, 1984; KNOX, 1986; MEZIROU, 1991).

Bobbio (1995, p.30) com muita propriedade nos lembra, ao comentar essa situação, que os “juristas medievais [...] de Sacro Império Romano.”

Merriam e Caffarella (1991) observam que a localização de recursos tem um papel crucial no processo de aprendizagem autodirigida.

De fato, semelhante equacionamento do problema conteria o risco de se considerar a literatura [...], para a teologia (JOSSUA; METZ, 1976, p.3).

Para Freud (1915-1974), mesmo que a relação mãe-bebê se expresse [...] dos primeiros contatos corporais, e eternamente insatisfeito.

Segundo Silva (1983 apud ABREU, 1999, p.3) diz ser [...].

“[...] o viés organicista da burocracia estatal e o antiliberalismo da cultura política de 1937, preservado de modo encapuçado na Carta de 1946.” (VIANNA, 1986, p. 172 apud SEGATTO, 1995, p. 214-215).

A teleconferência permite ao indivíduo participar de um encontro nacional ou regional sem a necessidade de deixar seu local de origem. Tipos de teleconferência incluem o uso da televisão,

telefone, e computador. Através de áudio-conferência, utilizando a companhia local de telefone, um sinal de áudio pode ser emitido em um salão de qualquer dimensão (NICHOLS, 1993, p. 181).

“[...] para que não tenha lugar a produção de degenerados, quer físicos quer Moraes, misérias, verdadeiras ameaças á sociedade (SOUTO, 1916, p. 46, grifo nosso).

“[...] desejo de criar uma literatura independente, diversa, de vez que, aparecendo o classicismo como manifestação de passado colonial [...]” (CANDIDO, 1993, v.2, p. 12, grifo do autor).

“Ao fazê-lo pode estar envolto em culpa, perversão, ódio de si mesmo [...] pode julgar-se pecador e identificar-se com seu pecado (RAHNER, 1962, v. 4, p. 463, tradução nossa)

As *Referências bibliográficas* dizem respeito a lista de autores e obras citados no texto. Obras consultadas que não forem citadas no texto devem vir listadas em separado como *Bibliografia consultada*.

As referências ou bibliografia deve ser listadas em ordem alfabética à partir do sobrenome do autor, seguido do título, edição, local, editora, data de publicação e páginas.

### Exemplos de Referências bibliográficas:

#### 1. Artigos e/ou matéria de revista, boletim, etc.

DIAS, C. A.; ALVES, J. M. Reflexões sobre a escolha da parceria conjugal. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 15, n. 1. p. 113-133, 2004. São Paulo: Iglu. 2004.

COSTA, V. R. À margem da lei: o programa Comunidade Solidária. **Em Pauta**: revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 12, p. 131-148, 1998. (Se a revista científica for paginada por fascículo, incluir o número do fascículo, entre parênteses, sem sublinhar, apos o número do volume).

#### 2. Artigo de revista científica no prelo:

Indicar no lugar da data que o artigo está no prelo. Incluir o nome do periódico em itálico, após o título do artigo. Não referir data e números do volume, fascículo ou páginas ate que o artigo seja publicado.

#### 3. Artigo e/ou matéria de revista, boletim etc. em meio eletrônico:

SILVA, M. M. L. Crimes da era digital. **Net**, Rio de janeiro, nov. 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://www.brazilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm>>. Acesso em: 28 nov. 1998.

4. Artigos e/ou matéria de jornal:

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, caderno 8, p. 13.

5. Artigos e/ou matéria de jornal em meio eletrônico:

ARRANJO tributário. **Diário do Nordeste Online**, Fortaleza, 27 nov. 1998. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.com.br>>. Acesso em: 28 nov. 1998.

6. Monografia no todo – Inclui livro e/ou folheto (manual, guia, catálogo, enciclopédia, etc.) e trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, entre outros).

GOMES, L.G.F.F. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1998.

FERREIRA, L. P. (org). **O fonoaudiólogo e a escola**. São Paulo: Summus, 1991.

PASSOS, L. M. M.; FONSECA, A.; CHAVES, M. **Alegria de saber: matemática, segunda série, 2, primeiro grau: livro do professor**. São Paulo: Scipione, 1995.

RUCH, G. **História geral da civilização: da Antiguidade ao XX século**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1926-1940. 4v.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Catálogo de teses da Universidade de São Paulo, 1992**. São Paulo, 1993. 467 p.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Publication manual** (4ª ed.) Washington, DC: Autor, 1994.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Relatório da Diretoria-Geral: 1984**. Rio de Janeiro, 1985. 40 p.

7. Monografia no todo em meio eletrônico

ALVES, C. **Navio Negroiro**. [S.I.]: Virtual Books, 2000. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegroiro.htm>>. Acesso em: jan. 2002, 16:30.

8. Parte de Monografia (inclui capítulo, volume, fragmento e outras partes de uma obra, com autor(es) e/ou título próprios).

ROMANO, G. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Org). **História dos jovens 2**. São Paulo; Companhia das letras, 1996. p. 7-16.

9. Parte de Monografia em meio eletrônico  
POLÍTICA. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1998. disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo>>. Acesso em: 8 mar. 1999.
10. Evento como um todo  
X CONGRESSO BRASILEIRO DE SEXUALIDADE HUMANA, 2005, Porto Alegre. **Sexualidade**. Anais. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana, 2005.
11. Evento como um todo em meio eletrônico:  
CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 4., 1996, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 1996. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais.htm>>. acesso em: 21 jan. 1997.
12. Trabalho apresentado em evento, mas não publicado:  
FÉRES-CARNEIRO, T. **A transformação das relações familiares no mundo contemporâneo**. Trabalho apresentado no II encontro sobre Direito de Família em Discussão, Rio de Janeiro, RJ, dez, 1998.
13. Trabalho apresentado em evento com resumo publicado em anais:  
TONIETTE, M. A; LILIENTHAL, L. A. (Re)pensando pontos de partida no trabalho com as dificuldades sexuais a partir da Curva de Contato proposta por Joseph Zinker. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SEXUALIDADE HUMANA, 10., Porto Alegre, 2005. **Anais**. Porto Alegre, Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana, 2005, p.129.
14. Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico:  
SABROZA, P. C. Globalização e saúde: impacto nos perfis epidemiológicos das populações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA, 4., 1998, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ABRASCO, 1998. Mesa-redonda. Disponível em: <<http://www.abrasco.com.br/epirio98/>>. Acesso em: 17 jan. 1999.
15. Teses ou Dissertações não publicadas:  
MORGADO, M.L.C. **Reimplante dentário**. 1990. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Odontologia, Universidade Camilo castelo Branco, São Paulo, 1990.
16. Comunicação pessoal:  
Cite apenas no texto, dando as iniciais e o sobrenome do emissor e a data. Não inclua nas referências.

**Anexos:**

Os anexos devem ser apresentados em uma página após as referências, numerada consecutivamente, em espaço duplo. Somente use anexos se isso for realmente imprescindível para a compreensão do texto.

**Figuras e Tabelas:**

Figuras e tabelas devem ser apresentadas com as respectivas legendas e títulos, uma em cada página. As figuras e tabelas não poderão exceder 11,5 X 17,5cm. É imprescindível citar autor, título (quando não existir, deve-se atribuir uma denominação ou a indicação Sem título, entre colchetes), data e especificação do suporte e listar nas referências bibliográficas. *Exemplo:* KOBAYASHI, K. **Doenças dos xavantes**. 1980. 1 fotografia

**Nosso procedimento ao receber um trabalho:**

Os trabalhos recebidos são apreciados pelo Conselho Editorial. O parecer será expresso de três maneiras:

- a) *Aceito para publicação:* se estiver de acordo com as Normas e for considerado como trabalho de interesse por sua solidez científica, originalidade, atualidade ou oportunidade de informação para a Revista Brasileira de Sexualidade Humana, será publicado em um dos próximos números da revista, segundo um critério cronológico e de paginação.
- b) *Aceitação Condicional:* caso haja dúvida específica, os editores ou outros profissionais associados da SBRASH de reconhecida competência em sua área de atuação poderão ser consultados para avaliar o trabalho e eventualmente condicionar a publicação a modificações que visam melhorar a clareza, precisão do texto ou adequação das normas para publicação. Nesse caso os autores deverão enviar duas cópias impressas do original reformulado com carta de encaminhamento informando sobre as reformulações realizadas. Caso os autores tenham decidido não realizar algumas modificações sugeridas, devem justificar essa decisão. Esta carta e o texto reformulado serão encaminhados a um dos Conselheiros Editoriais, juntamente com os pareceres dos consultores e a versão inicial para uma análise final. Nesta etapa do procedimento, o Conselho Editorial terá conhecimento das identidades dos autores e dos consultores.
- c) *Recusado:* Nessa hipótese, os autores receberão o parecer do Conselho Editorial com a motivação da recusa.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de fazer pequenas modificações no texto dos autores, para agilizar o processo de submissão ou publicação dos originais.

Os originais e o disquete enviados pelos autores não serão devolvidos.

Os editoriais, que refletem posições da Diretoria da SBRASH, serão elaborados pelo editor responsável ou pelos membros do Conselho Editorial. Salvo quando um autor é convidado pela revista, exige-se para as demais seções que o autor, ou ao menos um dos co-autores, seja associado à SBRASH.

#### **Direitos Autorais:**

A *Revista Brasileira de Sexualidade Humana* possui direitos autorais de todos artigos publicados por ela. A reprodução total dos artigos desta revista em outras publicações, ou para qualquer outro fim, por quaisquer meios, requer autorização por escrito do Editor. Reproduções parciais de artigos (Resumo, *abstract*, mais de 500 palavras de texto, tabelas, figuras e outras ilustrações) deverão também ter permissão por escrito do Editor e dos Autores.

#### **Endereço para Encaminhamento:**

A remessa de trabalhos para publicação bem como toda correspondência de segmento que se fizer necessária, deve ser endereçada para:

Revista Brasileira de Sexualidade Humana.

A/C Ana Cristina Canosa Gonçalves

Rua Comendador João Gabriel, 67

Cep 04052-080 – São Paulo, SP.

E-mail: [acanosa@uol.com.br](mailto:acanosa@uol.com.br)

# EDITORIAL

Esse editorial está alicerçado na falta de inspiração. Há uma razão, é a preocupação dos editores com o XI Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana que será realizado em Recife, em outubro de 2007 e no qual esperamos todos vocês leitores.

Mas esse número da nossa revista é de suma importância, pois aborda temas da mais alta relevância. Sabemos que sexo se faz e entre casais, que varia com a idade das pessoas, que envolve a sexualidade tanto masculina como feminina e que a integração dos atores das uniões nem sempre é harmônica e por vezes apresenta dificuldades a serem vencidas, seja no ajustamento das relações, seja pela ruptura dos vínculos. Sabemos que em ambos os casos é preciso manter a sexualidade íntegra e capaz de dar prazer e felicidade. Sabemos que é preciso fugir da ansiedade, da depressão que quase sempre é a ante-sala das disfunções sexuais. Não importa a idade, sexo é sempre bom, a menopausa e o climatério podem ser perfeitamente compatíveis com o prazer genital. Não importam as doenças, sexo é sempre possível e serve como estímulo para a cura. Não importa se as uniões são entre pessoas do mesmo sexo, preconceitos estão aí para serem vencidos. Necessário é que os casais homo ou heterossexuais aprendam a lidar com situações nas quais o relacionamento pode estar ameaçado. Certamente os vínculos precisam se reafirmar em todas as etapas da vida apesar das inúmeras armadilhas que essa mesma vida nos reserva, que surgem do viver com ímpeto e vontade ou pelos infortúnios que não podemos evitar, mas administrar. Para que a sexualidade seja saudável é preciso saber tanto estreitar como romper vínculos, o que não é algo simples.

Os temas abordados neste número procuram mostrar o quanto os que se dedicam aos estudos da sexualidade humana podem atuar nos desajustes, ajudando as pessoas a encontrar novos caminhos e a conscientizar uma sociedade que ainda teima em aceitar o novo e o diferente.

Até Recife! Os que não puderem ir desfrutar do convívio de seus colegas, pelo menos poderão através do próximo número da nossa revista ler boa parte do que os especialistas abordaram no XI congresso da SBRASH.

Os Editores

# TRABALHOS DE PESQUISAS

# SEXUALIDADE DE CASAIS QUE VIVENCIARAM O CÂNCER DE MAMA: QUEBRANDO MITOS

*Clicia Valim Côrtes Gradim<sup>1</sup>; Anna Maria de Almeida<sup>2</sup>*

## COUPLE'S SEXUALITY THAT LIVED THE BREAST CANCER: BREAKING MYTHS

**Resumo:** Este é um estudo qualitativo que teve como objetivo conhecer junto a casais como a prática sexual é exercida após a mulher ter tido o câncer de mama, utilizando-se como referencial teórico as relações de gênero e, como metodologia, a Teoria Fundamentada em Dados. Por meio de entrevistas com nove casais, obtivemos os dados que, após análise, permitiram a criação de duas categorias; 1 – a mama após o câncer: um olhar: órgão que ficou longe das carícias sexuais, 2 – O exercício da sexualidade dos cônjuges: os homens relataram que o desejo sexual não diminuiu pela doença da esposa, mas as relações sexuais, sim. Os dados permitiram chegar a uma categoria central que gerou o modelo teórico: sexualidade de casais que vivenciaram o câncer de mama: quebrando mitos.

**Palavras-chave:** Câncer de mama; sexualidade; relações de gênero; enfermagem.

**Abstract:** This is a qualitative study that had as objective knows close to couples as the sexual practice is exercised after the woman to have had the breast cancer, being used as theoretical referential the gender relationships and, as methodology, the Grounded Theory. Through interviews with nine couples, we obtained the data that, after analysis, they allowed the creation of two categories; 1 – the mamma after the cancer: a glance: organ that was

---

<sup>1</sup> Professora Associada do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Alfenas, MG. e-mail: cliciaqval@unifal-mg.edu.br

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Saúde Pública e Materno-Infantil da escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP. e-mail: amalmeid@eerp.usp.br

far away from the sexual caresses, 2 – The exercise of the spouses' sexuality: the men told that the sexual desire didn't decrease by the wife's disease, but the sexual relationships, did. The data allowed to get to a central category that generated the theoretical model: couples' sexuality that lived the breast cancer: breaking myths.

**Keywords:** Breast cancer; sexuality; gender relationships; and nursing.

## Introdução

A sexualidade é algo inerente ao ser humano e nos acompanha durante toda a vida, sendo que está presente no nosso modo de ser. O exercício da sexualidade engloba também o relacionamento sexual que pode perdurar por toda a vida da pessoa ou sofrer alterações devido a fatores internos e externos. Os fatores externos estão ligados a espaço físico para sua execução, às interferências de outras pessoas, ter parceiro ou esse apresentar disfunções e, os internos, incluem patologias ou medicações que interferem no desejo, no funcionamento dos órgãos genitais ou no aspecto psicológico, como questões religiosas, a auto-imagem entre outras.

Assim, fatores como trajetórias de vida, influência da religião, condições de vida, redes de sociabilidade, padrões de relação entre os sexos, o uso do corpo e posição na estrutura social, os relacionamentos e o que esses significam irão influenciar no exercício da sexualidade (BOZON, 2004).

Sabemos que, quando as pessoas adoecem, tendem a ter uma desatenção para as atividades lúdicas e para atividades que estão relacionadas ao prazer, à alegria de viver e, às vezes, comprometem sua qualidade de vida. O relacionamento sexual é um dos aspectos que podem ficar comprometidos, quando se adoece, ficando na dependência do estado geral e do tipo de tratamento a que se é submetido e também à qualidade do relacionamento do casal.

Estudos vêm demonstrando que a mulher com câncer de mama pode ter sua auto-imagem alterada e sua recuperação depende de como ela percebe seu corpo, do apoio da família e dos amigos, do preconceito em relação à doença, de como se lida com o problema e como os parceiros oferecem suporte social às suas esposas. Essas dificuldades estão relacionadas à comunicação, à insegurança, a não saber lidar com a doença, à sensação de impotência, às dificuldades no manejo dos afazeres domésticos, ao descobrimento acerca do momento de retomar as atividades sexuais, sendo que esses fatores influenciam na vida do casal, dependendo do relacionamento que eles

tinham anteriormente (SILVA, MAMEDE, 1998; ROSSI, SANTOS, 2003; BIFFI, 1998; ALMEIDA, 1997).

Vivemos em uma sociedade em que culturalmente o homem é tido como o esteio da família, responsável pelo seu sustento, pelo poder de tomada de decisão, logo, ele não deve demonstrar sinais de fraqueza, uma vez que esse sentimento tem sido apontado como da esfera feminina. A mulher tem sido descrita como sexo frágil, companheira do marido, devendo ter qualidades femininas, como ser carinhosa, compreensiva, dedicada ao lar e à família e ser intuitiva (GARCIA, 1998, apud ARILHA, RIDENTI, MEDRADO, 1998).

Assim, o casal constrói sua relação baseada em todos esses aspectos sociais aprendidos e, na situação de adoecimento de um, esses aspectos podem ser determinantes para fortalecer ou fragilizar o relacionamento dos mesmos.

A compreensão acerca das relações de gênero vem dando a possibilidade de desconstruir padrões até então aceitos pela sociedade e buscar sua reconstrução. Entretanto, observamos que as relações entre homens e mulheres continuam, muitas vezes, repetindo os padrões culturais, nos quais prevalecem conceitos de que o mundo é masculino. Isso pode ser evidenciado pela afirmação de Bordieu (1998) de que a masculinidade está tão engendrada na sociedade que pode ser vista nos primeiros discursos das feministas que o faziam tendo como referência uma visão androcêntrica.

As mudanças sociais são determinadas pela própria sociedade. As escolhas não são individuais e, sim, determinadas por uma classe social, normalmente a dominante. A sociedade está diretamente ligada ao que ele denomina de poder simbólico que é esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BORDIEU, 2001. p.12).

Assim, os sistemas simbólicos mantêm o poder porque são estruturados e aceitos pela sociedade que os reforçam. Cada classe social o utiliza diferentemente, criando novos símbolos que favorecem a integração e a ordem social, sendo influenciados pelo *habitus* que é “o princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo, é o produto de toda a história individual, bem como, através das experiências formadoras da primeira infância, de toda a história coletiva da família e da classe” (BORDIEU, 2001, p.9).

Como cada classe social pode ter o seu *habitus*, as mudanças influenciadas pela cultura e pelo momento histórico são, portanto, mutáveis, e as relações de poder também.

Quando a mulher tem um câncer de mama, ela reorganiza seus sentimentos sob a perspectiva dela, feminina, ou ela se reorganiza pensando na ótica das necessidades masculinas, do companheiro. O companheiro participa dessas reorganizações ou elas são individuais? Qual é o poder simbólico que persiste?

Esse trabalho teve como objetivo conhecer junto a casais como a prática sexual é exercida após a mulher ter tido o câncer de mama.

## **Metodologia**

Este é um estudo qualitativo, descritivo em que utilizamos como referencial metodológico a Teoria Fundamentada em Dados, que é um método de pesquisa qualitativa que visa explorar processos sociais, presentes nas interações humanas, desenvolvendo explicações-chave dos processos sociais ou estruturas destes. Essa teoria deriva do estudo do fenômeno que representa, ou seja, ela desenvolve-se a partir da coleta sistemática de dados e da análise permanente dos mesmos. Portanto, dados coletados e análise mantêm uma relação recíproca, visto que a teoria irá emergir dos dados (STRAUSS, CORBIN, 1990; STREUBERT, CARPENTER, 1995).

O contato inicial foi realizado com as mulheres que freqüentam o Núcleo de Atendimento e Pesquisa a Mulher Mastectomizada – REMA, situado em Ribeirão Preto-SP e após, estas consultarem seus companheiros, as autoras entraram em contato com os mesmos.

Entrevistamos casais que concordaram em participar do estudo, tendo como critério de inclusão que as mulheres tivessem tido câncer de mama, independentemente do tipo de cirurgia, e que a mulher tivesse terminado o tratamento básico: cirurgia, quimioterapia ou radioterapia.

Os princípios éticos foram cumpridos de acordo com a Resolução 196/196 do Conselho Nacional de Saúde, sendo o projeto aprovado pelo Comitê de Ética da EERP-USP e o termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado por todos os participantes.

As entrevistas foram realizadas por uma das autoras no domicílio dos participantes, em horário previamente agendado, mas separadamente, ou seja, realizamos as entrevistas dos homens e, posteriormente, as das mulheres, ficando a amostra formada por nove casais. A entrevista teve a seguinte pergunta norteadora: Como a prática sexual é exercida após o câncer de mama?

Após a análise comparativa dos dados, chegamos à construção de subcategorias e, subseqüentemente, a duas categorias: 1 – A mama após o câncer: um olhar e 2 – O exercício da sexualidade dos cônjuges e a categoria central que gerou o modelo teórico: sexualidade de casais que vivenciaram o câncer de mama – quebrando mitos.

As falas dos atores sociais foram citadas por gênero, sendo as mulheres identificadas por (GF) de feminino e os homens por (GM) de masculino, no sentido de preservar o anonimato dos mesmos.

## Resultados e Discussão

O câncer de mama não foi o suficiente para pôr término à vida sexual dos casais e estes enfrentaram a doença e os efeitos colaterais de modo diferente entre si, mas reconstruíram sua vida sexual vagarosamente.

### Categoria 1 – A mama após o câncer: um olhar

A mama com um diagnóstico de câncer sofre alterações para o tratamento da doença, seja através da cirurgia total ou parcial e dos tratamentos coadjuvantes, como a quimioterapia e a radioterapia.

Estudos demonstram que as mulheres referem que o local da cirurgia não é mostrado aos seus parceiros, entretanto nesse grupo a mama após o câncer não foi ignorada nem repudiada, como se imaginava e, sim, houve uma preocupação de alguns maridos em verificar como ficou o local operado e ou a mama que foi afetada.

A reação da maioria dos maridos foi de conhecer esse local, o que permitiu um conforto maior às mulheres, como verificamos na fala:

*“Eu toquei, eu mexi porque eu tinha vontade. Eu acabei tocando, pondo a mão quando ela não sente dor”.* (GM)

No entanto, nem todos os companheiros das mulheres que foram mastectomizadas, tiveram vontade de explorar o local operado, pois o receio do toque confunde-se com sentimentos de falta de vontade, tornando-se um obstáculo para superar as dificuldades vivenciadas a partir da mutilação.

*“Eu não coloquei a mão porque não tive vontade”.* (GM)

Esse homem demonstra a sua dificuldade no toque e a mulher valoriza essa atitude, quando afirma que a mama operada era feia, dolorida, portanto não era tocada.

O cuidado e a volta de aceitar esse corpo modificado é uma reconstrução particular e única.

Quando questionamos os casais sobre como a mama era utilizada nas preliminares do ato sexual, tanto homens como as mulheres relataram que a outra mama era a preferência durante o ato sexual.

*“Na outra mama ele faz aquele carinho, dá uma apertadinha”.* (GF)

*“A preferência é a outra mama na hora do sexo, essa é só para massagear e olhar”.* (GF)

O impacto de se ter um diagnóstico de câncer de mama levou os casais, em um primeiro momento, a se afastarem do toque na mama operada, bem como da outra. Lentamente, esses casais reconheceram a necessidade de retomar as práticas de carícias, sendo que isso se deu em tempos diferentes para cada casal e foi independente do tipo de cirurgia.

Em casais que mantinham um maior diálogo, o retorno ao estímulo das mamas nas práticas sexuais deu-se em menor espaço de tempo, mas após um ano todos os casais tinham retomado as carícias na mama não operada, e na hora do sexo, optavam por essa mama, por medo de machucar ou de a companheira sentir dor na mama operada.

## **Categoria 2 – O exercício da sexualidade dos cônjuges**

Conversar sobre as preferências sexuais ou o modo de ser acariciado, a preocupação em agradar o outro sexualmente fortaleceu vínculos, levando o casal a se expressar e a resolver seus problemas cotidianos.

*“Nós sempre nos demos bem. Conversando não gosto disso, não gosto daquilo. Diálogo a gente sempre teve. Ele nunca fez comigo aquilo que eu não quisesse. Nós sempre conversamos muito, em parte de sexo, o que me agradava e o que desagradava e ele sempre foi preocupado em me satisfazer”.* (GF).

Observamos que o diálogo foi um componente que fortaleceu a vida sexual e a que a intimidade que já existia favoreceu o retorno da vida sexual. A comunicação sobre o que se está sentindo, o que dá mais prazer e mesmo o não querer, são fatores que facilitam o relacionamento sexual. O diálogo após um tratamento de câncer deve ser estimulado entre os casais com a

finalidade de se tocar e acariciar e, se não for possível à penetração experimentar outros aspectos da vida sexual (SEGAL, 1994).

Outro fator facilitador para o retorno das atividades sexuais foi o casal enxergar que está envelhecendo junto e que esse é um fator que influencia na sexualidade.

*“Eu estou mais velha e ele também. A gente não é mais como vinte anos atrás... A gente vai passando as fases da vida, chega uma fase que foi muito elétrica, outra que já foi mais calma e estamos naquela que tem o seu tempo, mas é tudo, o dia que faz, faz bem feito”.* (GF)

Interessante que nem os homens nem as mulheres associaram o envelhecer ao câncer de mama e, sim, que este é um fator que influencia na vida sexual do casal.

O reinício das relações sexuais se deu dentro da rotina de cada casal e da aceitação da doença, sendo que, após a melhora do estado geral da mulher, a maioria relatou que a vida sexual foi retornando vagarosamente, sem cobranças e a troca de carícias foi acontecendo gradativamente, chegando ao ato sexual ou não, mas a aproximação física do casal ocorreu.

*“Umás três semanas depois a gente começou a fazer sexo”.* (GF)

*“Havia carícias, mas eu deixei por conta dela”.* (GM)

*“Eu me lembro que demorou bastante. A rotina do casal já é meio lenta e daí prolongou porque uma coisa e outra. Uma hora você não está bem, outra você está emburrada”.* (GF)

*“A gente foi voltando a ter relações sexuais devagarinho, utilizando o lubrificante vaginal”.* (GF)

Importante relatar que em nosso estudo a mastectomia não foi um fator inibidor da volta da relação e, sim, a aceitação da doença câncer.

Sabemos que não existe um tempo certo para o reinício da atividade sexual e que esta volta vai depender de como é o entrosamento do casal. O importante é não deixar de conhecer e explorar o corpo no sentido de perceber as sensações, obter relaxamento e provocar a excitação. Se o casal consegue realizar essas atividades, provavelmente da próxima vez o corpo estará relaxado para carícias nos órgãos sexuais e a relação sexual poderá ocorrer (SEGAL, 1994). Esse fato deve ser explorado devido a sabermos que mulheres que tiveram um câncer de mama apontam dificuldades em

algumas áreas da sexualidade até três anos após o diagnóstico, mas poucos estudos relatam quais são essas dificuldades (MEYEROWITZ, DESMOND, ROWLAND, WYATT, GANZ, 1999).

Os casais referiram que a prática do ato sexual ficou comprometida no período da quimioterapia, apontando que o ressecamento vaginal, a suspensão do ciclo menstrual, levando a mulher a uma menopausa precoce e à diminuição da libido, à irregularidades do ciclo menstrual, à fadiga e ansiedade, como os principais sintomas que interferiram na vida sexual.

*“A primeira dificuldade que eu fui ter na área sexual é quando eu comecei a fazer a quimioterapia”.* (GF)

*“Durante a quimioterapia parou a menstruação e eu tive ressecamento”.* (GF)

O ressecamento vaginal citado pelas mulheres também foi percebido pelos homens e os casais relatam que buscaram alternativas para amenizar o problema, principalmente com o uso de lubrificantes vaginais.

*“A gente usa um produto de lubrificação”.* (GM)

*“O ressecamento eu preveni usando um lubrificante porque a gente fica muito ressecada. Eu comecei a usar e foi uma beleza”.* (GF)

Outras alterações físicas são provocadas pela quimioterapia, sendo as mais comuns: náusea, vômito, febre, fadiga e o mal-estar geral. Esses efeitos colaterais foram percebidos pelo casal e citados como um período de espera tanto para a vida sexual como para o retorno das atividades de cada um.

*“Durante a quimioterapia, nas últimas a gente foi evitando ter relação porque eu não estava bem”.* (GF)

*“Durante a quimioterapia eu procuro me afastar um pouco até ela se recuperar”.* (GM)

Neste estudo, tanto os homens como as mulheres identificaram o ressecamento vaginal, a dispareunia, a falta da menstruação no período da quimioterapia, mas desconheciam que esses eram efeitos colaterais do tratamento.

Embora as mulheres relatem, em sua maioria, que apresentaram algumas alterações na sexualidade, isso não significou que houve alterações no exercício da prática sexual.

*“Eu não deixei de fazer sexo de jeito nenhum... e acho que ele melhorou, a gente consegue olhar um para o outro e dizer eu quero isso agora”.* (GF)

Os homens relatam que a sua sexualidade não foi alterada pelo fato de a mulher ter se submetido a uma cirurgia para a retirada de um tumor maligno ou uma mastectomia, o que alterou foi o tempo de espera até as mulheres se recuperarem da cirurgia ou do tratamento e se mostrarem dispostas para o ato sexual.

*“A minha sexualidade não ficou afetada... A gente não teve problema no ato sexual”.* (GM)

*“A minha sexualidade não foi alterada, não mudou nada na nossa relação”.* (GM)

Fisicamente, não houve motivo para os homens apresentarem alterações da sua prática sexual, mas um deles afirma que houve modificações na quantidade de relações que eles tinham, devido ao estado da esposa.

Um dos fatores que influenciam no exercício da prática sexual é a vontade de estar com o outro, de sentir a sua pele e o desejo de compartilhar da intimidade do outro. Não é somente o ato sexual que permitirá essa aproximação, mas o contato pele a pele pode levar a uma intimidade tão grande e propiciar a consumação do mesmo.

O desejo é um dos componentes para que o ato sexual se desencadeie, sendo influenciado por estímulos eróticos visuais, táteis e sonoros. Dependendo do estado geral físico ou psicológico de um dos membros do casal, o ato sexual poderá ocorrer ou não.

Em nosso estudo, os homens relataram, em sua maioria, que não tiveram alteração do seu desejo sexual.

*“A nossa atração, o nosso magnetismo, nunca perdeu, nunca parou. Eu sempre tive muita atração por ela, e tenho até hoje, não mudou nada”.* (GM)

*“O desejo não afetou nada em mim”.* (GM)

Somente um dos homens afirmou que seu desejo foi alterado em função da doença de sua esposa, o qual estava relacionado à doença em si, visto que ela não foi mastectomizada.

*“Se eu pensar no que ela passou, eu perco todo o desejo, já acaba tudo ali.”* (GM).

Apesar de todas as mulheres serem submetidas à quimioterapia e relatarem alguns efeitos colaterais como descritos anteriormente, obrigatoriamente isso não significou alteração no seu desejo sexual. Houve relato de aumento de desejo durante a quimioterapia, mesmo percebendo o ressecamento

vaginal. Essa mulher tinha uma necessidade maior de ser acariciada e estimulada sexualmente, fato que pouco conhecemos como efeito colateral da quimioterapia.

*“Uma coisa que eu percebi é que durante a quimioterapia, eu tinha mais vontade de ter relação sexual, meu desejo era maior. Eu sentia mais desejo, mas não tinha aquela fissuração de ter a relação porque eu estava ressecada. Só que a quimioterapia mexeu com o meu organismo, mas não fiquei sem aquela vontade de fazer sexo com penetração”. (GF)*

*“Eu tive ressecamento, eu via que não dava. Eu até tinha desejo, mas não ficava aquela lubrificação certa”. (GF)*

Perante os problemas apresentados os casais foram procurando formas de estimular o relacionamento sexual, seja utilizando lubrificantes para evitar o desconforto durante o ato, seja se excitando com o estímulo visual de fitas pornográficas, não se importando se obrigatoriamente o ato sexual iria acontecer.

*“A gente usa um produto de lubrificação. A gente procura fortalecer a nossa relação. A gente toma mais cuidado com o braço. Não, não teve nada que mudou por causa da cirurgia”. (GM)*

*“Eu estava sempre acarinhando. A gente assistia fita pornô”. (GM)*

Os profissionais da Enfermagem devem orientar as mulheres sobre o conforto de se utilizar uma lubrificação extra-vaginal nas relações sexuais durante o tratamento de câncer de mama e que esses lubrificantes não devem ser coloridos, perfumados e, sim, à base de água e livres de estrógeno (HORDEN, 2000).

Conhecer o tempo do outro, pensar na situação que está ocorrendo e buscar um novo caminho a percorrer foi percebido como uma das alternativas de enfrentamento dos homens.

A nudez perante o companheiro é relatada como uma dificuldade em mulheres mastectomizadas (SILVA, MAMEDE, 1998). Neste grupo, todas as mulheres relataram que ficam nuas perante o companheiro independentemente do tipo de cirurgia, visto isso ser uma prática já adotada na rotina do casal.

*“Eu nunca pensei, não vou tirar o sutiã porque ele vai ver. Eu tirava, me trocava, tomava banho junto, sem essa preocupação de que ele vai ver. Eu vejo que ele não está muito satisfeito com o que ele está vendo”. (GF)*

Um dos maridos afirma que a mulher não mudou a rotina do casal por ter realizado a mastectomia, a retirada da mama sempre foi imposta a ele porque a mulher não a escondia, dado diverso de outros trabalhos que relatam que a mulher mastectomizada evita a nudez perante o marido (SILVA, MAMEDE, 1998; BIFFI, 1998).

*“Não, a gente toma banho junto. Ela veio da cirurgia eu dava banho nela, eu lavava. Esse problema a gente não teve”.* (GM)

Sabemos que o corpo nas últimas décadas foi ficando mais exposto, as roupas mais curtas, os decotes mais pronunciados e, no relacionamento sexual, a nudez é estimulada como um fator para se descobrir as zonas erógenas e pode ser influenciada pelo relacionamento antes da cirurgia, pela idade dos cônjuges, pelo tipo de cirurgia, pelos hábitos, etc. Como esses casais já tinham esse hábito de ficarem nus, após a cirurgia, mesmo nas mulheres mastectomizadas, ele persistiu; demonstrando que as mulheres impuseram essa situação e os homens a aceitaram.

O dado de maior dificuldade de aceitação foi a queda dos cabelos decorrentes da quimioterapia, tanto por homens como pelas mulheres. Ambos relatam que foram informados desse efeito colateral da quimioterapia, mas que, quando ele ocorreu, descobriram que não estavam preparados para o fato.

*“O dia que eu percebi que o cabelo estava caindo, eu entrei em pânico e eu chorei. Eu achei que não ia acontecer. Eu pensava, às vezes ele não vai cair. Então o dia que eu vi ele desabou, porque ele desaba de uma vez, é impressionante, sabe eu apavorei. O meu cabelo já nasceu. Ele nasceu cacheadinho e está mais enrolado. Agora eu estou contente e feliz. Eu acho ele tão lindo agora”.* (GF)

A queda dos cabelos como efeito colateral da quimioterapia leva a um impacto negativo na auto-imagem da mulher, pois ele é um efeito visível. Neste estudo a perda dos cabelos foi colocada com grande pesar pelas mulheres. Acreditamos que o fator religioso para algumas delas tenha sido fundamental, visto que, para estas, o cabelo comprido é um elemento representativo da feminilidade perante Deus.

Somente dois homens levantaram a questão dos pêlos do corpo terem caído, dizendo que isso não mudou em nada a atração que eles tinham pela esposa.

*“Não, para mim é como se nada tivesse acontecido e ela ainda brinca: como? Eu não tenho um fio de cabelo no meu corpo. Tudo bem, eu não sinto diferença por conta disso, eu continuo com essa atração, então talvez o fato de eu já ter*

*essa atração forte por ela, tenha facilitado as coisas, eu imagino. Eu não sei como seria se eu não tivesse (atração). Mas, eu agradeço por eu ter, eu acho que ficou mais fácil. Ficou mais fácil, não mudou, é como se não tivesse acontecido nada”.*(GM)

Os homens afirmaram que a atração física e o amor são fatores que contribuíram para passar esse período de alopecia da mulher, mas não escondem que eles também ficaram abalados com esse fato.

### **Modelo Teórico: A Sexualidade dos cônjuges que vivenciaram o câncer de Mama – quebrando mitos**

O estudo sobre a sexualidade neste grupo de casais que vivenciaram o câncer de mama trouxe-nos novos conhecimentos e a desmistificação de alguns conceitos que estão engendrados na nossa prática profissional, ao lidarmos com a mulher que passou pela experiência do câncer.

O primeiro mito refere que a atividade sexual fica prejudicada para ambos os gêneros e que, após o câncer de mama, o casal não retorna o relacionamento sexual. O estudo demonstrou que, na maioria dos homens, o desejo sexual não foi alterado pela doença da esposa. Nas mulheres, algumas tiveram a libido diminuída, principalmente durante a quimioterapia, mas passados alguns dias após a aplicação da dose mensal, o retorno ao relacionamento sexual se dava espontaneamente.

Nessa fase, da quimioterapia, o casal utilizou de estratégias de enfrentamento, como o uso de lubrificante vaginal, condom, fitas pornográficas ou mudanças de comportamento, como, por exemplo, esperar essas alterações melhorarem, para retornar às atividades sexuais.

O segundo mito é que o casal, após um câncer de mama, não retorna as suas atividades sexuais. O mais importante é que os casais não somente retornam a essa atividade como fazem uma reconstrução no relacionamento, procurando respeitar um ao outro e adaptar posições durante o relacionamento, de modo que não haja desconforto para a mulher e que o braço do lado operado não seja comprimido.

O terceiro mito é que as mulheres que são submetidas à mastectomia não ficam nuas perante seus companheiros. Neste grupo de estudo, mesmo as mulheres que não fizeram reconstrução mamária têm o hábito de ficarem nuas perante seus companheiros, porque esta já era uma prática do casal, anterior à doença.

O quarto mito se refere à violência simbólica proposta por Bordieu (2001). Neste grupo pesquisado, esse fato não ocorreu apesar do relato das dificuldades de se aceitar esse novo corpo sem a mama ou com a reconstrução mamária, mas que essa é uma realidade que teve que ser enfrentada.

O câncer de mama trouxe modificações em suas vidas e a reconstrução se fez em vários aspectos do cotidiano, e não somente na sexualidade. As mudanças que aconteceram se deram em decorrência de diferentes naturezas para cada gênero. O casal buscou um equilíbrio de forma a satisfazer a ambos nesta relação.

Tanto os homens como as mulheres relataram a importância da mama no relacionamento sexual, mas não a consideraram imprescindível para seu exercício.

A sexualidade masculina centra-se nos órgãos genitais e, no relacionamento sexual, os homens dão mais ênfase à genitália do que às carícias. Esse fato pode explicar porque a mama, sendo um órgão erótico, por estar longe da genitália, leva-os a conviver com a mama operada e sua mutilação sem interferência no ato sexual.

O desejo sexual por suas companheiras não ficou afetado pela doença, no entanto a sexualidade deles esteve alterada em função dos efeitos colaterais que a companheira apresentou durante o tratamento, diminuindo o número de relações sexuais que o casal mantinha.

Os homens perceberam tanto as modificações físicas, no corpo de suas companheiras, como as psicológicas, mas não realizaram o movimento de ir buscar informações com a Equipe de Saúde sobre essas alterações por eles percebidas ou se contentaram com as informações transmitidas pela companheira.

Concordamos com Schraiber, Gomes, Couto (2005) que relatam que os estudos de gênero devem incluir o homem, porque o ganho ocorrerá também na saúde feminina, principalmente, em temas em que se consegue a participação masculina, como em casais em que a mulher enfrenta um câncer de mama.

## **Considerações Finais**

Identificamos que a sexualidade entre os casais estudados foi construída desde o momento em que eles optaram por ficarem juntos. Como já havia uma construção no relacionamento a dois, mesmo com o diagnóstico de câncer, foi mais fácil a adaptação à nova situação e, conseqüentemente,

conseguiram lidar com as alterações físicas e psicológicas que surgiram e retornaram a prática sexual.

Observamos que a dominação masculina não se fez presente, porque os casais vinham construindo uma relação de igualdade no seu relacionamento, com uma evolução constante, reproduzindo e modificando os valores do seu *habitus*.

Achamos que este trabalho é o início de muitos outros que poderão vir a reformular alguns conceitos da sexualidade após um diagnóstico de câncer de mama, trazendo novos conhecimentos de como os casais se reorganizam nesta área.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. M. **Vivendo a incerteza da doença: a experiência de mulheres com câncer de mama**. 1997. 152 f. Tese (Doutorado)-Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1997.

BIFFI, R. G. **O suporte social do parceiro sexual na reabilitação da mulher com câncer de mama – a perspectiva do casal**. 1998. 130 f. Dissertação (Mestrado)- Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1998.

BORDIEU, P. A dominação masculina revisitada. In: LINS, D. (Org.). **A dominação masculina revisitada**. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 23.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. cap. 1, p. 7-16.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 170 p.

GARCIA, S. M. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. (Org.). **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS: Ed. 34, 1998. p. 37.

HORDEN, A. Intimacy and sexuality for woman with breast cancer. **Cancer Nursing**, v. 23, n. 3, p. 230-236, 2000.

MEYEROWITZ, B. E.; DESMOND, K. A.; ROWLAND, J. H.; WYATT, G. E.; GANZ, P. A. Sexuality following breast cancer. **Journal of Sex & Marital Therapy**, v. 25, n. 3, p. 237-250, 1999.

ROSSI, L.; SANTOS, M. A. Repercussões psicológicas do adoecimento e tratamento em mulheres acometidas pelo câncer de mama. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n. 4, p. 32-41, 2003

- SCHRAIBER, L. B.; GOMES, R.; COUTO, M. T. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva*. v. 10, n. 1, p. 7-18, 2005.
- SEGAL, S. M. **Desfazendo mitos**: sexualidade e câncer. São Paulo: Ágora, 1994. 110 p..
- SILVA, R. M.; MAMEDE, M. V. **Conviver com a mastectomia**. Fortaleza: UFC, 1998, 155 p.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research**: techniques and procedures for developing grounded theory. Califórnia: SAGE, 1990. 270 p.
- STREUBERT, H. J.; CARPENTER, D. R. **Qualitative research in nursing**: advance the humanistic imperative. Philadelphia: J. B. Lippincott, 1995. cap. 7, p.145-161.

**Nota:**

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) pelo financiamento desta pesquisa.

# METÁFORAS DA VIDA A DOIS: SENTIDOS DO RELACIONAMENTO CONJUGAL PRODUZIDOS POR UM CASAL HOMOAFETIVO\*

*Murilo dos Santos Moscheta<sup>1</sup>; Manoel Antonio dos Santos<sup>2</sup>*

## METAPHORS FOR LIVING TOGETHER: MEANINGS ATTRIBUTED TO CONJUGAL RELATIONSHIP BY A GAY COUPLE

**Resumo:** Mudanças sociais têm possibilitado a flexibilização do modelo familiar patriarcal, gerando novos arranjos familiares, entre os quais se destaca a parceria homoafetiva estável. No entanto, a literatura científica produzida no contexto nacional ainda é bastante incipiente no que se refere a contribuições relativas às peculiaridades das famílias homoafetivas, que possam orientar a prática dos profissionais de saúde na abordagem de indivíduos com orientação sexual divergente da heteronormatividade. Este estudo apresenta alguns sentidos atribuídos à relação conjugal apresentados por um casal de homens homossexuais a fim de oferecer subsídios para a sensibilização das práticas em saúde para as especificidades desta demanda. Para tanto, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com um casal de homens adultos e homossexuais com quatro anos de relacionamento. O conteúdo da entrevista foi submetido a uma análise temática que buscou

217

---

\* Este trabalho foi subvencionado pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, mediante a concessão de bolsa de mestrado ao primeiro autor, sob orientação do segundo autor.

<sup>1</sup> Psicólogo, mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da FFCLRP-USP. Docente e coordenador do Centro Integrado de Psicologia e Pedagogia do Instituto Taquaritinguense de Ensino Superior – ITES. Co-coordenador do Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual – VIDEVERSO – FFCLRP-USP. e-mail: moscheta2@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP-USP. Diretor Científico e membro do corpo docente da SPAGESP. Membro da ABP – Associação Brasileira de Psicoterapia. Co-coordenador do VIDEVERSO – Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual – FFCLRP-USP. e-mail: masantos@ffclrp.usp.br

identificar as metáforas que o casal utilizou para descrever sua relação e quais os sentidos que elas expressam.

**Palavras-chaves:** Conjugalidade; homoafetividade; famílias homoafetivas; casais gays; homossexualidade.

**Abstract:** Social changes has made patriarchal family pattern flexible and have generated new familiar arrangements such as stable homoaffective partnerships. However, brazilian scientific literature is still very incipient regarding to contributions to understanding homoaffective families peculiarities and to offering guidelines to health professionals. This study presents meanings attributed to conjugal relationship by a couple of homosexual men. It aims at offering descriptive information that may help health practices to become aware of homosexual people demands. An open-ended interview was done with an adult couple of homosexual men engaged in a four-year relationship. The interview was audio recorded and fully transcribed afterwards. Its content was submitted to a thematic content analysis that tried to identify which metaphors the couple used to describe the meanings they attribute to their relationship.

**Keywords:** Conjuality; homoaffectivity; homoaffective families; gay couples; homosexuality.

## Introdução

Mudanças sociais têm possibilitado a flexibilização do modelo familiar patriarcal, gerando novos arranjos familiares, entre os quais se destaca a parceria homoafetiva\* estável. No entanto, a literatura científica produzida no contexto nacional ainda é bastante incipiente no que se refere a contribuições relativas às peculiaridades das famílias homoafetivas, que possam orientar a prática dos profissionais de saúde na abordagem de indivíduos com orientação

---

\* Neste texto, adotamos o termo *homoafetivo* para adjetivar as relações estabelecidas entre o casal de homens homossexuais. Esta escolha se justifica na medida em que desejamos enfatizar o laço conjugal criado entre a dupla que está além da mera correspondência sexual. Neste sentido, o termo homossexualidade de alguma forma reforça a visão estigmatizante que atribui a este tipo de relação um caráter meramente sexual (Costa, 1992). Nota-se que historicamente o termo têm sofrido transformações que refletem a tentativa de abordar a questão de maneira menos preconceituosa, de modo que o termo homossexualismo já é hoje totalmente repudiado por trazer em primeiro plano a associação a uma patologia.

sexual divergente da heteronormatividade. Este estudo apresenta alguns sentidos atribuídos à relação conjugal apresentados por um casal de homens homossexuais a fim de oferecer subsídios para a sensibilização das práticas em saúde para as especificidades desta demanda.

A cultura brasileira, herdeira da tradição patriarcal, definiu até o final dos anos 60 um modelo bem delineado de família. Composto pelo casal heterossexual e sua prole, este arranjo familiar manteve-se hegemônico até sofrer intensas transformações estimuladas por diferentes movimentos sociais. Hoje, assistimos a uma multiplicação de arranjos familiares que incluem os casais sem filhos, as famílias formadas a partir de segundos casamentos, a criação de filhos por apenas uma pessoa e não mais por um casal, os lares chefiados por mulheres, e os casais e famílias homoafetivos.

Os arranjos homoafetivos têm particularmente despertado grande mobilização social pois articulam seus interesses a grupos organizados que intensamente reivindicam mudanças sociais e políticas que reconheçam a legitimidade desses arranjos. Na interface com as ciências, sabemos que a Psicologia por muito tempo manteve-se em uma postura patologizante, preconceituosa e estigmatizante, entendendo as relações homoafetivas como desvio ou perversão. Atualmente a Psicologia busca atualizar-se, permitindo-se aproximar destas relações de uma maneira mais compreensiva, buscando os significados, questionamentos e contribuições que elas oferecem a discussão contemporânea sobre conjugalidade e família.

Este trabalho tem o objetivo de contribuir com esta discussão apresentando os significados que um casal atribui a conjugalidade a partir da reflexão sobre as metáforas que utilizam para traduzir a experiência de viver a dois.

### **Um olhar histórico-cultural para a conjugalidade**

A idéia da família formada a partir do casamento heterossexual, monogâmico e procriador está instalada no imaginário coletivo como norma a partir da qual as demais configurações familiares são classificadas. Como norma, esta configuração tende a ser vista como invariável, inequívoca e natural, perdendo sua dimensão histórica e sócio-construída. Resgatar esta dimensão é tarefa fundamental para problematizar e flexibilizar o conceito de família, a fim de criar um contexto capaz de compreender as famílias e casais homoafetivos.

Costa (1992) afirma que na Grécia e Roma da Antiguidade às relações sexuais e conjugais eram atribuídos sentidos distintos. O casal de amantes, geralmente

composto por dois homens habitava o universo público regulado por uma ética dos prazeres e dos deveres políticos. O casal composto pelo homem e pela mulher habitava o universo privado e regulava-se pelas leis do matrimônio que instituía uma relação desigual entre eles.

Na medida que o discurso cristão começa a conquistar sua hegemonia, maior ênfase é dada a igualdade entre homens, mulheres e crianças, uma vez que todos eram herdeiros de uma natureza pecaminosa e carente de redenção. Ao mesmo tempo, o pensamento liberal reforçava a igualdade e a responsabilidade do indivíduo perante seu próprio destino (VAITSMAN, 1994). O casamento começa a ser visto como a possibilidade de orientar, organizar e controlar dentro da família os impulsos mundanos de homens e mulheres pecadores. Além do mais, o casamento passou a ter uma importante função política e econômica, na medida que instaurava legados de poder e bens através de acordos entre famílias.

No século XIX, os sentidos atribuídos às uniões conjugais transbordaram os domínios dos laços de parentesco e do valor econômico da relação e passaram a se articular com os ideais do amor romântico. Criava-se a concepção de um “lar” com maridos e esposas fiéis às suas obrigações e protegidos em uma casa acolhedora para seus filhos-herdeiros. Ampliava-se a noção de intimidade familiar. Também neste período as ciências debruçaram-se com intenso interesse sobre a sexualidade e trataram de estudar, classificar, normatizar e prescrever suas manifestações (GIDDENS, 1992). Foi neste contexto que, aos poucos “a ética sexual masculina do uso dos prazeres e do cuidado de si” comum à Antiguidade “deu lugar à ética da virgindade e da castidade, da proteção à família, às esposas, às viúvas e às crianças” na Modernidade (COSTA, 1992, p. 79)

A medicina higienista foi uma das fontes de conhecimento científico que participou da configuração da família brasileira. Através de diferentes dispositivos, os médicos higienistas reforçaram a instituição do amor romântico e o ideal de família heterossexual monogâmica que foram instrumentos importantes na transformação política que se deu no período colonial brasileiro. Ao mesmo tempo em que as promessas médicas acenavam para um futuro feliz e promissor para as famílias, encarcerava, restringia e fragilizava essas novas famílias, tornando-as dependentes de um Estado que zelasse pelo futuro prometido. Séculos depois, as transformações da sociedade capitalista industrial e urbana atualizaram os contornos do modelo familiar patriarcal do colonialismo: delimitou o universo público da

produção e do trabalho remunerado como âmbito masculino e o universo doméstico, não remunerado, ficou a cargo da mulher (VAITSMAN, 1994).

Este modelo patriarcal da família nuclear brasileira funcionou como padrão de relacionamento conjugal até a segunda metade do século XX (COSTA, 1989; VAITSMAN, 1994), quando as mudanças políticas e econômicas forçaram sua flexibilização. Mulheres abriram caminho dentro das instituições de ensino e tornaram-se mãos-de-obra disponíveis e qualificadas. Ao mesmo tempo, o Estado promoveu, a partir dos anos 30 uma intensa industrialização que ampliava a necessidade de mão-de-obra. Assim, aos poucos as mulheres foram deixando o universo restrito e privado do lar e começaram a ocupar posições de trabalho no mundo público, tornando cada vez mais evidente os prejuízos e inadequações da rigidez do modelo patriarcal (CASTELLS, 1999).

Para Vaitsman (1994), a partir de 1950, podia-se identificar no Brasil uma intensa participação das mulheres no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se aumentava o controle sobre a natalidade e o número de desquites. Começava-se a flexibilizar o modelo familiar. Os avanços tecnológicos também foram importantes propulsores dessa flexibilização, pois permitiram a separação entre o sexo heterossexual e a reprodução bem como o maior controle sobre a natalidade. As pressões econômicas e a ênfase no individualismo permitiram que se criasse no imaginário popular a idéia de uma família sem filhos e sem muitos laços de parentesco. Essas mudanças se entrelaçam com profundas transformações nas relações de autoridade e poder na família (ROMANELLI, 1995).

A partir da década de 90, casais homoafetivos norte-americanos começaram a reivindicar o direito a serem reconhecidos como famílias. Perlongher (1992) argumenta que, também no Brasil, a homossexualidade revolucionária e contraventora nas décadas de 70 e 80, a partir dos anos 90 passa a ser assimilada e a compor o repertório de relações possíveis e que anseiam por legitimidade social.

Podemos dizer que parte deste anseio em constituir famílias deve-se ao benefício que Bourdieu (1996) chamou de “*lucro simbólico da normalidade*”, ou seja, uma vez que a representação de família institui-se como algo a-histórico, universal e natural, cada indivíduo sente em maior ou menor grau a pressão de se adequar a esta norma. Assim, podemos entender as famílias homoafetivas como um esforço em construir a partir de uma sexualidade discriminada e excluída uma prática socialmente aceita e valorizada.

## **Homossexualidade em uma perspectiva histórico-cultural**

Assim como a família, a homossexualidade é uma categoria socialmente construída e, por conseguinte carrega em sua história as marcas dos intensos processos sociais, políticos e culturais que a definiram.

Na Antigüidade grega e romana, a relação entre dois homens tinha um caráter iniciático e instrutivo e era vivida dentro de uma moldura política e cultural específica. Podemos dizer que estava muito mais relacionada com a forma com que o poder se distribuía socialmente do que com a afetividade ou uma determinada identidade psicológica. Não tinha um nome específico nem tampouco se constituía em oposição a um outro tipo de prática sexual.

O discurso cristão enfatizou a importância da carne e condenou o uso do corpo como forma de obtenção de prazer. O corpo passou a ser chamado de carne, e ao redor dela foram articulados discursos e saberes a fim de conhecer, vigiar e controlar. A sexualidade começou a ocupar o centro da existência humana, como se nela residisse a “verdade” a respeito dos homens. O sexo deixou de ser uma prática destinada à procriação e a obtenção de prazer e passou a estar associada à natureza do indivíduo e ao seu valor (FOUCAULT, 1979).

A ciência moderna estudou e buscou compreender e classificar a sexualidade humana. A sistematização científica estendeu-se sobre a sexualidade como catalogação das práticas sexuais e o conhecimento produzido foi útil na criação das categorias sexuais segundo as quais a identidade humana passou a ser compreendida. Na medida em que a classificação científica avança, vai ficando evidente o eixo que a organiza: a heterossexualidade procriativa e familiar burguesa. Em oposição a ela estaria a homossexualidade (chamada depois pelos médicos de homossexualismo) perversa, libertina e estéril. Criou-se o homossexual, aquele que estaria no extremo oposto das práticas heterossexuais, e que, estando lá, contribuiria em delimitar precisamente os contornos da heterossexualidade saudável. Dito de outra forma, a criação da figura do anormal serviu como critério para o delineamento claro da normalidade (LOURO, 2001).

É interessante notar que, neste período, não apenas o termo homossexual como também o termo heterossexual foram cunhados para descrever práticas sexuais consideradas como imorais, anti-naturais ou patológicas. Assim, heterossexual aparece no *Philadelphia Medical Dictionary* de 1901 como um desejo anormal ou um apetite pervertido em relação ao sexo oposto (KATZ, 1997).

Desta perspectiva, é surpreendente observar que a noção de indivíduos divididos em heterossexuais e homossexuais apesar de recente, compõe a organização do imaginário sexual contemporâneo com tal vigor que ganha *status* de verdade essencial, a-histórica, imutável, constituinte e fundamental. Além disso, Sedgwick (1990) questiona porque dentre as várias possibilidades de diferenciar a atividade sexual de uma pessoa da outra justamente o gênero do parceiro foi eleito como o critério inequívoco que resume uma identidade sexual e demarca o que somos.

Os estudos que se aproveitaram desta distinção binária entre homossexuais e heterossexuais trataram de em sua maioria enfatizar o aspecto desviante e patológico da primeira. Talvez não seja exagero argumentar que a história da relação da ciência do século XIX e XX com a homossexualidade é uma história marcada pela discriminação, preconceito, autoritarismo, estigmatização e violência (GAMSON, 2000).

Mudanças começaram a ocorrer quando surgiram, no contexto da sociedade norte-americana, os grupos organizados de *gays* e lésbicas. O discurso militante assumia a identidade homossexual imposta, mas, ao fazê-lo, reivindicava o direito de eles mesmos dizerem do que de fato se trata a homossexualidade (FOUCAULT, 1979). No Brasil movimentos sociais também começaram a surgir e a reivindicar seus direitos. Reforçou-se a noção de uma identidade homossexual e iniciou-se a luta por direitos. Dentre os direitos mais debatidos e atuais está o reconhecimento legal das relações homoafetivas.

## Metodologia

Esta pesquisa foi conduzida no intuito de oferecer subsídios à prática psicológica com população homossexual, sobretudo aos profissionais que trabalham direta ou indiretamente com famílias. Constitui um recorte extraído da Dissertação de Mestrado defendida pelo primeiro autor, sob orientação do segundo autor, que teve por objetivo conhecer a experiência de casais de homens homossexuais (MOSCHETA, 2004). Os dados a serem apresentados correspondem a uma das entrevistas realizadas para o referido estudo.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP. Para a coleta dos dados foi realizada uma entrevista aberta com um casal de homens adultos que mantinham um relacionamento homoafetivo e coabitavam há cinco anos. O casal foi contactado através da rede social do pesquisador. Após a apresentação e esclarecimentos dos objetivos da pesquisa,

ambos concordaram em participar do estudo. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A entrevista foi realizada na residência do casal, com ambos os parceiros simultaneamente. Foi audiogravada e posteriormente transcrita na íntegra. A transcrição foi submetida a uma análise de conteúdo temática, seguindo-se os passos descritos por Moscheta (2004). Nessa análise buscou-se identificar os significados que o casal atribuía à experiência de viver juntos. Estes significados foram posteriormente agrupados em núcleos temáticos.

Para melhor compreensão dos resultados, esses núcleos foram aglutinados e descritos como quatro metáforas que, de acordo com a percepção dos pesquisadores, traduzem e sintetizam os principais aspectos da experiência de vida a dois deste casal.

Na análise priorizou-se preservar o contexto conversacional criado durante a entrevista, uma vez que o casal o tempo todo negociou entre si, na presença do pesquisador, suas diferenças acerca do tema em questão. Para preservar o anonimato dos entrevistados e melhor apresentar a análise compreensiva da entrevista, os participantes serão designados por nomes fictícios: Carlos e Daniel.

## Resultados e discussão

Na seqüência, serão apresentados e analisados os núcleos temáticos nomeadas pelas metáforas: “casamento”, “contrato”, “balança” e “envelhecer juntos”.

### Casamento

A primeira metáfora que o casal utiliza para significar sua relação é o *casamento*. Para Carlos o casamento implica uma dicotomia fundamental entre o bom e o ruim, a felicidade e a dificuldade. O bom é definido como a possibilidade de companheirismo, de partilhar objetivos, da convivência, rotina e sexo. O ruim é definido pela falta de paciência e por uma certa saturação resultante da manutenção da proximidade, expressa pelo seu oposto: o desejo de poder estar só. Daniel acrescenta que a entrega faz parte da felicidade do casamento e, apropriando-se de um termo de Carlos e deslocando seu significado, afirma que a convivência é ruim pois implica em rotina. O casal expressa neste momento a primeira divergência na forma com que entendem e significam a convivência. Daniel, em seguida, refaz sua fala, marcando uma

diferença entre convivência e monotonia. Esta sim é ruim e representa uma ameaça à relação afetiva.

Daniel considera importante evitar a monotonia e a rotina e pensa que pode alcançar esse ideal por intermédio do cuidado com as atividades do dia-a-dia da relação, na busca do sentido das ações cotidianas. Cita como exemplo a atenção que dispensa ao preparo das refeições. Apesar de não comer alguns alimentos, ele se esmera em prepará-los para Carlos. Este, no entanto, não atribui às refeições o mesmo significado. Afirma que, para ele, a atenção dispensada por Daniel no preparo da alimentação do casal não é entendida como forte expressão de carinho ou atenção. Para Carlos, parece ser mais significativo o momento em que Daniel prova a comida que ele próprio prepara, uma vez que Daniel tem hábitos alimentares bastante restritos. Novamente, diferentes sentidos são atribuídos ao ato de preparar e comer os alimentos. Da diferença surge o conflito, que às vezes se converte em briga, mas também a possibilidade de mudança, prenunciada na seguinte fala:

CARLOS: É verdade, ele não comia carne de jeito nenhum. Agora ele tem comido carne três vezes por semana.

O encontro com a alteridade possibilita a mudança. À definição de casamento como o encontro de polaridades, é acrescentada a noção de ajuste. Este ajuste acontece na medida em que um abandona sua posição em favor do outro, revisando suas posições. Neste movimento ocorre a mudança. Para Carlos este ajuste é contínuo e diário, pois no momento em que seu companheiro muda, novas posições são exigidas dele, e vice-versa. Assim, Carlos afirma que no tempo em que esteve com Daniel conseguiu a determinação necessária para ingressar em uma faculdade. Carlos afirma ter conseguido, com a ajuda de Daniel, assumir para a família sua relação com o parceiro.

A aliança é apresentada como símbolo material desse casamento. Daniel afirma que, com seis meses de relacionamento, Carlos lhe “pediu em casamento”. Carlos comprou um par de alianças e foi conversar com a mãe de Daniel. A aliança e os ritos do casamento são trazidos à conversa para complementar os sentidos que o casal atribui à relação conjugal. Daniel atribui à aliança um sentido delimitador, como um sinal distintivo da situação conjugal. A aliança separa aqueles que estão *disponíveis* para relacionamentos e aqueles que estão comprometidos. Carlos surpreende-se com a representação da aliança como um símbolo que demarca a fronteira entre disponibilidade e compromisso. Agora é ele quem se apropria de uma representação de Daniel e a transforma, dotando-a de um sentido próprio. Para Daniel a aliança era um sinal que ele ostentava para apresentar para os

outros seu compromisso afetivo com outra pessoa. O que Carlos entende desta representação é que a aliança é um símbolo que Daniel coloca nele (Carlos) para garantir sua posse pelo parceiro.

Carlos afirma que, para ele, a aliança representa as duas metades que se unem, é símbolo do compromisso. Seu sentido não está no olhar do outro, mas sim dentro da própria relação. A representação de Daniel de uma relação que necessita de símbolos que a evoquem e protejam no âmbito social mais amplo traz também a idéia de fragilidade e ameaça ao pacto monogâmico. É neste momento que surge uma segunda metáfora: *o contrato* celebrado entre os companheiros.

## Contrato

O contrato é definido por Carlos como um pacto de amor, fidelidade, companherismo e amizade. É um compromisso de conjugar e de somar duas vidas. É esse contrato, e não as restrições simbolizadas pela aliança, que impedem a aproximação de terceiros que comprometeria a fidelidade do casal.

A aproximação de terceiros é ameaçadora na medida em que possibilita o rompimento de um dos termos desse contrato: a exclusividade afetivo-sexual. Nota-se que tanto Carlos quanto Daniel romperam relacionamentos anteriores devido à “quebra desse contrato de fidelidade”.

A negociação dos termos desse contrato ocorre dentro das possibilidades que cada um dos parceiros tem de abdicar de suas próprias necessidades em favor de algo comum. Esta abdição só é possível se garantir algum benefício em troca. No caso, a renúncia que Carlos afirma fazer em relação ao seu desejo de buscar novos parceiros é garantia do amor que ele sente por Daniel, afinal exclusividade afetivo-sexual parece ser um dos contornos que definem o que é o amor para ele e Daniel. É interessante notar que para ambos a abdição de uma vida sexual livre com múltiplos parceiros é entendida como um sacrifício, uma perda que cada um sofre individualmente em benefício do outro. Por outro lado, essa perda adquire uma conotação positiva, ao servir de caução. A parceria conjugal parece se assentar sobre essa garantia simbólica: a felicidade a ser usufruída depende em boa medida da cota de sacrifício que cada parceiro estaria disposto a fazer, renunciando a uma parcela de seu egoísmo e à plena satisfação de seus desejos.

De maneira recíproca, Carlos entende que o amor de Daniel deve ser expresso dentro dos mesmos contornos. Se ele, Carlos, assegura ao parceiro

seu amor por meio da fidelidade que lhe devota, ele pode alimentar a expectativa de que Daniel assim também o faça. Aqui se observa claramente o espelhamento como cimento imaginário da relação amorosa. Essa reciprocidade evoca nova metáfora: a balança.

## Balança

A imagem da balança retoma a dicotomia trazida pela descrição do casamento, porém, diminui a separação entre os pólos e acrescenta a idéia de interdependência. Busca-se um equilíbrio entre o que se perde e o que se ganha com as restrições e concessões que são feitas em prol do outro. Para que possam viver juntos, Carlos e Daniel têm de fazer concessões. Esta restrição da liberdade é de certa maneira proporcional, pois um só pode ser livre na mesma medida em que suporta a liberdade do outro.

CARLOS: É esse controle que, por um outro lado, ele tem como contrapartida o abrir mão de uma parte de nossa independência. É essa balancinha que eu estou falando. Naqueles aspectos que eu controlo o comportamento do Daniel, ou que eu controlo as atitudes e os comportamentos do Daniel, ele está abrindo mão da independência de ter essas atitudes livremente. E como contrapartida esse controle. E o oposto também é verdadeiro.

227

O casal passa a evidenciar suas diferenças e suas implicações no cotidiano do casal. Neste momento da entrevista destacavam-se os aspectos conflitivos e discordantes da parelha. A metáfora do *casamento* que enfatizava a comunhão de pólos opostos havia se transformado em *contrato*, com destaque à noção de compromisso, e o contrato, por sua vez, transformara-se em *balança*. Essas sucessivas metamorfoses dos significados da conjugalidade evidenciam o movimento contínuo que anima os jogos de posicionamento e reposicionamento do casal no transcurso da entrevista.

A balança evidencia o anseio pela mutualidade nas trocas, o desejo de estabelecer uma relação na qual os parceiros, embora diferentes, possam sentir que estão trocando em equivalência, ou seja, uma relação simétrica e igualitária. A quarta metáfora reforça este aspecto de igualdade e retoma a noção de coesão da dupla.

## Envelhecer juntos

A coesão do casal, colocada em risco pelos assédios de um mundo sedutor e pelas diferenças pessoais que se entrechocam no interior da relação, emerge no contexto dos sonhos e planos para o futuro. Para Carlos e Daniel o

único futuro existente é aquele que inclui o parceiro. Fazer planos, para Daniel, é pensar antecipadamente nas necessidades do outro. Para Carlos, a convivência permite um tal conhecimento do outro que se torna possível prever suas necessidades e desejos. É este o sentido dado à coesão do casal: a possibilidade de pensar, agir e sentir em conformidade com o outro.

A palavra “projeto”, etimologicamente, remonta ao grego *projectum*, que significa “lançar-se para adiante”. Logo, construir projetos é poder sustentar, ao longo do tempo, uma relação entre o corpo e a mente de tal maneira que o espírito possa se opor à dissolução da matéria. Traduz, de certa maneira, um ideal transcendental do ser humano: o desejo de permanecer, de imprimir a marca de sua existência sobre a face da terra, de fazer valer sua presença no mundo na relação que se estabelece com outros seres.

Incluir na discussão a dimensão da temporalidade traz à tona o processo de construção da relação. Duas histórias diferentes que se encontram e buscam um futuro em comum. Novamente a diferença emerge na fala de Carlos:

CARLOS: Na realidade são dois universos. Duas pessoas que se casam são dois universos que se conciliam. Ele vem de uma criação, de uma família, que pensa de determinada maneira. Que tem toda uma dinâmica e eu venho de uma outra completamente diferente. A gente se propôs: “Olha a gente vai misturar tudo isso agora.”

O choque produzido pelo confronto desses dois universos e a busca desse futuro em comum só ganha sentido dentro da perspectiva do sentimento intenso que o casal denomina amor. A partir desse momento da entrevista, Carlos e Daniel começam a relatar as semelhanças existentes entre eles, inclusive entre os contextos familiares de origem e entre os relacionamentos anteriores que desfrutaram. O reconhecimento dessas semelhanças proporciona ao casal a coesão necessária para a criação de uma linguagem própria:

CARLOS: (...) hoje nós precisamos conversar muito menos para chegar em um acordo. Hoje a gente já se conhece mais. A gente se compreende... (...) Um dia que eu chego estressado do trabalho o DANIEL olha para a minha cara e ele já sabe que eu estou estressado e pronto. A gente já não tem que conversar e se explicar.

Na medida em que esta relação torna-se segura e estável, ela é entendida como um aparo protetor frente às oposições e entraves sociais que cercam a homoafetividade. Daniel encontra na relação com o parceiro o lugar privilegiado para dialogar sobre os sentidos que dá à sua vida e sexualidade e Carlos encontra a força necessária para enfrentar o estigma e o preconceito

dirigido ao amor entre iguais. Por fim, estar junto com o outro é também assumir a responsabilidade por seu bem-estar. Daniel acredita que é responsável pela felicidade de Carlos e Carlos pensa que pode contribuir com a manutenção da felicidade de Daniel.

## Considerações finais

Na síntese que empreendemos dos significados que o casal atribui à conjugalidade podemos notar a confluência de diferentes valores que coexistem no imaginário da relação homoafetiva. A noção romântica de relação amorosa, baseada na idéia de que um vive pelo e para o outro, coexiste no discurso desse casal com noções mais contemporâneas de relacionamento, que incluem o anseio pela troca igualitária e pela simetria de poder. A coexistência desses ideais conformam os termos da vida em comum.

Osorio e Valle (2002), ao analisarem a etimologia da palavra conjugalidade, destacam a herança de assimetria oriunda do patriarcalismo. Recordam que o termo *conjugal* significa, literalmente, “com jugo”, ou seja, estar sob o poder e controle do outro. Na contemporaneidade os valores patriarcais que instituíam uma diferença entre homem e mulher foram rejeitados e novos valores que enfatizam a troca e igualdade de direitos e deveres foram valorizados. O autor ainda utiliza o termo complementaridade para adjetivar as relações contemporâneas nas quais os parceiros procuram na relação conjugal um acréscimo aos seus projetos de vida individuais. Pensamos que, para o casal homoafetivo, a busca pela simetria e igualdade de trocas pode ser ainda mais enfatizada, uma vez que a relação não se constrói a partir de uma diferença, mas sim de uma equivalência de gênero.

No entanto, se a assimetria do modelo patriarcal/romântico é rejeitada, outros aspectos desse modelo permanecem inabalados, como o suposto “direito” de posse sobre o outro. Este aspecto fica mais evidente no discurso do casal quando tratam do medo das traições. A maneira atualizada de rever o conceito de posse e exclusividade sobre o corpo do outro é apresentada como um contrato, um acordo que o casal firma em comum acordo de abrir mão dos desejos individuais para obter do outro a mesma renúncia.

Assim, no discurso do casal detectamos a condensação – expressa na rica metáforização da relação conjugal – e o deslocamento – expresso no deslizamento metonímico dos significantes. A passagem do “casamento” ao “contrato” ou à “balança” opera um deslocamento que pode ser entendido

como desejo de abandono do modelo romântico de relacionamento para a entrada em um modelo contemporâneo que valoriza as trocas e, assim como as trocas comerciais, o “lucro” que se auferê na transação efetuada. Esse ganho é convertido em uma espécie de reserva, de pecúlio ou *poupança*, uma caução que garantiria a sobrevivência da relação afetiva nos tempos da velhice.

Portanto, pode-se afirmar que, no trajeto de construção do projeto de vida a dois, o casal apresenta um discurso carregado de valores que ora tendem à valorização da afetividade romântica, ora pendem para o racionalismo formal dos contratos de mercado. Materializam, assim, o dilema contemporâneo de ansiar pela vida a dois sem deixar de ser um, ou ainda, o desejo de viver com o outro um projeto que seja de um, do outro e ao mesmo tempo dos dois.

### Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. Apêndice: O espírito da família. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996. p. 124-135.
- CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura vol 2**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 168-285.
- CLARK, W. M.; SEROVICH, J. M. Twenty years and still in the dark? Content analysis of articles pertaining to gay, lesbian and bisexual issues in marriage and family therapy journals. **Journal of Marital and Family Therapy**, v. 23, n. 3, p. 239-253, 1997.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. 282 p.
- \_\_\_\_\_. **A inocência e o vício. Estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992. 195 p.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade v. 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 152 p.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 296 p.
- GAMSON, J. Sexualities, *queer* theory, and qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Edits.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 347-365.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992. 228 p.

- KATZ, J. N. "Homosexual" and "heterosexual": Questioning the terms. In: DUBERMAN, M. (Ed.) *A queer world: The Center for Lesbian and Gay Studies Reader*. New York: New York University Press, 1997. p. 177-180.
- LOURO, G. L. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. *Revista de Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 124-135, 2001. Florianópolis, 2004.
- MOSCHETA, M. S. **Construindo a diferença**: a intimidade conjugal em casais de homens homossexuais. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2004.
- OSORIO, L. C.; VALLE, N. E. Dinâmica das relações conjugais: uma visão contemporânea. In: OSORIO, L. C. (Org.). **Terapia das famílias: novas tendências**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 9-16.
- PERLONGHER, N. O desaparecimento da homossexualidade. In: LANCETTI, A. (Org.). **Saúde e loucura** número 3. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 38-45.
- ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995. p. 80-85.
- SEDGWICK, E. K. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990. 258p.
- VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais**: Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 203p.

# ROMPER O VÍNCULO CONJUGAL: UMA DIFÍCIL DECISÃO PARA O SEXO MASCULINO

*Cecília Aparecida Silva<sup>1</sup>; Carlos Alberto Dias<sup>2</sup>; Agnes Rocha de Almeida<sup>3</sup>*

## DISCONTINUE THE CONJUGAL BOND: A DIFFICULT DECISION FOR THE MALE SEX

**Resumo:** Muitos homens, objetivando alcançar o bem-estar não obtido na vida conjugal, estabelecem relações extraconjugais. Fazê-lo, aparentemente é mais prazeroso do que iniciar um processo de reflexão sobre os motivos que os tornam infelizes para deles se desvencilhar. Objetivando identificar variáveis que contribuem para que diversos homens mantenham um relacionamento conjugal insatisfatório, foram entrevistados indivíduos casados, residentes na cidade de Governador Valadares, apresentando problemas no relacionamento conjugal. Observou-se que existe uma tendência do homem em acomodar-se aos benefícios da vida conjugal devido às seguintes situações: expectativas de melhorias no relacionamento, medo da solidão, preocupação com o bem-estar dos filhos e medo de enfrentar situações novas. Assim, muitos homens dão continuidade ao relacionamento conjugal mesmo quando este é gerador de sofrimentos. Conclui-se que embora os homens, em sua maioria, tenham autonomia financeira, variáveis psicológicas os impedem de avaliar com clareza sua situação conjugal, inviabilizando tomadas de decisões assertivas.

**Palavras-chave:** Relacionamento conjugal; conflitos; infidelidade; assertividade; divórcio.

---

<sup>1</sup> Psicóloga clínica. Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM) – Governador Valadares, MG. e-mail: cecitanzer@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Psicologia Clínica. Universidade Vale do Rio Doce, MG. e-mail: cdias@univale.br

<sup>3</sup> Pós-graduada em Dependência Química e Outros transtornos Compulsivos. União de Ensino São Francisco, ES. e-mail: agnes.almeida@ig.com.br

**Abstract:** Many men, trying to reach a well-being not obtained in marital life, establish extramarital relations. Doing this appears to be more pleasant than starting a reflection process about the reasons that made them unhappy and consequently loosen their bond. In order to identify variables that contribute to maintain an unsatisfactory marital relationship for various men, married individuals were interviewed – resident in the town of Governador Valadares – presenting problems in their marital relationship. We noted that there exists a tendency in man to accommodate to the benefits of marital life because of the following situations: expectations of improvements in the relationship, fear of loneliness, worry about the well-being of the children and fear of facing new situations. Thus, many men continue the marital relationship even when this generates suffering. One can conclude that even though the majority of men have financial autonomy, psychological variables prevent them from evaluating with clarity their marital situation, making assertive decisions not viable.

**Keywords:** Conjugal relationship; conflicts; unfaithfulness; assertiveness; divorce.

## Introdução

O número de homens que buscam atendimento psicoterápico em decorrência de relacionamentos conturbados e infelizes tende a aumentar dia a dia. Por mais fortes que procurem aparentar, não conseguem disfarçar sua fragilidade frente à questões amorosas. Quando o relacionamento é motivo de sofrimento e angústia, muitos buscam estabelecer relacionamentos extraconjugais por acreditarem que dessa forma, alcançarão o bem-estar desejado. Efetivamente o envolver-se em aventuras amorosas torna-se mais prazeroso do que iniciar um processo de reflexão sobre os motivos que os tornam infelizes em sua relação conjugal. Sobre a prática da infidelidade como forma de contornar os problemas do relacionamento e manter de forma indireta o compromisso conjugal, Giusti (1987, p.29) faz o seguinte comentário “[...] a infidelidade torna-se mais um indício de um estado de incertezas e insatisfações do que uma alternativa real para um casamento que chegou ao fim”.

A busca do prazer através do ato de infidelidade atua como um processo de fuga da situação problema. Isto é utilizado, sobretudo para não se confrontar com a possibilidade de ter que decidir pelo término do relacionamento. A relação extraconjugal permite ao homem encontrar o prazer na vida sexual

e ao mesmo tempo relacionar-se com a esposa dentro de um clima de “amor e amizade”. Decidir pela separação tende a representar para o homem um fracasso em sua capacidade de honrar os compromissos assumidos publicamente que incluíam entre outros, o zelar pela felicidade de sua esposa nos bons e maus momentos. Não raro homens nessa situação entendem que a separação pode trazer para a mulher pesadas conseqüências e por isso procuram obter um equilíbrio, envolvendo-se de forma paliativa em casos amorosos. A esse respeito, Giusti faz o seguinte comentário:

No relacionamento com outra pessoa diferente do próprio cônjuge, o indivíduo tenta encontrar uma auto-realização maior do que a alcançada no casamento. A infidelidade, assim, transforma-se em uma espécie de caminhos alternativos para experimentar novos momentos de crescimento mais convenientes à sua personalidade, um modo de conhecer melhor a si mesmo (GIUSTI, 1987, p. 28).

Em termos globais, o homem parece ser dirigido por “mandatos” que o obrigam a zelar a todo o custo por sua relação conjugal: “homem que é homem assume as conseqüências de seus atos até o fim”; “o homem deve cumprir o que prometeu”; “quando se come a carne, deve-se também roer os ossos” e outros. Em outros termos, há para o homem uma idéia de que deve cumprir com sua função de esposo e pai, até que a morte dê fim a seus conflitos. A esses mandatos é comum que se acrescente o temor de que um outro homem venha possuir aquela que já foi sua mulher. Os mais paternos tendem também a sentir medo de perder o amor de seus filhos para aquele que se apossou do que antes “lhe pertencia”. Nos casos em que a mulher possui bens, apesar de infeliz o marido tende a permanecer na relação por medo de perder as regalias oferecidas pelo casamento. Por motivo similar, há homens que mantêm a relação, para não repartir seus bens com a esposa.

Existem ainda outras variáveis que aumentam as dificuldades do homem em sair de um relacionamento infeliz, a saber: medo da solidão, receio de não ser jovem o bastante para iniciar novo relacionamento, medo de ferir sentimentos de terceiros, preocupação em ser apontado como o vilão na situação e ainda o sentimento de não ter cumprido seu papel de “protetor” ao fazer sofrer sua mulher.

Embora romper com o relacionamento conjugal seja uma conclusão “quase óbvia” para muitos indivíduos, o temor de que sua decisão possa não ser a melhor, o impede de assumi-la. O fato de se sentir livre ou com motivos para viver um relacionamento extraconjugal, não significa que se sinta igual-

mente capaz de dar fim ao relacionamento conjugal. Teme que tanto sua esposa quanto seus filhos sofram as conseqüências de um ato “impensado”. O temor das conseqüências de um possível rompimento por ele proposto pesa tão fortemente que acaba por viver como se estivesse em uma balança: ora tem vontade de partir, ora tenta se convencer de que deve ficar. Em outros termos o sujeito vive um estado de angústia, de dúvidas e acaba por se sentir vítima da situação.

Objetivando a manutenção de um relacionamento infeliz, várias são as estratégias para, de forma justificada, promover o distanciamento da vida a dois. O desejo que antes era estar junto à família, passa a ser direcionado para o trabalho, viagens, amigos. Essas mesmas estratégias que atuam como um escudo protetor da vida conjugal serve também para aumentar em ambos a sensação de abandono e solidão. O homem originário da cultura de que “homem não chora” sofre em silêncio em seu isolamento.

A situação apresentada levanta a questão: *Porque diversos homens optam por manter o casamento, embora o relacionamento conjugal seja fonte de sentimentos de frustração e de incompetência pessoal?*

## Metodologia

A presente investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce-MG. Considerando que a pesquisa tem como objetivo descrever características de pensamentos e comportamentos de um determinado grupo de indivíduos situados num tempo e num espaço geográfico definidos, considerou-se que o método mais indicado seria o de Survey Interseccional (BABBIE, 2005). A população alvo é formada por homens casados, residentes na cidade de Governador Valadares. Os participantes foram identificados através do método Bola de Neve<sup>4</sup>. Dos sujeitos identificados considerou-se para o estudo 41, que além de aceitar participar da presente pesquisa, estivesse vivendo um relacionamento conjugal insatisfatório.

A coleta de dados se fez através de entrevistas, ocasião em que as informações fornecidas pelos participantes da pesquisa foram registradas num formulário próprio. No momento da entrevista foi inicialmente esclarecido que a participação se fazia por livre consentimento e que lhes era resguardado o direito

<sup>4</sup> Método no qual os entrevistados são indicados por conhecidos e escolhidos aleatoriamente.

de se recusarem a responder qualquer questão que pudesse constrangê-los e ainda, poderiam até interromper a entrevista e destruir o formulário caso não pretendessem continuar fazendo parte da investigação. Foi também assegurado o anonimato dos dados e das respostas contidas no formulário. O tempo médio das entrevistas foi de 50 minutos. Ao final da entrevista, todos os que manifestaram interesse foram encaminhados para o Serviço de Psicologia Aplicada do Curso de Psicologia da Universidade Vale do Rio Doce-MG. Os dados coletados foram tratados estatisticamente através do programa SPHINX que além de realizar a organização dos dados, forneceu quadros e tabelas.

## Resultados

A idade média dos participantes é de 39 anos predominando aqueles que possuem entre 33 e 43 (43,9%) e entre 43 e 53 anos de idade (26,8%). Quanto ao nível de escolaridade, 41,5% possuem o Ensino Médio, 12,2% o Ensino Fundamental e apenas 4,9% são de nível superior. Constatou-se que 24,4% não possuem filhos, 26,8% possui apenas 1, 19,5% possui 2 e 29,3% possui três filhos ou mais. O tempo médio de relacionamento conjugal é de 11 anos sendo que 34,1% têm menos de 5 anos e 22% têm entre 10 e 15 anos de relacionamento.

Conforme indicado no quadro 1, dos valores a serem protegidos a fim de se manter um bom relacionamento conjugal, 29,3% apontam como principal a confiança mútua, 22% o respeito, 19,5% a fidelidade e 12,2% a cumplicidade entre o casal. Apenas 4,9% dos entrevistados citam o amor como sustentáculo da vida conjugal.

Valores que devem permanecer	Porcentagem
Confiança mútua	29,30%
Respeito	22,00%
Fidelidade	19,50%
Cumplicidade	12,20%
Amizade entre o casal	7,30%
Amor	4,90%
Submissão da mulher	2,40%
Amizade entre familiares	2,40%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Quadro 1: Valores que precisam ser protegidos no casamento.

Quando questionados sobre as possíveis fontes de conflitos dentro de um relacionamento, 24,4% apontaram a infidelidade, 17,1% à falta de confiança e 12,2% o desrespeito à individualidade. Embora o quadro 2 forneça outros dados como fontes de conflitos, os três mais citados merecem uma atenção especial. Observa-se que ao mesmo tempo em que o homem admite a possibilidade de surgirem conflitos no casamento, gerados por infidelidade ou por uma desconfiança de que esta esteja ocorrendo, ele sente que a individualidade deve ser respeitada. Muitos se sentem desrespeitados justamente quando a esposa desconfia de sua fidelidade.

Conforme se pode observar a partir do quadro 3, os entrevistados consideram como fontes de conflitos no casamento as situações vivenciadas no momento. A falta de confiança está presente no relacionamento na opinião de 29,9% e 11,9% sentem que sua individualidade não está sendo preservada. A infidelidade que antes ocupava o primeiro lugar caiu para o sexto, atingindo 7,5% dos entrevistados.

Os entrevistados declararam que a desconfiança de uma possível infidelidade parte tanto da esposa, quanto deles. Um outro conflito vivenciado pelos homens é a disputa de autoridade e poder. Disputar a autoridade com a esposa é sentida como difícil de lidar por 13,4%.

<b>Fonte de conflitos no relacionamento</b>	<b>Porcentagem</b>
Infidelidade	24,40%
Falta de confiança	17,10%
Desrespeito à individualidade	12,20%
Falta de objetivos comuns	9,80%
Disputas de autoridade e poder	9,80%
Dificuldades financeiras	7,30%
Falta de cumplicidade	7,30%
Interferência de familiares	7,30%
Não tem	4,90%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

Quadro 2: Possíveis fontes de conflitos no relacionamento.

Os dados contidos no quadro 3 indicam que os valores considerados importantes para um bom relacionamento (ver quadro 1), não fazem parte da vivência real dos entrevistados. Alguns dos conflitos citados podem até provocar uma alta dose de insatisfação nos homens, no entanto aqueles direcionados à fidelidade são os que realmente podem provocar uma separação.

<b>Conflitos vivenciados no casamento</b>	<b>Porcentagem</b>
Falta de confiança	29,90%
Disputas de autoridade e poder	13,40%
Desrespeito à individualidade	11,90%
Interferência de familiares	10,40%
Falta de cumplicidade	9,00%
Infidelidade	7,50%
Dificuldades financeiras	6,00%
Falta de objetivos comuns	6,00%
Incompatibilidade sexual	6,00%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

Quadro 3: Conflitos vivenciados no casamento.

Conforme indicado no quadro 4, 65,9% acreditam que a infidelidade justificaria uma separação, assim como o ciúme exagerado da parceira (9,8%), o desrespeito à individualidade (4,9%) e a falta de confiança na parceira (4,9%). Interessante ressaltar que a falta de objetivos comuns e a falta de cumplicidade quase não foram citadas pelos homens, levantando assim a seguinte questão: Estaria o homem mais preocupado com a idéia de ser traído do que com o bem-estar da relação em si?

<b>O que justificaria uma separação</b>	<b>Porcentagem</b>
Infidelidade	65,90%
Ciúme exagerado da parceira	9,80%
Desrespeito à individualidade	4,90%
Falta de confiança na parceira	4,90%
Falta de objetivos comuns	4,90%
Outra	4,90%
Falta de cumplicidade	2,40%
Dificuldades financeiras	2,40%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

Quadro 4: Quais dos conflitos justificam uma separação.

O quadro 5 indica os motivos dados pelos entrevistados para manter um relacionamento conjugal insatisfatório. Dentre eles, 26,8% defenderam que a permanência no casamento se dá em função dos filhos. No entanto, há que se observar que os pais não temem causar sofrimento aos filhos, eles temem o próprio sofrimento. Vale lembrar que o pai só perde o amor do filho quando o seu próprio comportamento ou distanciamento magoa a

criança. Efetivamente os homens ao temer a perda do amor do filho, temem perdê-lo para um outro homem, assim como os 9,8% que afirmaram que a possibilidade de perder o amor da esposa para outro impede que eles proponham a separação.

O temor de fracasso frente à sociedade é observado em 29,3% dos casos. Esse medo de fracassar é explicado por 17,1% dos homens quando afirmam que não estariam honrando a promessa matrimonial e por 12,2% dos homens que não estariam cumprindo com os deveres de pai e marido.

O que leva o homem a permanecer no casamento, mesmo insatisfeito?	Porcentagem
A possibilidade de perder o amor dos filhos	26,80%
O sentimento de fracasso por não honrar a promessa matrimonial	17,10%
O medo da solidão, ou de não vir a amar ou ser amado por outra mulher.	17,10%
A cobrança social por não honrar com seus deveres de pai e marido	12,20%
A possibilidade de que outro homem venha possuir aquela que me pertence	9,80%
Não querer perder o conforto e a comodidade de ter uma mulher em casa	7,30%
Não estar pronto para enfrentar novas situações	4,90%
A exigência legal de pagar pensão	2,40%
Outro	2,40%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

Quadro 5: Motivos que levam o homem a permanecer no casamento apesar da insatisfação.

Existe a crença em 75,6% dos entrevistados de que podem superar a separação mais rapidamente do que as mulheres. No entanto, se realmente acreditassem ter maior facilidade em reconstruir a vida após o divórcio dificilmente temeriam a solidão e muito menos as novas situações às quais estariam sujeitos após a separação.

Ao observar o quadro 6, questiona-se o verdadeiro sentimento dos entrevistados frente ao relacionamento conjugal. A falta de confiança é sentida como o conflito mais presente entre quase todos os entrevistados, independentemente do grau de satisfação com o relacionamento conjugal. A desconfiança em relação a sua parceira aparece em 25,0% dos “Muito satisfeitos”, 25% dos “Satisfeitos”, 21,4% dos “Insatisfeitos”. Já que a falta de confiança justificaria a separação, como 25% dos homens podem vivenciá-la e ao mesmo tempo estar muito satisfeitos com a vida conjugal?

Entende-se que todo relacionamento tem seus conflitos e que estes muitas vezes não justificam uma separação. No entanto, é pouco compreensivo que um sujeito que vivencia situações de desconfiança, desrespeito à individualidade, infidelidade e falta de objetivos comuns, afirme estar “muito satisfeitos” com o relacionamento. Contudo, poder-se-ia entender que apesar de se estar satisfeito com o relacionamento conjugal, fantasias relativas à infidelidade tendem a “assombrá-los” no dia-a-dia em função de experiências passadas, ou de suas próprias fantasias. Nesse último caso o desejo de possuir a mulher de outrem, se converte em temor de que um outro homem possua sua mulher. Isto explica sua constante insegurança e falta de confiança em relação à parceira.

Conflitos vivenciados no relacionamento	Satisfação no relacionamento			
	Muito satisfeitos	Satisfeitos	Insatisfeitos	TOTAL
Falta de confiança	25,0%	25,00%	21,40%	24,70%
Não respondeu	10,30%	28,60%	14,30%	17,30%
Disputas de autoridade e poder	12,80%	10,70%	7,10%	11,10%
Desrespeito à individualidade	10,30%	10,70%	7,10%	9,90%
Interferência de familiares	10,30%	7,10%	7,10%	8,60%
Falta de cumplicidade	10,30%	3,60%	7,10%	7,40%
Infidelidade	10,30%	0,00%	7,10%	6,20%
Dificuldades financeiras	5,10%	7,10%	0,00%	4,90%
Falta de objetivos comuns	2,60%	3,60%	14,30%	4,90%
Incompatibilidade sexual	2,60%	3,60%	14,30%	4,90%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Quadro 6: Conflitos vivenciados no casamento X Satisfação no casamento.

## Mudanças nos papéis sociais do homem e da mulher

Segundo Cuschnir (2000), os tradicionais papéis masculinos e femininos estão em decadência. Não cabe mais apenas ao homem aparentar firmeza, frieza e autocontrole. Da mesma forma, não só da mulher se deve esperar a transparência das emoções. O autor se refere ao homem atual como o “*sexo frágil*” e avalia as mulheres como sendo “egoístas, autocentradas, voltadas para obter sucesso, poder e satisfação”.

Não se pode desconsiderar a opinião do autor, quanto às mudanças nos papéis de homens e mulheres. Porém, convém observar que a atitude da mulher atual se deve ao fato delas estarem mais fortalecidas em termos sociais, econômicos e profissionais. Não fosse o excesso de pressão a que foi

submetido no passado o sexo feminino, elas não teriam buscado com tanto “egoísmo” seu fortalecimento. De forma similar, se as relações entre os sexos tivessem sido mais igualitárias, sobretudo durante a formação da sociedade brasileira, os homens não estranhariam na atualidade, o fato da mulher ser independente.

Cuschnir considera que o homem contemporâneo se encontra em condições de inferioridade, principalmente pelo fato de que as mulheres vêm conquistando espaços em todos os campos produtivos. Elas deixaram de ser dependentes de seus maridos, e passaram a participar do mercado de trabalho, demonstrando possuir um potencial igual ou muitas vezes superior ao apresentado pelos parceiros.

Segundo Boas (2002) a chamada crise da masculinidade, antes restrita à intimidade de cada homem, tornou-se pública nos últimos dez anos. Dezenas de estudos de antropólogos, sociólogos e psiquiatras chamaram a atenção para a condição de inferioridade do sexo masculino. O autor afirma que atualmente as mulheres não mais necessitam dos homens para que este exerça uma de suas funções primordiais, a procriação. Os avanços tecnológicos trouxeram a possibilidade da inseminação artificial e ao mesmo tempo, as mulheres descobriram que o prazer sexual pode ocorrer com ou sem a companhia de um homem. É sabido que o sêmen é doado por homens, mas as mulheres não precisam ter qualquer envolvimento com eles. Com isso, os homens vão se sentindo desconfortáveis na sua relação com as mulheres. Pensar que qualquer coisa que o homem possa oferecer a uma mulher pode ser conseguido por ela independentemente de sua ajuda, gera numa significativa parcela da população masculina uma sensação de inutilidade.

Esse sentimento refletido dentro do casamento pode gerar uma insatisfação quanto ao relacionamento conjugal. A nova situação da mulher deixa o homem sem lugar, sem um papel específico e exclusivo na família. Ela pode engravidar, trabalhar, cuidar da casa, do marido, dos filhos e de todos os problemas que possam aparecer. Contudo, o homem, pode até tentar fazer quase tudo que a mulher faz, mas a forma que geralmente é educado o impede de ter interesse e até mesmo as habilidades para exercer com maestria tais atividades.

Em muitos lares, podem existir homens insatisfeitos com o casamento justamente por estarem deslocados dentro dele. No entanto, não são todos que a partir dessa insatisfação, procuram fazer um redimensionamento de suas expectativas e atualizar-se para melhor lidar com as novas contingências.

Quando esses pensam em algo para se sentirem mais satisfeitos, certamente o divórcio não está entre as primeiras opções.

A dificuldade que o homem tem em assumir que não é feliz no casamento pode estar diretamente ligada ao fato de não acreditarem que atualmente os tradicionais papéis assumidos por ele se tornaram obsoletos. Eles tendem ainda a acreditar que o homem deve sustentar sua família e dar conta das despesas de forma que sua esposa não precise trabalhar ou que se o fizer é para que se sinta socialmente útil e produtiva. O trabalho feminino pode ser visto por eles, como um atestado de incompetência pessoal e não como fruto de um processo pela busca de realização pessoal e profissional.

De certa forma, assumir uma insatisfação no casamento é assumir uma inabilidade de dar conta de uma família. O homem atual parece ter consciência de que caso se separe de sua esposa, estará dando motivos para que a sociedade o considere um incompetente, alguém que não conseguiu cumprir o principal papel a ele designado: conduzir a família conforme expectativas da coletividade.

## **O relacionamento conjugal sob o ponto de vista legal**

O casamento é uma instituição de suma importância no contexto social brasileiro. Em decorrência é protegido pelo novo Código Civil Brasileiro que lhe dedica espaço especial no volume referente ao “Direito de família”. Ao tratar da eficácia jurídica do casamento, Pereira (2005) cita as três classes de efeitos decorrentes do casamento: efeitos sociais, efeitos pessoais e efeitos patrimoniais.

Quando se fala dos efeitos sociais do casamento, normalmente se discute a questão da legitimidade dos filhos, ou seja, possibilitar que estes tenham “um nome” e estejam seguros quanto à sua descendência. Convém atentar para o fato de que o casamento enquanto uma instituição foi criada justamente para garantir tal segurança.

Quanto aos efeitos pessoais, deve-se pensar na repercussão que o casamento tem na vida do homem e da mulher. Estes passam da identidade de solteiros à de casados e é assim que serão reconhecidos perante a sociedade. Para muitas pessoas o status de “casado” traz uma sensação de que finalmente se conseguiu conquistar um espaço na sociedade.

O efeito patrimonial é provavelmente o mais antigo. Um dos primeiros requisitos para a escolha do parceiro conjugal foi por muitos séculos baseado

nas posses do pretendente. Embora a sociedade tenha evoluído e as pessoas estejam assumindo seus parceiros baseando-se em requisitos diversos, não se pode descartar a escolha baseada na possibilidade de conseguir, com o casamento, obter algum benefício financeiro.

Deve-se também considerar a aquisição de posses em conjunto, ou seja, quando os dois constroem um patrimônio, eles garantem aos filhos e a si próprios, uma futura estabilidade financeira. A esse se denomina patrimônio familiar. O efeito patrimonial é um forte motivo para a instauração do casamento, bem como para a manutenção do mesmo. Ainda que o casamento tenha grandes chances de ser dissolvido, ele é, em muitas situações, conservado devido ao patrimônio do casal, porque os cônjuges temem que a partir do divórcio, o patrimônio familiar seja dissolvido.

Segundo o caput do Art. 1.572, qualquer um dos cônjuges que se sentir insatisfeito no casamento pode propor a ação do divórcio. Conforme este artigo, o fato de um dos cônjuges não estar feliz no casamento é um motivo para que ele entre com uma ação de divórcio, independente da concordância do seu parceiro. Para o Código Civil, existem motivos que podem caracterizar a impossibilidade da manutenção do casamento. Nas alíneas do art. 1.573, são citados os seguintes: adultério; tentativa de morte; sevícia ou injúria grave; abandono voluntário do lar conjugal, durante um ano contínuo; condenação por crime infamante; conduta desonrosa.

Todos os motivos acima podem até indicar uma possibilidade de divórcio. No entanto, a coragem para que tal passo seja dado não acompanha as pessoas que vivem ou viveram alguma das situações apresentadas. Aquele que é traído, ou que é prejudicado de certa forma pelo comportamento do parceiro, além de sofrer por tal comportamento, sofre pelo conflito frente à decisão de recomeçar um novo relacionamento.

### **Sentimentos de apego na manutenção do relacionamento insatisfatório**

Desde o nascimento, o ser humano desenvolve uma necessidade biológica e afetiva em relação àqueles que o rodeiam. O bebê precisa da mãe para alimentá-lo, aquecê-lo, cuidar de sua higiene e provê-lo de cuidados. Essas necessidades são descritas por Bowlby (1984) como fazendo parte do comportamento de Apego. O autor explica que o comportamento de apego corresponde a uma resposta desencadeada pela necessidade de sobrevivência

da espécie. Tal necessidade surge desde que são estabelecidos os primeiros contatos entre a mãe e o bebê. A partir de tais contatos o bebê inicia o processo de construção de expectativas relativas a segurança e afeto.

Bowlby defende que o bebê desenvolve o apego em relação àquele que cuida dele, geralmente, sua mãe. O apego é refletido quando o bebê comporta-se de forma a tentar aproximar-se cada vez mais de sua mãe e de forma a evitar o afastamento dela. Ao longo do desenvolvimento da criança, o comportamento de apego se mantém, porém de forma mais atenuada. A criança vai ampliando sua capacidade em suportar ficar mais tempo longe da mãe e em confiar em outras pessoas com as quais convive.

Com a chegada da adolescência, o sujeito começa a direcionar o comportamento de apego para indivíduos fora da família. Por esse comportamento o adolescente se liga a grupos, a alguma religião e às diversas atividades comuns à fase. A forma com que o sujeito direciona o seu comportamento de apego está intimamente ligada à forma que vivenciou o apego com a mãe. Ao discorrer sobre os transtornos do apego, Bowlby, afirmava que a privação materna e a falta de cuidados geram na criança experiências negativas de apego.

Essas experiências vão culminar num adulto carente necessitado ainda do apego, essa carência será amenizada à medida que ele elege outros objetos. Quando o sujeito faz sua escolha afetiva, ele busca exatamente suprir sua carência, passando assim a depender afetivamente do parceiro. A dependência afetiva pode ser observada em várias situações nos relacionamentos conjugais, no entanto é na iminência de uma separação que ela se torna mais evidente. A dificuldade do homem em admitir a separação pode estar ligada ao apego que desenvolveu em relação à sua esposa. O prelúdio de uma separação faz com que o sujeito vivencie novamente as experiências negativas do apego, ou seja, novamente se sente rejeitado, negligenciado.

Embora Freud não tenha nomeado a sua teoria como “teoria do apego”, ele foi o primeiro a explicar a dependência no relacionamento afetivo como uma consequência da dependência do bebê ao seu objeto de amor: a mãe. Deve-se atentar que inicialmente a criança não reconhece aquela que o alimenta como mãe, mas simplesmente o bebê sente que existe algo que lhe faz bem e desse fato, apega-se a esse objeto. Posteriormente, a criança descobre que seu objeto de prazer existe no corpo de alguém que mais tarde será reconhecido como sendo sua mãe. “O primeiro objeto erótico de

uma criança é o seio da mãe que a alimenta; a origem do amor está ligada à necessidade satisfeita de nutrição [...] Este primeiro objeto é depois completado na pessoa da mãe [...]" (FREUD, 1938, p. 216).

Segundo Freud (1938), por volta dos três anos, o menino descobre os seus órgãos genitais e o prazer que pode obter manipulando-os. Nesse mesmo período os exibe à sua mãe acreditando que conseguirá conquistá-la e possuí-la. O menino na expectativa de ser o "homem da mãe" deseja o sumiço do pai e passa a enxergá-lo como um rival, e a tal processo, o autor deu o nome de Complexo de Édipo.

O menino exibe seu pênis à mãe, acreditando ser este tão poderoso quanto ao de seu pai. No entanto, quando a mãe faz ameaças de que o pai vai cortar seu pênis caso continue a exibi-lo ou até mesmo a se masturbar, passa a temer que aconteça com ele o mesmo que se deu com as mulheres. Por perceber que as meninas não possuem um pênis similar ao seu, imagina que elas foram 'castradas', como consequência de uma punição semelhante àquela anunciada por sua mãe. É esperado que muitos pais, em função de novos procedimentos e orientações educacionais recebidas, não ameacem seus filhos nesses termos. Contudo, em função da necessidade de controlar o comportamento das crianças, ameaças de castração acabam ocorrendo mediante utilização de novas linguagens e formas de expressão.

Embora o menino deva saber que sua mãe pertence a seu pai, a ameaça de castração pelo pai, traz resultados que vão afetar o relacionamento do menino com o pai e com a mãe. O seu temor à castração o leva a ser mais passivo com o pai, tal como era com a mãe, sendo que essa passividade, no entanto, não diminui o ódio pelo pai. Segundo Freud (1938, p. 219) "[...] a masculinidade do menino se retrai por assim dizer numa atitude desafiadora em relação ao pai, a qual dominará o seu comportamento posterior, na sociedade humana, de maneira compulsiva".

O amor que o menino sentia pela mãe, não deixa de existir. Porém, o medo que sente de demonstrar esse amor e ser denunciado ao pai, faz com que esse amor seja reprimido. O menino vive uma ambivalência em relação à mãe, ele sabe que esta pertence ao pai, sabe que jamais conseguirá competir com o ele e sair vencedor, ao mesmo tempo, o amor pela mãe continua presente. Na tentativa de preservar o seu pênis o menino deixa de competir com o pai e passa a identificar-se com ele. Os seus impulsos sexuais se tornam impulsos de afeição e a criança entra em um período cujo impulso sexual fica interrompido (período de latência).

A sexualidade volta a se desenvolver na puberdade, é neste período que o ser humano geralmente começa a fazer as primeiras escolhas amorosas. No caso dos homens a lembrança do afeto vivenciado por ele na infância, em relação à sua cuidadora, orienta a escolha do seu objeto de amor. A esse respeito, Freud (1905, p. 235) faz a seguinte afirmação: “O homem, sobretudo, busca a imagem mnêmica da mãe, tal como essa imagem o dominou desde os primórdios da infância”.

A idéia de que o homem escolhe a sua parceira baseando-se na imagem que tinha de sua mãe, explica o porquê da dificuldade deste em separar-se dela quando sente que o relacionamento não está sendo satisfatório. Admitir que sua esposa não pudesse fazê-lo feliz é o mesmo que admitir que sua mãe também não pudesse. Admitir não ter conseguido amar sua esposa apesar dos problemas é estar ciente que seu amor por sua mãe não era tão intenso como pensava. Não ter conseguido conquistar e manter o olhar da esposa só para si é admitir que seu pênis não tinha o poder que imaginava ter.

Ao conscientizar-se de não ter sido capaz de manter o desejo da esposa (mãe) o homem se depara novamente com a rivalidade paterna, ou seja, tem a certeza de que seu pai continua sendo poderoso e que nunca poderá competir com ele e sair vencedor. Naturalmente que por ocorrer de forma inconsciente, o homem não se dá conta de todo esse processo.

### **Considerações finais**

Como descrito ao longo desse estudo, diversas variáveis contribuem para que os homens optem por manter o relacionamento conjugal mesmo que este seja fonte de frustração e sentimentos de incompetência pessoal. A primeira vilã que contribui para essa ocorrência é a educação diferenciada entre o homem e a mulher, que incute nele a idéia de que não deve se envolver afetivamente para não demonstrar fragilidade. Se o fizer, que mantenha a todo custo sua posição de “cabeça do casal”.

Uma vez que por ocasião das núpcias o homem assume publicamente a responsabilidade de garantir e preservar os valores do matrimônio procura, do seu modo, alcançar tal objetivo. As diferenças no modo de percepção da realidade, na manifestação dos desejos, no modo como um se dirige ao outro e, sobretudo a autonomia adquirida pela mulher com sua entrada no mercado de trabalho, tendem a gerar no homem insatisfações quanto ao seu papel na relação conjugal. Uma relação igualitária entre os sexos no

seio da família, embora correta e adequada, é geradora de desconforto considerando que os adultos de hoje não foram, em sua maioria, educados para atender tal propósito. Embora inadequadas, as relações assimétricas entre os sexos contribuem para que o homem mais facilmente identifique e cumpra com suas “obrigações”.

Isto explica porque Cuschnir (2000) considera que o homem contemporâneo se encontra em condição de inferioridade em relação à mulher. Com a entrada no mercado de trabalho, elas deixaram de ser dependentes de seus maridos, passaram a exigir fidelidade e a investigá-los quanto à fidelidade. Na prática, os homens afirmam que a falta de confiança e o desrespeito à individualidade são fontes privilegiadas de conflitos na vida conjugal. A falta de confiança se dá justamente porque a mulher questiona seu modo de percepção da realidade e desrespeita sua individualidade quando procura, em meio aos objetos pessoais do parceiro, provas de que está sendo infiel.

O homem cresceu imaginando que sua opinião seria prioritária na relação conjugal, contudo, percebe com o tempo que a mulher moderna também exige que seu posicionamento seja respeitado. Isto faz com que o aporte financeiro insuficiente para atender às demandas da família, a interferência de terceiros na relação, o ciúme, a falta de confiança entre os parceiros e a infidelidade gerem conflitos e sofrimentos emocionais minando o relacionamento conjugal.

Os entrevistados acreditam que a infidelidade, e a desconfiança de que ela possa estar acontecendo, são os principais motivos para a separação. A inexistência de objetivos comuns e a falta de cumplicidade quase não foram citadas pelos homens. Difícil é entender como os cônjuges conseguem viver juntos e felizes quando não são cúmplices e não possuem objetivos de vida semelhantes. O que se observa é que os homens estão mais preocupados com a ideia de serem traídos do que com o bem-estar proporcionado pela relação em si.

O fantasma da traição ganha força no imaginário masculino, sobretudo ao perceber que a mulher não depende dele para viver e pior, ela reúne condições para trocá-lo por outro a qualquer momento. A desconfiança e a infidelidade justificam, segundo os entrevistados, a separação conjugal. Contudo, a reduzida “coragem” em decidir-se pelo rompimento aparentemente deve-se ao medo de ser apontado como alguém que não conseguiu manter o casamento e ao temor de ser cobrado socialmente por não honrar com seus deveres de pai e marido.

Vale ressaltar que muitos dos entrevistados, embora se julguem satisfeitos com o relacionamento conjugal, se contradizem ao informar que os conflitos vivenciados no casamento são fortes o suficiente para provocar a separação. Duas hipóteses podem ser lançadas a partir dessa situação. A primeira é de que no tocante ao relacionamento conjugal, muitos homens desenvolvem uma percepção míope e descontextualizada, impedindo-os de avaliar e melhor decidir os rumos do relacionamento. A segunda, é de que embora tenham consciência da realidade vivida pelo casal, não se sentem aptos ou com coragem para repensar e tomar decisões assertivas no tocante a sua relação conjugal.

### Referências bibliográficas

- BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BOAS, S. V. **Homens tentam superar desvantagem emocional**. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u763.shtml>>. Acesso em: 17 jan. 2005.
- BOWLBY, J. **Apego – Apego e Perda**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- CUSCHNIR, L. A Crise do Macho. **Psiquiatria e Psicoterapia**. Disponível em: <<http://luizcuschnir.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2005.
- FREUD, S. Esboço de Psicanálise (1938). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- \_\_\_\_\_. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- GIUSTI, E. **A arte de Separar-se**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1987.
- PEREIRA, C.M. da S. Instituições de Direito Civil. In: **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

# O DESVELAR DAS DIFERENÇAS ENTRE GÊNEROS: VIVÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS DA MULHER NO CLIMATÉRIO\*

*Patrícia Lopes Salzedas<sup>1</sup>; Maria Alves de Toledo Bruns<sup>2</sup>*

## DISCLOSURE OF THE DIFFERENCES BETWEEN GENDERS: AFFECTIVE-SEXUAL EXPERIENCES OF THE WOMAN IN THE CLIMACTERIC

**Resumo:** Partimos das relações de gênero, e a maneira como se estabelecem, para analisar as percepções de mulheres no climatério sobre a vivência da sexualidade. Utilizamos a metodologia qualitativa fenomenológica, sob a perspectiva teórica de Martin Heidegger, para a compreensão do fenômeno estudado. Os sofrimentos femininos, velados e revelados, mostram uma história de construção da identidade da mulher no mundo contemporâneo. Esta identidade desconstrói a imagem da ‘mocinha dos contos de fada’ para dar voz aos desejos e desilusões frente ao contato com a própria realidade. Anula-se pelos filhos, pela dupla jornada de trabalho, o que de fato parece conter seu contato com a temporalidade. Remete-nos, ainda, ao fato de que a história feminina é escrita em co-autoria com os homens. Percebemos, enfim, a necessidade de se exercitar a empatia, observando as necessidades do(a) parceiro(a), como co-responsáveis pelas situações vivenciadas, sendo este um caminho para tornar viável o diálogo autêntico tão desejado.

251

---

\* Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado “*Sexualidade feminina: a temporalidade e a singularidade da mulher no climatério*” de Patrícia Lopes Salzedas, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Alves de Toledo Bruns. Esta Dissertação de Mestrado foi defendida em dezembro de 2001 na FFCLRP – USP. Foi apresentado em sessão de mesa redonda na 2ª Jornada CEPCoS de Sexualidade Humana, em novembro de 2006.

<sup>1</sup> Psicóloga e Mestre em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP. Psicóloga do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP. e-mail: psalzedas@hcrp.fmrp.usp.br

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia Educacional pela UNICAMP. Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Depto. de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP e líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade & Vida/ USP. e-mail: toledobrun@uol.com.br

**Palavras-chave:** Sexualidade; climatério; relações de gênero

**Abstract:** We begin with the gender relations, and the way they establish, to analyze the female perceptions about the experience of the sexuality during climacteric. We use the qualitative methodology phenomenological, under the Martin Heidegger theoretical perspective, for the understanding of the studied phenomenon. The feminine, guarded and disclosed sufferings show a history of identity construction of the woman in the contemporary world. This identity breaks down the image of the fairy-tale princess to give voice to the desires and disillusion the contact with the proper reality. She is annulled for the children, by the double hours of working, in fact it seems to contain her contact with the temporality. It leads to us, still, to the fact that feminine history is written in co-authorship with men. We perceive, at last, the necessity of exercising the empathy, observing the partner's necessities, as co-responsible for the lived situations, being this a way to become viable the so desired authentic dialogue.

**Keywords:** Sexuality; climacteric; gender relations

## **Introdução**

**A construção dos papéis sociais de homens e mulheres no decorrer do processo histórico: a temporalidade do ser**

Para compreender o fenômeno a que nos propusemos, “sexualidade no climatério”, necessitamos fazer um passeio pela literatura científica e verificar o que ela nos mostra sobre como se estabelecem as relações entre gêneros. Em primeiro lugar Eisler (1989; 1996) refere que nossos ancestrais da Era Paleolítica (por volta de 18.000 a.C.) eram tipicamente vegetarianos e as coletas de alimentos realizadas pelas mulheres, correspondendo a 70% da dieta, já que os homens ficavam encarregados da caça, o que culminava muito mais em fracasso do que em sucesso. Nessa época, a mulher gozava de prestígio econômico e poder político. Na Era citada, existiam estruturas sociais de parceria, a mulher possuía um lugar de destaque pelo poder de gerar a vida, sendo venerada e respeitada por isso, uma vez que dela dependia a continuidade da espécie e a manutenção da prole além da sobrevivência do grupo. A vida sexual era vinculada à vida espiritual. O fato da mulher ser sacralizada e respeitada por sua posição econômica e religiosa não significava que os homens fossem oprimidos e dominados.

A transformação dos modelos familiares de matrilineares em patrilineares ocorreu em função de uma mudança na pré-história denominada de *Última Crise Neolítica*, quando houve grande migração da população do Oriente para a Europa introduzindo sua língua e suas maneiras de estruturar as relações sociais e sexuais (EISLER, 1996). Por essa perspectiva, a dominação, a escravidão de homens considerados fracos e, especialmente de mulheres, não se deu sem repressão, inclusive a repressão sexual. Esse momento histórico coincide com o reconhecimento da paternidade, com a proibição do incesto e a instauração do patriarcado. A repressão sexual, o casamento monogâmico e a idéia da vivência sexual como pecado passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas.

Quando se pensa em “ser mulher”, em feminilidade, logo se imagina a vivência da maternidade:

A construção da feminilidade como maternagem e maternidade, e a sua associação a comportamentos dóceis e assexuados começou a se delinear no século XVIII como subproduto significativo do discurso médico e tomou forma, em especial no século XIX, quando, em função das altas taxas de mortalidade infantil, era importante que as mulheres tivessem muitos filhos e pudessem se dedicar exclusivamente a eles (VILLELA, 1998, p.66),

253

criando, deste modo, o mito do amor materno. Antes disso (séculos XIII ao XVII), a criança tinha pouca importância na família, e, na França, por exemplo, era entregue aos cuidados de amas de leite que dela cuidavam até por volta dos sete anos. Muitas crianças morriam nesse período devido ao descaso das amas para com elas.

Segundo BADINTER (1985) o amor materno não é inato, mas construído com os cuidados dedicados ao filho, além disso, não é uma regra, pois nele intervém diversos fatores, entre os quais, a história da mulher, não sendo, assim, uma conduta universal e necessária para todas as mulheres.

No início do século XX, a psicanálise coloca a mãe como o centro da família e, até atribui a ela a causa primeira do equilíbrio do filho, promovendo, com isso, ainda mais as diferenças dos papéis parentais, colocando a mãe como símbolo de amor e de ternura e o pai como símbolo de autoridade e da lei. No entanto, na segunda metade do século XX surge um novo discurso feminino que tornou obsoleta a teoria da mãe naturalmente devotada, nascida para o sacrifício. Apesar de permanecer a principal fonte de amor para o filho, esta mãe mostra vários sinais de que deseja compartilhar com seu companheiro o amor e o sacrifício pelo filho. Além disso, as mulheres estão mais sensíveis para a dualidade do papel de mãe e de profissional, e

mesmo permanecendo mais próximas de seus filhos do que as de séculos atrás, isso não significa que a maternidade seja sempre a primeira e instintiva preocupação da mulher. Atualmente, o fato das mulheres recusarem sacrificar suas próprias ambições e desejos pelo filho não as torna anormal nem sua conduta patológica. Com isso, apesar de ser forte a raiz do amor materno entre as mulheres, muitas já começam a interiorizar que a maternidade é uma vivência que não deve ser forçada, imposta para mulheres que não a desejam. Além do que, as mulheres do século XXI começam a exigir do homem que este partilhe com elas dos encargos e responsabilidades de se ter um filho, ou ao contrário, optam por uma produção independente sem a necessidade da presença paterna na educação da criança.

Em contrapartida à vivência da maternidade, “a infertilidade, historicamente, sempre veio acompanhada de atitudes de depreciação, acusação e repúdio, principalmente à mulher (MALDONADO, 1997, p. 31).” No decorrer da história, a esterilidade da mulher sempre foi muito mais falada e estudada do que a do homem, e, à mulher se atribuía a responsabilidade da fecundidade e a culpa da infertilidade, a tal ponto que em algumas culturas, tornou-se legítimo que o marido repudiasse a mulher que não conseguisse lhe dar filhos. Em outros contextos, ainda nos dias de hoje, desvaloriza-se a mulher que não consegue dar à família um varão, numa clara negação do fato de que é o homem que, cromossomicamente, determina o sexo da criança.

Aspecto relevante da vivência feminina é o vínculo conjugal que, conforme descreve Foucault, constitui-se em:

encontro indispensável do macho e da fêmea para a procriação; a necessidade de prolongar essa conjunção numa ligação estável para assegurar a educação da progenitura; o conjunto das ajudas, comodidades e prazeres que a vida a dois, com seus serviços e suas obrigações pode proporcionar; e finalmente, a formação da família como elemento de base para a cidade (FOUCAULT, 1985, p.153).

O desejo de união advém tanto em função da vivência sexual quanto por uma demanda da vida em comunidade, uma necessidade de compartilhar responsabilidades, caracterizando o ser humano ao mesmo tempo como conjugal e social.

McDougall afirma que a definição do que é ‘feminino’ e ‘masculino’ muda de uma cultura para outra, bem como de uma época para outra, e dentro da cultura ocidental:

quando o ambiente familiar tiver desempenhado um papel facilitador na aquisição por parte da filha, da identidade sexual feminina, bem como no prazer em desfrutar essa identidade, os processos de luto envolvidos na integração dos desejos bissexuais e edípicos provavelmente terão sido realizados. O discurso social acrescenta que essa orientação tende a estar associada ao desejo de encontrar relacionamentos amorosos gratificantes e, finalmente, de ter filhos com o homem escolhido. (MCDUGALL 1997, p.35)

Assim, o tratamento que McDougall dá à questão da feminilidade e, para a vivência da sexualidade pela mulher, implica num avanço, na medida em que se abre a possibilidade do sexo feminino sair da situação de ser oprimido para poder escolher o parceiro e não mais delegar ao outro este papel.

De acordo com PITELLI (1997) no Império Romano, a expectativa de vida das mulheres rondava os 25 anos. No início do século XX, nos Estados Unidos, era de 51,1 para as mulheres brancas e de 35,7 para as negras. Na década de 60, essa estimativa já alcançava 74,2 anos para as mulheres da raça branca e 66,5 anos para as negras. Na década de 90 a expectativa de vida nos países desenvolvidos quase atingia os 80 anos, enquanto que no Brasil alcançava os 66 anos. Assim, observa-se que hoje, a mulher, em média, vive um terço de sua existência no período pós-menopáusicos.

255

O climatério é o período de transição entre o final da vida reprodutiva plena e o início da senectude. É dividido, segundo PITELLI (1997), em período pré e pós-menopáusicos. Trata-se de um fenômeno biopsicossocial, ou seja, que sofre influências de fatores psicológicos e sócio-culturais, inclusive no que diz respeito à expressão da sexualidade. TRIEN (1991) refere que a mulher na menopausa perde a capacidade reprodutiva, sem perder sua sexualidade e, por conseguinte pode estar mais liberada para o sexo sem o receio de uma nova gestação.

Em se tratando da questão do desejo sexual, este aparece, atualmente, permeado de tabus, entre os quais a mulher idosa não seria capaz de desenvolver sua capacidade sexual. Devemos lembrar que o amor ocupa um espaço significativo na vida da mulher e, daí decorre a necessidade de se respeitar a vivência do amor e da sexualidade feminina, presentes na idade avançada. Favarato, Aldrighi, Fráguas Junior, Pires, Lima (2000) destacam que a sexualidade no climatério é influenciada por diversos fatores psicossociais, entre os quais, o relacionamento com o parceiro, experiências da vida sexual, além de influências sociais e culturais.

Lembremos que o decréscimo de estrogênio pode acarretar alterações a curto, médio e longo prazo. Ondas de calor, sudorese, calafrios, e sinto-

mas na área genital, destacando a dispareunia, podem compor a síndrome climatérica.

Grio, Cellura, Porpiglia, Gerânio & Piacentino (1999) referem que os efeitos nocivos da deficiência de estrógeno no organismo feminino na menopausa são responsáveis pela redução da libido, redução da lubrificação vaginal e alterações importantes na função afetivo-sexual, e como resultado afirmam que o uso de reposição hormonal adequada pode, efetivamente, modificar os sintomas advindos da menopausa, melhorando a qualidade de vida e a função sexual. Gonçalves refere que:

o lugar, por vezes, forçosamente, ocupado pela mulher nos meios de produção e na família, embora ainda condicionado pelo jogo do poder socioeconômico e político, pela desigualdade de gênero e pelos seus próprios valores, coloca-a em uma condição mais propícia para assumir-se e buscar pela qualidade de vida. (GONÇALVES, 2005, p. 138)

Quanto à sexualidade, vale ressaltar que a capacidade do ser humano de utilizar o pensamento e a abstração possibilita que a vivência da sexualidade ultrapasse os limites do instinto e ganhe significados peculiares atribuídos a ela por intermédio da própria vivência humana e sua criatividade inerente. Frente às possibilidades diversas da vivência da sexualidade, de que maneiras ocorrem nos dias de hoje a troca afetiva e sexual entre os gêneros?

## **Metodologia**

Para a compreensão do fenômeno indagado, realizamos entrevistas individuais com cinco mulheres com idade entre 46 e 54 anos atendidas em Ambulatório de Ginecologia em um hospital do interior paulista. As entrevistadas foram escolhidas por estarem vivenciando o climatério e estarem em acompanhamento médico em decorrência de alterações orgânicas ocorridas nessa fase da vida. Antes da realização das entrevistas, as participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido concordando com a participação no presente estudo.

Utilizamos as etapas sugeridas por Martins & Bicudo (1989) para nos orientar na análise fenomenológica. Esta se constitui de três momentos: a Descrição, a Redução Fenomenológica e a Compreensão Fenomenológica.

Após a leitura global de todos os depoimentos, procuramos captar o modo como cada uma vivencia o climatério. Detectamos as unidades de significado, ou seja, os trechos da descrição essenciais em significação. Partindo-

se das unidades de significado, transformamos o discurso espontâneo das entrevistadas em categorias de significados, convergente, ou divergente do geral.

A compreensão dos discursos das entrevistadas nesta pesquisa se deu sob a luz das idéias do filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976). Heidegger entende o fenômeno como sendo a palavra de origem grega que deriva do verbo mostrar-se, e significa aquilo que se mostra, o manifesto. “Descrever o fenômeno, o ser dado nas vivências, consiste em explicitar o sentido que nelas se encobre” (HEIDEGGER, apud NUNES, 1986, p. 60).

O filósofo alemão parte da questão fundamental, sobre o sentido do Ser, e pela analítica do *Dasein*, o Ser-aí, designa o ser do homem concreto, que é colocado em suspensão por Heidegger. O filósofo leva em conta o Ser inserido no mundo, o **ser-no-mundo**, e chama de **mundanidade** este ‘lugar’, como conceito ontológico, na medida em que significa a estrutura de um momento constitutivo do ser no mundo. Em *Ser e Tempo* (1927/1988), Heidegger se impõe à tarefa de recolocar a questão do ‘sentido do ser’, que para ele foi esquecida pela metafísica tradicional. Heidegger denomina a forma como o ser humano se relaciona com utensílios e entes dividida em duas categorias, ou seja, os modos de existir humano: a **autenticidade** e a **inautenticidade**. A inautenticidade aliena o Ser-aí da existência dentro das dimensões de temporalidade e historicidade. Manifesta-se no ‘palavrório’, ou tagarelice, na qual o Ser-aí não consegue mais distinguir o que sabe e o que ignora, pois não assume a existência e a deixa controlar pelo impessoal, pela superficialidade. Quando o Ser-aí se retira da categoria impessoal em favor da possibilidade de um projeto por parte do mais autêntico ‘eu’, constitui-se em disposição para a **angústia** que se perfaz no silêncio do Ser-aí, que se assume como um **ser-para-a-morte**, e, vivenciando a angústia que esta percepção traz consigo, o Ser-aí abre a possibilidade de aceitar seu destino e desempenhar com decisão e força seu papel no mundo. A fonte da angústia é o mundo como tal e o que a inspira é a própria possibilidade de ser-no-mundo em contrapartida com a perspectiva de finitude do ser. Para Heidegger, o ser humano é o ser-para-a-morte e, do mesmo modo que não tem como escapar de seu estado de lançado no mundo, nada o isenta de ser temporal.

Assim, a partir dos depoimentos das entrevistadas, pudemos apreender sentidos e significados atribuídos por elas à vivência do climatério na interface com as relações afetivo-sexuais. A seguir são apresentadas unidades de significado encontradas nos depoimentos. As participantes são designadas por nomes fictícios para preservar suas identidades.

## Resultados e Discussão

A busca pela compreensão do fenômeno: Vivências afetivo-sexuais de mulheres no climatério.

*A trajetória das relações afetivo-sexuais: da idealização à desilusão*

“...no começo de namoro era muito legal, era muito bom, quando recém-casada, foi bom...”(Rosa). O começo do relacionamento a dois aparece idealizado pela idéia de que prevaleciam os aspectos positivos e de que os problemas que se mostravam poderiam ser resolvidos com o casamento. “*Eu me casei com 16 anos de idade...virgem, bonitinha, como mandava o figurino na época, casei com um homem 11 anos mais velho que eu, eu sabia que ele bebia, mas eu achava que ele bebia porque ele não tinha uma mulher do lado dele que cuidasse dele...*”(Dália)

Da idealização à desilusão acontece o “esfriamento” das relações afetivo-sexuais. *Faz dois anos que eu não tenho relação sexual com meu marido, nós discutimos muito, ele me magoou muito, então nós não temos...nós vivemos como amigos.*”(Rosa)

Os depoimentos mostram, ainda, mulheres que se identificavam como gatas borralheiras retiradas dos contos de fada. “*Eu me sentia feliz, só que eu não cuidava de mim, eu achava que eu tinha (que ficar no lar em atividades domésticas)...era uma gata borralheira...e prá ele (marido) tava ótimo*”(Rosa). As experiências no casamento vão transformando os sentimentos: “...com a bebida a gente vai deixando um pouquinho de gostar, aí só mantém o respeito...só” (Margarida).

As discussões e o sentimento de solidão revelam relacionamentos que vão gradativamente se construindo sobre o que Heidegger chama de inautenticidade. “*Ele me magoando, ele me deixando de lado, essa coisa, foi esfriando*”(Rosa). Esta realidade é percebida no momento presente, no climatério, e traz consigo a constatação: “*é...eu nunca tive um companheiro mesmo...ele nunca participou dos meus anseios, das minhas necessidades, das mi...do que eu esperava...eu assumi, assim, os três filhos sozinha...*”(Dália)

Os relatos expressam, também, o desejo de que o relacionamento a dois fosse diferente. “*Das conversas que eu tinha com ele, assim, que era só discussão, não podia ser discussão, podia ser conversa...com ele não tem conversa, ele discute muito, ele acha que só ele que é o certo...*”(Azaléia). Este distanciamento reflete-se em

uma vida sexual que vai deixando de ser compartilhada também. *“Meu relacionamento conjugal...faz dois anos que eu não tenho relação sexual com meu marido... quando ele me procurava tudo bem, eu (pausa)...fazia, como se fosse normal, mas eu não participava...e ele foi percebendo, daí acabou sem palavras, assim, uma coisa que até hoje não tem conversa, sobre isso não tem.”*(Rosa)

A comunicação entre o casal se transforma em discussão e agressão: *“ele é o tipo de homem que não podia contrariar ele em nada, tudo tinha que ser do jeito que ele queria senão ele agredia...”*(Azaléia). Ainda em outro trecho encontra-se: *“só aquelas agressões, ele me agrediu e eu tava grávida...uma vez que eu tava grávida do meu filho do meio (pausa) e ele deixou marcas na minha barriga, então é coisa assim, agressão, brigas.”*(Azaléia)

Os discursos demonstram a presença de valores vigentes em que homens desejariam manter-se no papel de provedores, reproduzindo o modelo patriarcal no estabelecimento dos relacionamentos. *“O homem não aceita a mulher do lado dele ganhando a mesma coisa que ele, ele se julga ainda um ser superior, eu não sei da onde foi tirado isso...”*(Dália). A vida profissional aparece como a possibilidade da mulher aprender, libertar-se desse modelo por intermédio da independência financeira e afetiva do parceiro, além de uma mudança na auto-estima. *“Ele (marido) fala até hoje que o que mudou eu foi a escola, que eu aprendi muita coisa lá, e não foi, foi ele próprio, ele não entende que foi ele próprio com as atitudes dele... com os pensamentos dele, as conversa dele, ele próprio que foi ensinando eu, ele que...fez com que eu crescesse.”*(Rosa)

Um relacionamento posterior a uma experiência conjugal permeada de frustrações aparece como uma possibilidade de vivenciar o relacionamento a dois de maneira mais autêntica e realista. *“Eu sinto que o casamento verdadeiro meu é esse, não o outro, aquele lá foi uma coisa que aconteceu errada, deu errado, o que sobrou de bom só foi meu filho, e não tem nada mais que eu possa dizer que foi bom...nada, nada”* (Hortênsia). Acrescente-se a isso a compreensão de que no relacionamento a dois ambos têm responsabilidades pelo que é construído no cotidiano, não havendo, simplesmente, um algoz e uma vítima. *“Ele tem um gênio forte, tem que ter paciência, mas eu achava assim, que era só ele o culpado, e muitas coisas aconteciam porque eu provocava, eu achava que não era eu, agora eu enxergo.”* (Hortênsia)

No discurso das entrevistadas aparecem as expectativas de como deveria ser o parceiro ideal, é na falta que ele surge. *“A única falta mesmo é o companheiro, na realidade, é o homem, sem ser sapo, sem ser príncipe, somente o homem...que*

*ele... deixasse o sapo dele no brejo, que ele quisesse e viesse como homem, um ser humano que é...sem arrogância, sem petulância, sem inferioridade, sem insegurança...”(Dália)*

Aparece também, a valorização do aspecto afetivo, anterior à vivência sexual. *“Eu sou um tipo de uma pessoa que eu prefiro mil vezes um carinho do que um ato sexual completo, em primeiro lugar eu prefiro carinho num relacionamento, uma conversa, um bate-papo assim, uma troca de carinho, prefiro mil vezes...”(Rosa)*. A partir da correspondência afetiva do parceiro surge espaço e disponibilidade para a experiência sexual: *“Se ele conversar comigo primeiro, expor os sentimentos dele, que ele gosta de mim, at...assim, se ele conversar comigo e eu me sentir bem com a conversa dele, pode ser até que role...”(Rosa)*

São os ressentimentos acumulados que parecem manter essa mulher (bela) adormecida. *“Ele me magoou, at daquele dia em diante eu me afastei...acho que deve existir alguma coisa, alguma coisa que tá morto, não tá morto, tá adormecido, pode ser que...se acontecer de despertar...”(Rosa)*

Nos depoimentos encontramos, ainda, o desejo de que o papel de parceira sexual não seja tomado como o papel de mãe e cuidadora: *“...mãe eu já sou, eu já tenho meus filhos prá cuidar, e já cuidei dos meus filhos, eu não quero cuidar de um homem como um filho, eu quero só viver uma vida do lado dele. É isso que eles não entendem. Então eu não quero ser mãe de ninguém, isso eu já sou...eu trabalhei, lutei, criei meus filhos, hoje eu estou vivendo um momento de glória, missão cumprida com os meus filhos...”(Dália)*.

## **Conclusões**

Em relação às experiências afetivo-sexuais, as entrevistadas se deslocam da idealização à desilusão de suas expectativas, e por vezes são capazes de vislumbrar o que seria o equilíbrio, mas continuam atribuindo ao outro o motivo de seus infortúnios. O diálogo e o carinho são sempre anteriores à vivência sexual compartilhada prazerosa, de acordo com as informantes deste trabalho.

O encontro consigo mesma nesse momento da vida, seja pelo distanciamento do marido, seja pela constatação de que os filhos estão criados, traz a lembrança de vivências de mágoas e ressentimentos guardados. A vivência da angústia do vivido e do que há por vir, Heidegger coloca como fator essencial para que a inautenticidade, ou seja, não viver como si mesmo,

mas como os outros vivem, possa ser repensada e substituída por uma vivência mais autêntica da realidade. Somente a angústia possibilita um vivenciar mais autêntico na relação com o outro, além de possibilitar uma responsabilização maior pela própria vida e seu destino, saindo do uso da linguagem alienada para o discurso cuja referência principal seja si mesma.

Por intermédio da angústia, o humano se volta ao seu “si-mesmo” e toma contato com a sua finitude. Esse movimento possibilita uma tomada de consciência que muitas vezes garante ao ser uma visão global de sua existência. Nesse movimento reflexivo poderá atribuir outros significados ao seu modo de ser e vir a experienciar uma vida demarcada pela autenticidade, que se caracteriza por se perceber co-responsável pela sua possibilidade de existir com os outros. As queixas desveladas nos discursos de nossas entrevistadas nos possibilitam perceber que o climatério desencadeou um repensar sobre a existência.

O climatério pode situar-se, muitas vezes, nesse momento de reflexão, em que o repensar sobre os relacionamentos afetivo-sexuais traz consigo as idealizações do passado, a realidade do presente e o desejo por um futuro no qual haja espaço para a troca afetiva e o diálogo autêntico.

É na temporalidade do climatério que essas entrevistadas se encontram e, sendo contemporâneas têm como variáveis e modelos de conduta como mulheres, mães e profissionais, determinadas expectativas que as aproximam. A vivência desses papéis aparece relacionada com o outro, com a satisfação do outro em primeiro lugar. Com relação à vivência da maternidade, a percepção de que os filhos cresceram e sua “missão” foi cumprida é experimentada. No climatério, os filhos cresceram e o marido já não pode ser visto como o príncipe encantado idealizado, pois ele já decepcionou e frustrou expectativas altas demais. Assim, não mais é possível negar a realidade vivida permeada pelo existir inautêntico. A superficialidade no casamento faz parte de uma existência que se deixa controlar pela impessoalidade dos relacionamentos e, alienada, manifesta sua insatisfação em forma de um discurso de sofrimento, projetando no futuro a resolução de problemas e a tão aguardada felicidade.

Por intermédio dos discursos dessas mulheres, pudemos refletir sobre a diferença entre os gêneros, diferenças estas que traduzem a complementaridade dos papéis na relação a dois. Dessa perspectiva, as atitudes do casal somente se modificarão quando ambos se dispuserem a isso. Assim, o que parecem diferenças, na verdade, são papéis que se complementam, e revelam

construções culturais do papel da mulher e do homem. Rever esses papéis, com vista a torná-los mais flexíveis, revendo e refletindo acerca dos significados que cada um atribui ao projeto amoroso, é o que pode viabilizar a vivência a dois. O sonho em busca da alma gêmea originada pelo mito do amor romântico no século XVIII, o qual se atribui a realização amorosa na idealização do outro, impossibilita o contato com conflitos e crises inerentes ao processo da convivência diária, bem como não permite que a mulher se enxergue como co-responsável pela dinâmica da relação a dois. Esse modo de ser desvela que o ethos do mito do amor romântico com sua promessa fraudulenta de felicidade eterna vem dificultando às parceiras se assumirem enquanto responsáveis pelos dissabores e alegrias da vida a dois. Sendo assim, o encontro tão almejado de um parceiro ideal expresso pelas entrevistadas no desejo de encontrar um companheiro que se encaixe em suas expectativas, desvela as ressonâncias do mito, do modelo patriarcal, que as impediram até hoje de se perceberem enquanto mulheres capazes de assumirem as vicissitudes inerentes entre os gêneros.

Sendo assim, há que se olhar para valores culturais e morais introjetados durante séculos por homens e mulheres para que se possam atribuir novos significados para a relação a dois nos dias de hoje. Além disso, exercitar a empatia na relação conjugal, responsabilizando-se pelas situações vivenciadas em comum, pode ser um caminho possível para o estabelecimento do diálogo autêntico.

### Referências bibliográficas

- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- EISLER, R. **O cálice e a espada**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O prazer sagrado – sexo, mito e política do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- FAVARATO, M.E.C.S.; ALDRIGHI, J.M.; FRÁGUAS JUNIOR, R.; PIRES, A.L.R.; LIMA, S.M.R.R. Sexualidade e climatério: influência de fatores biológicos, psicológicos e sócio-culturais. **Reprod Clim** 15 (4): 199-202, 2000.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade humana III – o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- GONÇALVES, R. **Vivenciando o climatério: o corpo em seu percurso existencial à luz da fenomenologia**. Tese (Doutorado). São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 2005.

- GRILO, R.; CELLURA, A.; PORPIGLIA, M.; GERANIO, R. & PIACENTINO, R. Sexuality in Menopause – importance of adequate replacement therapy. *Minerva-Ginecol.*, 51(3): 59-62, 1999.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MALDONADO, M.T.P. *Os Caminhos do Coração – Pais e Filhos Adotivos*. 3ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.
- MARTINS, J.; BICUDO, M.A.V. *A pesquisa qualitativa em psicologia-fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Moraes/EDUC (Editora da PUC-SP), 1989.
- MCDOUGALL, J. *As múltiplas faces de Eros – uma exploração psicanalítica da sexualidade humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NUNES, B. *Passagem para o poético* (filosofia e poesia em Heidegger). São Paulo: Editora Ática, 1986.
- PITELLI, J.B. Sexualidade no climatério: influências psicológicas e socio-culturais. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. v.8, n. 2, p. 238-253. São Paulo: Iglu Editora, 1997.
- TRIEN, S. F. *Menopausa: a grande transformação*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- VILLELA, W.V. Práticas de Saúde, Gênero e Prevenção de HIV/ Aids. In: *II Seminário – Saúde Reprodutiva em Tempos de Aids*. ABIA – Programa de Estudos e Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde – IMS/UERJ, p. 66-72, 1998.

ARTIGOS OPINATIVOS  
E DE ATUALIZAÇÃO

# A SEXUALIDADE NO CLIMATÉRIO E O TRATAMENTO DAS DISFUNÇÕES SEXUAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI\*

*Jaqueline Brendler<sup>1</sup>*

## SEXUALITY DURING CLIMACTERIC AND THE TREATMENT OF SEXUAL DYSFUNCTIONS AT THE BEGINNING OF THE 21<sup>ST</sup> CENTURY

**Resumo:** A autora expõe as influências sobre a sexualidade no climatério, dos fatores biológicos: 1 – químicos (neurotransmissores e hormônios); 2 – idade (modificações sexuais e estéticas), do aumento da incidência de doenças e do uso de medicamentos, mas principalmente dos fatores psicossocioculturais e conjugais que se impõem sobre os anteriormente citados. O artigo cita as principais etiologias e as opções terapêuticas medicamentosas e/ou psicoterápicas para as modificações e as disfunções sexuais prevalentes nessa fase da vida da mulher.

**Palavras-chave:** Climatério; sexualidade; disfunções sexuais; tratamentos.

**Abstract:** The author presents the influence exerted on sexuality during climacteric by biological factors (1– chemical factors: neurotransmitters and hormones; 2 – age (sexual and aesthetic changes), by the increase in the incidence of diseases and the use of medication, but mainly by psychosociocultural and conjugal factors that prevail over the aforementioned ones. The article points out core etiologies and therapy, as well as medication and/or psychotherapy options for those changes and the prevailing sexual dysfunctions in that stage of women's lives.

**Keywords:** Climacteric; sexuality; sexual dysfunctions; treatments.

\* Trabalho apresentado no 7º Congresso da Escola de Medicina da UCPEL, outubro de 2006.

<sup>1</sup> Ginecologista. Terapeuta Sexual. Membro do Conselho Deliberativo SBRASH biênio 2005-2007. Membro do Comitê de Ética da FLASSES 2004-2008 e do Comitê Científico da Associação Mundial de Saúde Sexual 2007-2009. e-mail: jaqbrendler@terapiadosexo.med.br

O climatério é um período de transição entre a vida reprodutiva e a não reprodutiva.

A sexualidade envolve as emoções, a fantasia, a comunicação e a genitalidade. A primeira fase da resposta sexual é o desejo sexual, contudo, um grande número de mulheres admite que o desejo sexual surge junto com a excitação sexual ou é posterior a ela (BASSON, 2000; 2002). Sabemos que a resposta sexual da mulher a partir do climatério começa a tornar-se mais lenta e menos exuberante nas suas manifestações, então a mulher necessita mais tempo nas carícias que antecedem o coito, para ficar excitada mental e fisiologicamente. Se a excitação sexual for adequada, aumenta não somente o desejo sexual, se ele já existia previamente ou o desencadeia, o que facilitará atingir a fase orgásmica. Os orgasmos, no climatério, iniciam a serem menos intensos e de duração menor.

A saúde torna-se mais fragilizada à medida que a idade avança e o uso de algumas drogas pode interferir negativamente na sexualidade, sendo os principais: o álcool, os narcóticos, os beta bloqueadores adrenérgicos, os antiandrogênicos, os anti-hipertensivos de ação central, os bloqueadores dos receptores alfa 1 adrenérgicos, os que aumentam a serotonina, os que bloqueiam a dopamina, os que atuam sobre o Ácido Gama Aminobutírico (GABA) e os que atuam sobre os receptores H2 da histamina. O ideal é que sejam substituídos por outras que tenham um perfil mais favorável à sexualidade, a exemplo do grupo dos antidepressivos, nos quais os de eleição, pensando em sexualidade, são a bupropiona e a trazodona.

A sexualidade no climatério é influenciada por fatores biológicos: 1 – químicos: principalmente a ação dos neurotransmissores e a dos hormônios; 2 – idade: modificações no corpo e na resposta sexual, alterações estéticas (como a perda da juventude), dificuldade de lidar com a maior comorbidade (a incidência de doenças aumenta e o conseqüente uso de remédios), mas principalmente por fatores psicossocioculturais e por fatores conjugais nos quais se inclui os interpessoais. Assim as mulheres que sempre tiveram uma vida sexual enriquecida e satisfatória, têm sua resposta sexual não alterada ou menos afetada pelos efeitos colaterais das medicações e influência dos outros fatores acima citados. Em relação aos fatores químicos cabe ressaltar que é necessário, para uma sexualidade saudável, níveis normais de dopamina e de serotonina (neurotransmissores), de prolactina, dos hormônios tireoideanos e de testosterona livre.

Na pós-menopausa há alterações nas terminações nervosas que podem afetar a percepção sensorial ao toque, na pele e no clitóris. Em relação à prevenção

ou ao tratamento das principais queixas das mulheres climatéricas, a indicação sexual de algum tipo de terapêutica estrogênica se faz no sentido de tentar prevenir ou reverter, num grau menor ou maior, a redução dos receptores estrogênicos e as suas conseqüências, principalmente no sistema urogenital e na pele. A atrofia vaginal, com o seu conseqüente encurtamento e perda da elasticidade vaginal são menos intensas em mulheres climatéricas que sempre mantiveram vida sexual ativa do que nas sexualmente inativas (LEIBLUM, BACHMANN, KEMMANN, COLBURN & SWARTZMAN, 1983).

O tratamento ginecológico unicamente com estrogênios aumenta o fluxo sanguíneo pélvico; outras potenciais ações do estrogênio são: 1. promover o crescimento das células de músculo liso na vagina e no clitóris; 2. regular o metabolismo do tecido conectivo; 3. regular a síntese de óxido nítrico. Por todo esse somatório citado é relatado que os estrogênios possam ter importante papel na manutenção da integridade funcional vaginal e da função do músculo liso do clitóris (TRAISH, KIM, MIN, MUNARRIZ, & GOLDSTEIN, 2002). Os estrogênios podem ser administrados por via sistêmica (oral, subcutânea, ou transdérmica (a melhor opção pensando em sexualidade) ou via tópica (creme ou cápsulas vaginais). O uso isolado de estrogênio sistêmico apenas é permitido às mulheres que realizaram histerectomia e que não possuem as contra-indicações clássicas a esse grupo. As demais mulheres, com útero, que possuem queixas próprias do climatério, somente poderão usar uma das várias possibilidades de reposição hormonal que associam os estrogênios aos progestágenos; os progestágenos não são benéficos à sexualidade, além de poderem causar humor depressivo. Entre os progestágenos, os que trazem menos prejuízo à sexualidade são os derivados da 19 nortestosterona, por terem ação mais androgênica.

Para mulheres de 40 a 80 anos que participaram do Global Estudo sobre Atitudes e Comportamentos Sexuais (GSSAB), que envolveu 13.882 mulheres de 29 países dos 5 continentes, a falta de interesse sexual foi o problema sexual mais comum, sendo a prevalência média, de 32% (MOREIRA Jr, BROCK, GLASSER, NOCOLOSI, LAUMANN, PAIK et al., 2005). No Brasil, que participou dessa pesquisa, os três problemas sexuais mais comuns foram a dificuldade de lubrificação (23.4%), a falta de interesse sexual (22,7%) e inabilidade para atingir orgasmo (22.0%) (MOREIRA Jr., GLASSER, SANTOS & GINGLELL, 2005). Idade avançada foi positivamente associada com problemas de lubrificação vaginal, no Brasil, somente para mulheres na idade de 60 a 80 anos, quando comparada às mulheres dos 40-49 anos (MOREIRA Jr. et al., 2005). Quando o diagnóstico no GSSAB foi a de falta de interesse em sexo, este foi associado à crença de que o envelhe-

cimento reduz o desejo sexual, a pensar sobre sexo de modo infreqüente, à depressão, a baixas expectativas sobre o futuro do relacionamento e a sexo infreqüente (LAUMANN, NICOLSI, GLASSER, PAIK, GINGELL, MOREIRA & WANG, 2005).

Como há um aumento na expectativa de vida, as mulheres vão viver quase um terço após a menopausa o que as faz seguir um estilo de vida mais saudável, instruídas pela ciência médica e psicológica. Temos que pensar em qual é o perfil da mulher climatérica hoje; muitas delas são economicamente ativas e estão mantendo os seus espaços no mercado de trabalho, por isso conseguem investir mais em saúde e na sua estética física, também possuem um novo e maior vigor físico, mental e emocional, desconhecido das antigas mulheres climatéricas de 30 anos atrás. Elas estão nos mostrando uma nova mulher, também no climatério estão dando “vida aos seus anos” em vez de “dar anos à sua vida”. É essencial que a mulher seja percebida na sua totalidade, pois no climatério, com a perda da função reprodutiva, será realizado um novo balanço de vida. Quais eram os seus sonhos de vida? Como está a sua vida hoje, ela está feliz? Está deprimida? Há planos pessoais, de casal e de família para o futuro? Qual a percepção que ela tem dessa fase da vida? Ela questiona os estereótipos culturais que cultuam a beleza juvenil ou os impõe à sua vida?

Se a auto-estima da mulher estiver abalada, por dificuldades de lidar com a sua nova auto-imagem, com o envelhecimento (por terem uma visão negativa de ambos) ou porque o seu parceiro está com disfunção erétil, ela terá grande chance de adquirir uma ou mais disfunções sexuais.

Muitas mulheres que no climatério têm Desordem do Desejo Sexual Hipoativo (HSDD) tinham como ideal único de vida casar e ter filhos, cujos objetivos foram atingidos nessa fase, então elas referem que “penduraram as chuteiras na vida sexual”, uma vez que apenas se percebiam mulher na medida em que existia a capacidade e o desafio de ser mãe; nelas a identificação com a mulher sexuada, com a fêmea, nunca foi internalizada, nunca foi importante. A maioria das mulheres exercem vários papéis na sua trajetória de vida: filha, profissional, mulher sexuada, mãe, dona-de-casa, avó. Quando há HSDD uma das possibilidades etiológicas é a dificuldade de lidar com a mulher sexualmente ativa (BRENDLER, 2002). Dentre os fatores ligados à gênese do HSDD, além dos comuns a todas as fases da vida, no climatério e na terceira idade, merecem ser destacados: 1- a dificuldade do par se posicionar, novamente, como um casal, após a saída dos filhos de casa e a ajuda em cuidar dos netos; 2- o relacionamento

diádico patológico, com conflitos conjugais, de longa duração, não resolvidos;  
3- a ausência de sentimentos positivos em relação ao parceiro.

Pensando apenas nas três queixas mais frequentes apontadas no GSSAB, no Brasil, (MOREIRA Jr. et al., 2005) é importante para o tratamento da Desordem do Desejo Sexual Hipoativo (HSDD), para a maioria das mulheres da população, que são as que têm os ovários, que se indique terapia da linha cognitiva comportamental. Menciono, entre outras técnicas dessa linha, para os casos de HSDD, o Cardápio Sexual, que é um tratamento baseado no “pensar em sexualidade”, no qual, durante a terapia sexual, a paciente criará um repertório de cenas sexuais pessoais, a partir de filmes/livros eróticos ou de romance, que será usado para criar o hábito de pensar em sexualidade, várias vezes ao dia, a fim de mudar a mente para uma situação erótica e assim torná-la mais receptiva aos estímulos sensuais/sexuais (BRENDLER, 2005).

Quanto ao uso de drogas com ação hormonal para melhorar o desejo sexual, sabemos que 97-99% da testosterona circulante é ligada a *Sex Hormone-Binding Globulin* (SHBG) e apenas 1-3% é testosterona livre, não ligada a SHBG (PALACIOS, TOBAR & MENENDEZ, 2002). Se for prescrito estrogênio através da terapia de reposição hormonal (principalmente os de administração oral isolados), hormônios tireoidianos, a SHBG aumenta e a testosterona livre, que é biologicamente ativa, diminui (PALACIOS et al., 2002). Ocorre também diminuição da testosterona no caso de ooforectomia cirúrgica bilateral ou química (com o uso de GNRH antagonistas) ou de Quimioterapia e Radioterapia sobre a região dos ovários (DAVIS, 1998). As drogas que têm mostrado melhor perfil sexual para resolver as intercorrências clínicas comuns no climatério são o estradiol transdérmico (aumenta menos a SHBG e diminui menos a testosterona livre) (MAZER, 2002; PALACIOS et al., 2002) e a tibolona (diminui a SHBG e aumenta a testosterona livre) (DÖREN, RBIG, COELINGH, HOLZGREVE, 2001; PALACIOS et al., 2002). Em 2005, quanto à reposição de testosterona em mulheres na pós-menopausa, a Sociedade Norte Americana de Menopausa, entre outras recomendações, cita: 1 – Nunca usar testosterona sem estrogênioterapia concomitante; 2 – Assegure-se de que há uma causa fisiológica para redução dos níveis de testosterona (exemplo: ooforectomia bilateral); 3 – O lipidograma completo e as provas de função hepáticas devem ser avaliadas antes do tratamento com testosterona, e no 3º mês do tratamento; 4 – A testosterona via transdérmica (em adesivo), em gel ou creme são preferíveis à testosterona via oral, por evitar os efeitos da primeira

passagem hepática; 5 – Não há dados que confirmem a eficácia e a segurança da testosteronaterapia, acima de 6 meses; 6 – Nunca usar testosterona em mulheres com câncer de mama ou útero e com doença cardiovascular (NORTH AMERICAN MENOPAUSE SOCIETY, 2005). Os melhores resultados, em estudos já realizados e em outros que estão em andamento, em mulheres, em uso de estrogenerioterapia, com queixa da HSDD após menopausa cirúrgica, indicam a testosterona transdérmica em adesivos, na dose 300 microgramas / dia dose. Esta dose, por dia, usada durante três a seis meses, é segura e eficaz para o tratamento da HSDD causado por menopausa cirúrgica em mulheres que estão recebendo estrogenerioterapia concomitante (NORTH AMERICAN MENOPAUSE SOCIETY, 2005). No Brasil, o único tipo de testosterona disponível, apenas em farmácias de manipulação, é a metil-testosterona, e os trabalhos associando 2,5 mg de metil-testosterona via oral a algum estrogênio diminuíram o HDL colesterol, em mulheres na pós-menopausa (BASARIA, NGUYEN, ROSENSON, DOBS, 2002).

Para a queixa do HSDD é recomendada a avaliação dos níveis hormonais de prolactina pool (mais de uma dosagem seqüencial) e dos hormônios tireoideanos; a quantificação do nível de testosterona livre apresenta controvérsias na literatura científica, pois nem sempre há correlação com a clínica de HSDD, contudo essa é outra possibilidade laboratorial. Se houver alteração nos níveis de prolactina e dos hormônios tireoideanos eles devem ser corrigidos. Não é incomum, a queixa de HSDD persistir, após ser efetuada a correção hormonal, sendo necessário a indicação de terapia sexual, pois há, nesses casos, mais de uma etiologia envolvida nessa disfunção.

No climatério e após esse período, uma vez efetuada a prevenção da atrofia pélvica, seja através de uma vida sexual ativa e satisfatória, seja com estrogênio sistêmico (preferentemente transdérmico) sem excluir a possibilidade do uso tópico, ou tibolona, a mulher poderá permitir-se um aumento no tempo das carícias, antes e durante todo o intercurso sexual. Esse aumento no tempo do jogo erótico possibilita para a imensa maioria das mulheres orgásmicas, algum toque no clitóris de maneira suave, devido às mudanças fisiológicas típicas do climatério, que pode ser continuado durante o coito, para que o orgasmo seja facilitado. As disfunções da excitação sexual e do orgasmo, em mulheres climatéricas que possuam um saudável trofismo urogenital, serão resolvidas principalmente usando as técnicas da linha cognitiva comportamental.

Para a maioria das mulheres no climatério, os fatores psicossocioculturais e os conjugais impõem-se sobre os fatores biológicos, assim o histórico anterior de uma vida sexual satisfatória e continuar percebendo-se como uma mulher sexuada, capaz de ter e despertar desejo sexual, bem como de manter-se num saudável relacionamento a dois são os principais determinantes da sexualidade satisfatória.

### Referências bibliográficas

- BASARIA, S., NGUYEN, T., ROSENSON, R.S., DOBS, A.S. Effect of methyl testosterone administration on plasma viscosity in postmenopausal women. *Clinical Endocrinology*, 57: p.209-214, 2002. UK, Blackwell Science.Ltd, 2002.
- BASSON, R. The female sexual response: a different model. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 26: p.51-65, 2000. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, 2000.
- \_\_\_\_\_ A model of women's sexual arousal. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 28 p. 1-10, 2002. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, 2002.
- BRENDLER, J. A ausência de identificação feminina com a 'mulher sexuada' aparece em relacionamentos de longa duração. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v.13, n.1 p.15 – 19, 2002. SBRASH. São Paulo: Iglu, 2002.
- \_\_\_\_\_ Cardápio Sexual: um novo tratamento baseado no “pensar em sexo” para mulheres com desejo sexual hipoativo (HSDD). *Revista Brasileira de Sexualidade Humana* v. 16 n.1 p. 89-104, 2005. SBRASH. São Paulo: Iglu, 2005.
- DAVIS, S. R. The clinical use of androgens in female sexual disorders. *Journal of Sex & Marital Therapy*, v.24 n. 3 p. 153-163, 1998. Philadelphia, PA: Brunner/Mazel, 1998.
- DÖREN, M.; RBIG, A.; COELINGH, B.H.J.T.; HOLZGREVE, W. Differential effects on the androgen status of postmenopausal women treatment with tibolone and continuous combined estradiol and norethindrone acetate replacement therapy. *Fertility and Sterility*, v.75(3) p. 554-9, 2001. American Society for Reproductive Medicine. USA: Elsevier Inc., 2001.
- LAUMANN, E.O.; NICOLOSI, A.; GLASSER, D.B; PAIK, A.; GINGELL, C.; MOREIRA, E.; WANG, T. Sexual problems among women and men aged 40-80y: prevalence and correlates identified in Global Study of Sexual Attitudes and Behaviors. *International Journal of Impotence Research*, 17 p. 39-57, 2005. USA: Nature Publishing Group, 2005.

- LEIBLUM, S.; BACHMANN, G.; KEMMANN, E.; COLBURN, D.; SWARTZMAN, L. Vaginal Atrophy in the Postmenopausal Woman. The importance of sexual activity and Hormones. **Journal of the American an Medical Association**, v. 249 n.16 p. 2195-2198, 1983. USA: JAMA, 1983.
- MAZER, N.A. Testosterone Deficiency in Women: Etoiologies, Diagnosis, and Emerging Treatments. **International Journal of Fertility**, v. 47 (2) p. 77-86, 2002. USA: International Foundation for Studies in Reproduction, Inc. and others, 2002.
- MOREIRA Jr., E.D.; BROCK, G.; GLASSER, D.B.; NOCOLOSI, A.; LAUMANN, E.O.; PAIK, A.; WANG, T.; GINGELL, C. Help-seeking behavior for sexual problems: The Global Study of Sexual Attitudes and Behaviors. **International Journal of Clinical Practice**, v.59 n.1 p. 6-16, 2005. Malden, MA: Backwell Publishing Ltd, 2005.
- MOREIRA Jr., E.D.; GLASSER D; SANTOS B. D; GINGLELL, C. Prevalence of sexual problems and related help-seeking behaviors among mature adults in Brazil: data from the Global Study of Sexual Attitudes and Behaviors. **São Paulo Medical Journal**, v.123(5) p. 23-41, 2005. São Paulo: Associação Paulista de Medicina, 2005.
- NORTH AMERICAN MENOPAUSE SOCIETY. The role of testosterone therapy in postmenopausal women: position statement of The North American Menopause Society. **Menopause**; v.12 n.5 p. 496-511, quiz 649, 2005. Cleveland: North American Menopause Society, 2005.
- PALACIOS, S.; TOBAR, A.C.; MENENDEZ, C. Sexuality in climateric years. **Maturitas** v.43, p. S69-77, 2002. Elsevier Science Ireland Ltd, 2002.
- TRAISH, A M.; KIM, N., MIN, K.; MUNARRIZ, R. & GOLDSTEIN, I. Androgens in female sexual arousal function: a biochemical perspective. **Journal of Sex & Marital Therapy**; v.28 (s) p. 233-44, 2002. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, 2002.

# POTÊNCIA MÁXIMA – COMPREENDENDO A SEXUALIDADE MASCULINA\*

Haruo Okawara<sup>1</sup>

## MAXIMUM POTENCY – UNDERSTANDING THE MALE SEXUALITY

**Resumo:** Poucas coisas proporcionam tanto orgulho e satisfação ao homem adulto – sobretudo se está excitado e diante da mulher amada – que sentir seu pênis flácido tornar-se enorme, rígido, poderoso. Resultado de rápido e eficiente remanejamento de fluxo sanguíneo, a ereção altera de maneira impressionante a anatomia de seu órgão sexual, que se torna o maior dentre as 193 espécies de primatas até hoje conhecidas. Contemplar este órgão em sua máxima potência é, seguramente, evento que a maioria dos homens gostaria de ver repetido muitas vezes em suas vidas, seja para expressar amor, gerar filhos ou por puro prazer. Mas, o *Homo sapiens*, que também se vangloria de possuir o maior e mais eficiente cérebro dentre todos os primatas, tem o hábito de se entreter com complexas cogitações sobre seu próprio comportamento. Talvez por isso, muitos homens despendem tempo enorme se debatendo num angustiante conflito: por um lado, contemplam o próprio pênis como se fosse a fonte dos momentos mais prazerosos de suas vidas, e por outro, o culpam como se fosse a causa de seus vexames e frustrações. Observações clínicas revelam que os sentimentos ambivalentes que os homens experimentam em relação ao seu desempenho sexual podem comprometer, em grande medida, sua autoconfiança, seu ajustamento social e sua eficiência profissional.

**Palavras-chave:** Sexualidade masculina; pênis; ereção; repressão sexual; ansiedade sexual.

---

\* Este artigo refere-se à exposição realizada na 2ª Jornada CEPCoS de Sexualidade Humana, em novembro de 2007, em São Paulo – SP.

<sup>1</sup> Médico graduado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Ex-Chefe de Departamento de Ginecologia Psicossomática e Sexologia do Hospital das Clínicas, São Paulo. Diretor da clínica Kinsey, SP. e-mail: haruookawara@uol.com.br

**Abstract:** Few things give such pride and satisfaction to the adult man – mainly if he is aroused and in the presence of the woman he loves – than to feel his flacid penis turning big, hard, powerful. Outcome of rapid and efficient blood flow rerouted, the erection changes in a very impressive way the anatomy of his organ, that becomes the biggest among the 193 species of primates known until today. Watching this organ at its maximum potency is, surely, an event that most men would like to see repeated many times in their lives, simply to show love, to pass the genes or for pure pleasure. But, the *Homo sapiens*, who also brags about having the biggest and the more efficient brain among all primates, has the habit of entertaining himself with complex cogitations about his own behavior. Maybe because of this, many men spend much of their existence debating on a distressing conflict: on one side, watching their own penis as if it were the source of the most pleasurable moments of their lives, and on the other hand, blaming it as if it were the cause of their shame and frustrations. Clinical observations proves that the ambivalent feelings men have about their sexual performance can jeopardize, in great measure, their self-confidence, social adjustment and professional efficiency.

**Keywords:** Male sexuality; penis; erection; sexual anxiety; sexual repression.

## Introdução

Uma questão exaustivamente debatida nos anos 70 do séc. XX, sobretudo por movimentos feministas, foi a das diferenças e semelhanças entre os sexos masculino e feminino. Em homens e mulheres, o que seria influenciado pela cultura e o que seria estabelecido pela biologia? Após mais de três décadas, há o consenso de que, a despeito da enorme influência da aprendizagem cultural na codificação dos comportamentos sociais, muito do que os seres humanos praticam ao longo de suas vidas seja imposto por determinismos biológicos. Tal é o caso do comportamento sexual, em que são nítidas as diferenças biológicas entre os sexos. A primeira e mais evidente é que os homens reagem aos estímulos sexuais com ereção, enquanto as mulheres são penetradas. Embora óbvio, tal fato influencia enormemente a maneira como ambos os sexos vivenciam suas sexualidades.

Na mulher, o sexo é processo interno, algo como visita aguardada ou invasão indesejada, conforme o sentimento que ela nutre pelo parceiro. Essa penetração nem sempre significa violência para a mulher, até porque ter no interior de seu corpo um órgão do homem que ama e em quem confia

pode ser experiência gratificante e repleta de ternura. É quando não importa saber quem está penetrando em quem, já que o pênis é nesse momento uma propriedade conjunta. Já para os homens, o sexo é processo externo, polarizado em órgão que eles precisam fazer avançar. E, para muitos deles, aqui pode começar uma das maiores aflições de suas vidas. Enquanto a mulher, de modo geral, necessita apenas deixar que o sexo aconteça, o homem precisa de reação fisiológica concreta para cumprir seu papel.

### Potência máxima

Talvez escape à percepção feminina, mas poucos acontecimentos são tão necessários a um homem que observar seu pênis flácido se enrijecer no momento do ato sexual, reafirmando seus sentimentos de virilidade e poder. Sentir esse falo pulsando em sua máxima potência é ocorrência que a maioria dos homens gostaria de ver sempre repetida, seja para gerar filho, expressar amor ou por puro prazer. É espetáculo que eles não se cansam de contemplar, até porque o processo da ereção peniana não deixa de ser fenômeno impressionante: deflagrado por estímulos físicos e psíquicos, um remanejamento de fluxo sanguíneo faz com um apêndice quase feio e desajeitado, situado assimetricamente no meio do corpo, se avolume e altere sua anatomia, transformando-o num órgão portentoso, o maior dentre as 193 espécies de primatas até hoje conhecidas.

Comparado ao coração ou ao cérebro – órgãos de nobreza e importância indiscutíveis no imaginário popular –, o pênis não passaria de “patinho feio” da anatomia humana não o tivesse a natureza dotado da capacidade de desenvolver ereção e, com isso, mudar de função. Do ponto de vista anatômico, esse órgão é apenas um apêndice pendurado no corpo, como sugere a própria etimologia do nome, derivado do latim *pênis, is* (apêndice, cauda). Recolhido em seu canto, sem qualquer atrativo, cumprindo a prosaica tarefa de escoar urina, não despertaria maior interesse que um nariz ou uma orelha. Tampouco chamaria atenção, a menos que tenha defeito anatômico, doença infecciosa ou distúrbio funcional. Contudo, na plenitude de uma ereção, mudando de cor, forma e tamanho, ele abandona o anonimato do aparelho urinário, e se transforma em atração tão fascinante quanto a nudez feminina. E se o objetivo é a procriação, passa a desfrutar de prestígio quase metafísico como um dos órgãos essenciais para cumprir o que determina a maioria das religiões: “Frutificai e multiplicai-vos”. Mas esse bastão biológico faz mais que gerar vida, garantir a sucessão e povoar a Terra.

Para muitos indivíduos, ser capaz de ostentar esse pênis vigoroso é pré-requisito essencial para que se sintam seguros em sua condição de homem. Em razão dessa complexa simbologia, tal órgão é, de longe, dentre as partes de seu corpo, aquela com a qual os homens estabelecem a relação mais ambivalente, experimentando sentimentos que oscilam de satisfação à tristeza, de orgulho a constrangimento, conforme a percepção e a avaliação que façam desse órgão. Alguns o acariciam como o responsável pelos momentos de maior prazer em suas vidas, enquanto outros o apontam como o culpado de sua infelicidade amorosa e até de seus fracassos existenciais. Nada mais freqüente na prática clínica que observar pacientes ansiosos e inconformados com o tamanho ou com o grau de rigidez de seu órgão sexual, com a sua capacidade de controlar o reflexo ejaculatório ou com a intensidade de prazer que experimentam. É como atua nos homens a imprevisível dinâmica peniana: proporciona-lhes imensa felicidade se tudo der certo, mas profunda angústia se a expectativa de sucesso imposta pela cultura não se cumprir por falhas de desempenho.

## **Repressão sexual e construção da civilização**

Em contexto mais amplo, o uso que os homens fazem de seu órgão sexual tem, na verdade, profundas implicações sócio-econômicas, éticas e emocionais. Assim, no início do século XX, Sigmund Freud (1905), o criador da psicanálise, já sustentava que a construção da cultura e da civilização não teria sido possível se os homens não desviassem para essa tarefa grande parte da energia que despenderiam em atividades instintivas, como o lazer e a gratificação sexual. Para esse autor, a noção de civilização implicava obrigatoriamente a repressão da libido, ou seja, as realizações da cultura seriam consequência da sublimação da energia sexual. Embora reconhecesse que a tendência mais primitiva do homem fosse a procura do prazer a qualquer preço, ele observava que se o homem se permitisse viver exclusivamente de acordo com o que denominou de “princípio do prazer”, não conseguiria se organizar com eficiência para prover suas necessidades de subsistência. A saída do dilema seria refrear ou adiar a busca do prazer ou, até mesmo, desistir da satisfação das necessidades instintivas, no intuito de garantir a sobrevivência – é o que ele chamou de “princípio da realidade”.

Contudo, posteriormente, nem seus seguidores aceitaram sem reservas conclusão tão categórica. Filósofos, como Herbert Marcuse (1972), propuseram interpretações mais amplas da oposição entre os princípios do prazer e da realidade. De acordo com esse autor alemão, uma das repercussões

do princípio da realidade na expressão sexual é o que ele denominou de “organização repressiva da sexualidade”, segundo a qual a função sexual ficaria restrita à atividade dos órgãos genitais, basicamente destinada à procriação no âmbito de uma instituição monogâmica. Nessa ordem repressiva, em que o “normal” e o “aceitável” seriam apenas o “socialmente útil”, as manifestações de prazer passariam a ter sabor de coisa proibida. Em tal ambiente – que se intensificou a partir do século XVII, nos primórdios da Era Industrial –, não se poderia permitir que a energia produtiva fosse dissipada em prazeres, salvo naqueles que, segundo Michel Foucault (1976), reduzidos ao mínimo, possibilitassem aos trabalhadores procriar-se. De acordo com esse filósofo francês, se o sexo é reprimido com tanto rigor, é porque se admitia ser incompatível com um condicionamento geral e intensivo para o trabalho. A sexualidade passou, então, a ser cuidadosamente confinada dentro de casa, mais precisamente no quarto dos pais, nas noites monótonas da burguesia vitoriana. Não por acaso, a institucionalização da repressão sexual, como parte da ordem burguesa, coincidiu com o desenvolvimento do próprio capitalismo.

Atualmente, passado o apogeu da Era Industrial, e já em meio à Sociedade da Informação, como a maioria dos homens lida com sua sexualidade? Inquéritos sobre o comportamento sexual e evidências clínicas indicam que a despeito da pílula anticoncepcional, do movimento feminista e da liberalização dos costumes, a relação que boa parte dos homens estabelece com sua sexualidade ainda é precária, carregada de tensão e ansiedade.

### **Implicações econômicas do impulso sexual**

Na verdade, não foi tanto à repressão sexual que reduziu o prazer erótico, e sim, um comportamento sutil, cultivado nas próprias entranhas do capitalismo: a busca obstinada de resultados. Paradoxalmente, a obsessão pelo sucesso e pela excelência do desempenho funcional – traço de personalidade quase indispensável aos que pretendem galgar postos em grandes corporações – resultou em tiro pela culatra no campo da sexualidade. Para entender essa aparente contradição, é preciso lembrar-se que os seres humanos vêm ao mundo dotados de dois instintos básicos: a agressividade, para a própria sobrevivência, e a sexualidade, para a perpetuação da espécie. Dotado do maior e mais eficiente cérebro dentre os primatas, o *Homo sapiens* logo direcionou a energia de sua agressividade numa atividade mais eficiente e menos perigosa, qual seja, o trabalho. Assim, para se alimentar, ele não necessitava mais ativar sua agressividade e deglutir uma ave com pena e

tudo – como faria um crocodilo –, mas passou a trabalhar, receber salário e pedir um *canard al'orange* no seu restaurante favorito. Paradoxalmente, apesar de seu imenso atrativo, a sexualidade não contou com idêntico reforço social, e teve seu uso cuidadosamente controlado pela moral burguesa, talvez por ocultar ameaçadoras implicações econômicas. Sim, além de desviar fortunas – como para o sustento de amantes –, sexo pode resultar em filhos, que geram despesas – dilapidando até patrimônios inteiros – e podem se tornar herdeiros, mesmo quando frutos de furtivas aventuras extraconjugais.

Assim, apesar de ansiar pelo imenso prazer que o sexo lhes poderia proporcionar, muitos homens o praticam bem menos do que desejariam, e quando o fazem, têm sua satisfação freqüentemente tolhida por medo, ansiedade, insegurança ou culpa. Como a energia sexual do abstinente não se perde no vácuo – é o que ensina a psicanálise –, ela acaba se sublimando, sobretudo no campo da arte. “Arte é sexo”, já dizia Picasso, e bem se poderia dizer que a inspiração primeira de algumas das mais belas obras primas da humanidade tenha realmente sido um desejo sexual abortado. A própria relação sexual é, em essência, obra de arte que os casais de amantes recriam toda vez que se encontram. Visceralmente ligado às sensações, o que é o prazer sexual, senão indescritível evento estético?

Por estar mais para o plano das artes que do trabalho, o prazer erótico se empobrece toda vez que o sexo se reduz à mera tarefa a ser executada algumas noites por semana, após um dia tenso na empresa. É no quarto, na hora do amor, que o homem se sente, então, particularmente vulnerável. Habitado a manter sob rígido controle as variáveis de seus negócios, na cama ele se depara, no entanto, com reações imprevisíveis que não consegue controlar. Mesmo assim, condicionado a fazer avaliações quantitativas, sua tendência será calcular o que pouco conta para o prazer sexual, como “grau de ereção”, “duração do ato”, “volume de esperma”, “freqüência de relações”, “número de parceiras” e assim por diante. Inevitavelmente, tais avaliações, conduzidas sob forte ansiedade, acabam bloqueando qualquer clima erótico que porventura começasse a surgir.

## Conclusão

Na verdade, em se tratando de prazer erótico, nada mais contraproducente que essa obsessão por eficiência mecânica e cumprimento de metas. Primeiro, porque ao focar a mente em tais objetivos, o homem deixa de apreciar a beleza que os caminhos (e as curvas) do erotismo lhe poderiam

desnudar. Depois, por estar muitas vezes estressado, pode não cumprir algumas de suas metas sexuais, e aí, a sensação de fracasso desaba pesadamente sobre ele. E “fracasso” é termo inaceitável na cultura machista.

Como o homem poderia desfrutar vida sexual gratificante, mantendo desempenho profissional de excelência? Levando em conta, antes de qualquer coisa, que sexo não pertence ao plano do trabalho, mas da arte, e neste domínio nada se quantifica, só se sente, só se aprecia. Depois, considerando que sexo, por ser função tão natural quanto dormir ou respirar, peculiar a cada pessoa e a cada casal, deveria sempre constituir expressão espontânea da personalidade, e não objetivo a ser alcançado. Ou seja, o sucesso na vida sexual não deveria resultar de metas obsessivamente perseguidas, como a penetração e o orgasmo, mas na erotização dos parceiros, ou seja, na capacidade de se deixar envolver por sensações eróticas e de atuar sensualmente, sem a obrigação de agir sexualmente.

### **Referências bibliográficas**

- FOUCAULT, M. *La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- FREUD, S. (1905) *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Obras Completas, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

### **Bibliografia consultada**

- COMFORT, A. *More joy of sex*. New York: Simon & Schuster, 1973.
- KAPLAN, H. & SAGER, C.J. Sexual patterns at different ages. *Medical Aspects of Human Sexuality*, (5)6, p.10-23, 1971.
- OKAWARA, H, & SAWAYA, R.B. *Amar – toda a realidade sobre a vida sexual*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- OKAWARA, H. *Terapia sexual*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

# FAMÍLIA E PARENTALIDADE HOMOSSEXUAL: REVENDO TEORIAS, REPENSANDO PRÁTICAS\*

Érica Renata de Souza<sup>1</sup>

FAMILY AND HOMOSEXUAL PARENTING:  
REVIEWING THEORIES, RETHINKING PRACTICES

**Resumo:** A noção moderna de família pressupõe a existência de crianças no processo de legitimação moral, social e legal do que é considerada uma “família”. No Brasil, apesar de todos os constrangimentos legais e sociais, as novas configurações familiares, incluindo as famílias homossexuais, vêm ganhando cada vez mais espaço nas discussões da academia, da mídia e da política. Nas relações entre parentalidade e homossexualidade, como se reconfiguram as relações de família e gênero? Como o gênero e a parentalidade são relidos pelo sujeito diante da performatividade do desejo? Estas são questões para pensarmos no impacto que a homossexualidade têm causado quando se propõe a praticar aquilo que a modernidade criou e apresentou como um domínio indiscutivelmente heterossexual: o sentimento de família.

**Palavras-chave:** Família; parentesco; parentalidade; gênero; homossexualidade.

---

\* Este artigo é parte revisada e alterada da minha tese de doutorado: SOUZA, É. R. *Necessidade de Filhos: família, gênero e (homo)sexualidade*. 2005. 242f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005. Agradeço à FAPESP pelo financiamento que possibilitou a realização da pesquisa no Brasil e no Canadá, bem como a elaboração da tese. O artigo foi apresentado na mesa-redonda “Diversidade e Relacionamentos Afetivos”, II Jornada CEPCoS de Sexualidade Humana, Guarulhos, 11 de novembro de 2006

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. Mestre em Antropologia Social e licenciada em Pedagogia pela mesma universidade. Membro do Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sexualidade Humana (GEISH), UNICAMP. Foi Pesquisadora Visitante na *Association for Research on Mothering*, York University, Canadá. Docente da PUC-Campinas e pesquisadora do Laboratório de Ensino, Sociedade e Cultura da PUC-Campinas. e-mail: e\_souza@uol.com.br.

**Abstract:** The modern notion of family presupposes that having children is a condition for the moral, social and legal process of legitimation of what is defined as a “family”. In Brazil, despite all legal and social constraints, new family arrangements – including gay and lesbian families – are taking part in the Academe, media and politics’ discussions. How family and gender issues are rearranged in the relations between parenting and homosexuality? How do subjects deal with gender and parenting issues when faced with the performativity of desire? These are questions which lead us to think about the impact that homosexuality has caused when entered a field which Modernity has created and presented as a strictly heterosexual domain: the sentiment of family.

**Keywords:** Family; kinship; parenting; gender; homosexuality.

## Introdução

A noção moderna de família pressupõe a existência de crianças no processo de legitimação moral, social e jurídico do que é considerada uma “família”.<sup>2</sup> Kath Weston (1991) percebeu, durante sua pesquisa entre *gays* e lésbicas de São Francisco, nos Estados Unidos, que alguns deles compartilham a noção de que “as crianças completam ou legitimam uma família”<sup>3</sup> (p.175).

No Brasil, a limitação de uma parceria de direito jurídico aparece enquanto estratégia de exclusão, privando os casais de *gays* e lésbicas de vivenciarem o valor moral e sentimental da “família”. Segundo Uziel (1999), o Projeto de Lei 1.151 é acusado de ferir a integridade do conceito de família legitimado pela Constituição.

Nesse sentido, o projeto nacional de parceria civil homossexual não visualiza a possibilidade de nenhum tipo de “família” e nem sequer de “casamento”, mas de “parceria” juridicamente legitimada, que envolve apenas a questão

---

<sup>2</sup> Ariés (1981) sugere que até o século XVII as relações sociais favoreciam uma sociabilidade que cedeu lugar à intimidade “necessária” ao sentimento moderno de família, o que implica numa ênfase na criança, nas noções de convivência, intimidade e na autoridade masculina, elementos claramente representados na sua forma cristã através da imagem da “Família Sagrada”. Enquanto as linhagens asseguravam a transmissão da vida, a honra e a integridade do patrimônio, a família nuclear não existia como sentimento ou mesmo como valor, ao passo em que o sentimento moderno de família está atrelado ao sentimento de infância, cuja tônica está nas relações entre pais e filhos e torna-se o núcleo da organização das sociedades modernas.

<sup>3</sup> “children complete or legitimate a family”. Todas as traduções são livres.

dos bens e da herança. O termo casamento, segundo o projeto original, estaria reservado às relações heterossexuais e atrelado às questões morais e religiosas, como a fidelidade (monogamia). Como resume Uziel, “[...] nenhum dispositivo do projeto cria uma nova espécie de núcleo familiar” (ibid., p.10).

Mas apesar de todos os constrangimentos legais e sociais, as novas configurações familiares têm ganhando cada vez mais espaço nas discussões da academia, da mídia e da política. Além das novas formas de configuração das famílias heterossexuais, sobretudo na forma monoparental (GOLDANI, 1994), as famílias homossexuais aparecem como uma reivindicação dentro do âmbito dos direitos civis de *gays* e lésbicas.

Diante da visibilidade de sujeitos homossexuais na organização familiar, o conceito de família parece se encontrar diante da necessidade de ser repensado. Outras formas de organização familiar heterossexual já colocavam em xeque a noção moderna de família nuclear, sustentada pela oposição binária hierárquica entre os sexos sob o discurso da complementaridade.<sup>4</sup>

Nessas relações entre parentalidade e homossexualidade, como se reconfiguram as relações de família e gênero? Como o gênero e a parentalidade são relidos pelo sujeito diante da performatividade do desejo que leva, por exemplo, mulheres casadas e mães voltarem-se à procura de relacionamentos homossexuais estáveis, sofrendo muitas vezes o preconceito de seus próprios filhos? Essas são apenas algumas questões para pensarmos no impacto que a homossexualidade têm causado quando se propõe a praticar aquilo que a modernidade criou e apresentou como um domínio indiscutivelmente heterossexual: o sentimento de família.

### **Família, parentesco e homossexualidade: a teoria de David Schneider**

Segundo o antropólogo D. Schneider (1968), a família é como uma unidade cultural particular que abriga certos tipos diferentes de parentes que estão numa relação muito próxima e especial uns com os outros. A relação sexual, não na sua concepção biológica, mas como símbolo, define e diferencia a família dos demais parentes. A relação sexual é a outra face do símbolo do

---

<sup>4</sup> Segundo Hérítier (1989), a crença popular sustenta a idéia da família enquanto fato dado, natural e universalmente, representado pela noção da família conjugal. Nesse sentido, a concepção ocidental moderna de família não visualiza “formas variáveis no tempo e no espaço” (p.81), mas sim uma instituição caracterizada por certos pressupostos como a união de sexos distintos, a monogamia, a filiação sob o nome paterno, a autoridade masculina e a primazia da consangüinidade.

“amor conjugal”, enquanto as relações dos demais parentes se dão através de um outro tipo de amor, o qual não pressupõe relações sexuais e que Schneider denomina como “amor cognato”.

A condição da família norte-americana seria a combinação filhos e coabitação. No sentido primário, a família envolve pais e crianças, ainda que os filhos já não coabitem com os pais. Num segundo sentido, a família seria o lugar onde se vive, uma unidade que coabita, não sendo possível, assim, pertencer simultaneamente a duas famílias. O laço com a família se quebraria com o casamento e a conseqüente constituição de outra. E, nesse processo, Hocquenghem (1997), sugere que se dá a reprodução da heterossexualidade através das gerações.

Na perspectiva de Schneider, a natureza constitui a família e os “papéis naturais” de marido, esposa, pai, mãe e filhos, os quais definem os membros da família através da crença nas “tendências inatas”. Assim sendo, “algumas dessas tarefas são naturalmente atribuídas aos homens, algumas às mulheres, e alguns modos são naturais para as crianças por causa de sua idade”<sup>5</sup> (SCHNEIDER, op. cit., p. 35). Ou seja, o autor aponta para os diferenciais de gênero e idade nas relações hierárquicas que constituem a relação familiar. Assim, os diferentes “papéis” pré-estabelecidos na família são códigos de conduta culturalmente construídos e hierarquizados no interior dessa unidade cultural, através dos marcadores sociais de gênero e idade.

A família é definida como uma unidade cultural pautada nos “fatos da natureza”, uma construção que incorpora a razão na natureza, criando um arranjo. A razão faz-se necessária, nesta lógica, uma vez que é ela que seleciona, altera e constrói, direcionando as escolhas entre o bom e o ruim, às quais a família estaria sujeita. Nessa “ponte” natureza e cultura incorporada pela família, figura a relação sexual, a qual fornece os símbolos centrais do parentesco americano. Vista como biológica e natural, é construída e informada pela regra da razão, no âmbito da lei e da moralidade.

Cada membro da família é uma pessoa, uma unidade cultural, distinta das outras dentro da família. A família aparece como símbolo de como as relações de parentesco mais amplas devem ser conduzidas. A oposição casa/lar (amor) x trabalho (dinheiro) é um dos principais meios pelos quais o parentesco é distinto dos outros tipos de relação. O “amor” (no que se refere ao amor

---

<sup>5</sup> Tradução do texto original: “(c)ertain of these tasks naturally fall to men, certain to women, and certain ways are natural to children because of their age”.

conjugal, análogo à relação sexual) é definido por uma união espiritual que ganha corpo na criança.

O parentesco é apresentado por Schneider como um sistema de poucos símbolos que definem e diferenciam: a relação sexual como ato reprodutivo; a relação sexual como amor; o amor unindo a substância e o código de conduta; o amor (conjugal ou cognato) como união e identidade; o amor como solidariedade difusa e duradoura; o sangue como símbolo de união “inseparável”, graças ao amor solidário. A família consiste em um conjunto de elementos conceituais que define quem é quem em seu interior e suas inter-relações.

O parente é definido pela pessoa, a qual constitui a maior unidade da cultura americana. Assim como outras unidades culturais (família, país...), a pessoa é definida como capaz de ação. A pessoa tem uma identidade primária que define “que tipo de pessoa ela é”, ou seja, o domínio cultural dentro do qual ela age. Diferentes elementos se combinam na definição da pessoa (sexo, profissão, lugar na família) e esses elementos provêm de diferentes (sub) sistemas simbólicos e conceituais, pertencentes a outros domínios que independem das pessoas, que vêm de um lugar no tempo ou de um contexto, como podemos pensar os imaginários de gênero, raça, idades, religiões etc. A pessoa articula os vários domínios conceituais e simbólicos da cultura americana e os traduz em forma de ação.

O parentesco é, portanto, um sistema autocontido de símbolos e conceitos definidos independentemente das pessoas, lugares ou tempo. Distingue-se dos parentes como pessoas e da família como grupo de pessoas. O parente como pessoa é diferente das características distintivas do sistema de parentesco que definem a pessoa como parente, o qual também é composto por elementos de outros domínios simbólicos (enquanto pessoa). Os parentes devem agir em relação aos outros através do símbolo do amor difuso, duradouro e solidário, cuja demonstração não tem significado fixo e varia de acordo com a idade e o sexo. Em outras palavras, as relações entre parentes são propiciadas pelo símbolo do amor e da solidariedade.

Tanto a pessoa quanto a família são considerados na cultura norte-americana como concretos e reais e, concomitantemente, abstratos, um conjunto normativo de padrões. O sistema de características distintivas que definem a pessoa como parente é um núcleo fixo que fornece as características definidoras para todo tipo de pessoa. É ao redor dessas características fixas que a variação ocorre. E, nesse sentido, há um único sistema de parentesco americano. As formas variantes das definições normativas constituem um único sistema

de variação e não variantes *ad hoc*. Os diferentes componentes da definição normativa do parente como pessoa apresentam uma ordem definida e uma certa hierarquia de valor. Todo construto do parente como pessoa se inicia com as características fixas, distintivas, que definem a pessoa como parente. No sistema de parentesco, o pai é sempre o genitor orientado para o amor ou a solidariedade difusa e duradoura. Mas, como pessoa, pertence a uma classe e a um sexo, sendo que essa combinação encontra diferentes arranjos:

A masculinidade varia conforme a posição de classe. O que é apropriado e correto para um homem de classe alta que é pai é diferente dos padrões apropriados para um homem de classe média que é pai. Estes, por sua vez, não são os mesmos padrões para o comportamento de um homem de classe baixa que é pai.<sup>6</sup> (SCHNEIDER, op.cit., p.114)

Para Schneider, as variações na forma da família são mais uma questão de classe e “papéis sexuais” que de parentesco ou família. O sistema de diferenciação dos papéis sexuais e o sistema de estratificação de classes constituem sistemas particulares, com suas próprias características distintivas. As variações da família, por sua vez, não constituem um sistema, mas dependem das variações no sistema de parentesco, que tem um núcleo fixo e padronizado (as características distintivas). De qualquer forma, sintetizando, a diferença está dada no interior da família e no interior do sistema de parentesco, uma diferença atribuída, basicamente, por marcadores de classe social, idade e gênero.

Schneider conclui que, na cultura americana, a cultura média (intervém e regula) a tensão entre o homem e a natureza. Apesar de seu esforço constante de dominar a natureza, o homem, no entanto, procura fazer dessa “parte da natureza” sua paz, reconhecendo-a como seu “destino”. Ao mesmo tempo em que o homem se reconhece como parte da natureza, obedecendo às suas leis, tenta dominá-la. Essas contradições são reveladas em vários aspectos da cultura americana, como a sexualidade. De todas as formas de sexualidade que os seres humanos são capazes, apenas uma é considerada legítima, obediente aos padrões da cultura americana, que são as relações heterossexuais centradas na genitália entre um homem e uma mulher unidos pela lei (e, acrescento, pela religião). Todas as outras formas são consideradas moralmente “erradas” e proibidas.

<sup>6</sup> Tradução do texto original: “Maleness is varied by class position. What is appropriate and proper for a male-upper class person who is a father is different from the standards appropriate for a male middle-class person who is a father. These in turn are not the same as the standards for the behavior of a male lower-class person who is a father”.

Na concepção ocidental, se a família fosse simplesmente um estado biológico centrado na reprodução, o homem não estaria diferenciado do animal. No entanto, é na ordem da lei e da razão que a distinção ocorre, quando as “sensibilidades humanas” selecionam o tipo “apropriado” de união sexual entre vários outros disponíveis e definem o tipo “apropriado” de comportamento entre o genitor e sua prole. “É a ordem da lei, baseada na razão e na natureza, que, combinada com a natureza, é o arranjo mais poderoso e o mais próximo do ideal, na definição da cultura americana”<sup>7</sup> (SCHNEIDER, op.cit).

A relação sexual no sistema de parentesco aparece como construto cultural *sobre* os fatos biológicos (sistema de atribuição de papéis sexuais e de gênero e como construto cultural que *representa* os fatos biológicos – amor e relação sexual). Na cultura americana, o parentesco é biologia, diz Schneider. Qualquer alteração científica no campo biológico pode alterar as relações de parentesco, mas a recíproca não é verdadeira. “O parentesco não é uma teoria sobre a biologia, mas a biologia serve para formular uma teoria do parentesco”<sup>8</sup> (SCHNEIDER, op.cit, p.115). O sistema de construção dos fatos culturais, segundo Schneider, existe numa relação de (re)ajuste com os fatos biológicos.

Os construtos que representam a relação sexual simbolizam a solidariedade difusa, duradoura e incondicional, que independe da reciprocidade. Onde Lévi-Strauss (1982)<sup>9</sup> identificou a proibição do incesto e a troca de mulheres como as formas de instauração de laços sociais entre grupos, Schneider encontrou o “amor”, a solidariedade, como a condição da reprodução social e cultural:

Assim como a reprodução é um aparato de fatos biológicos que é pré-requisito para a continuidade da sociedade como um corpo de pessoas, também a solidariedade duradoura e difusa é um pré-requisito social e psico-biológico para a continuidade tanto da sociedade quanto de sua cultura.<sup>10</sup> (SCHNEIDER, op.cit., p.116)

A fim de assegurar tal continuidade, certas regras fazem-se necessárias. Nesse sentido, as pessoas precisam aprender que o que pensam é algo dado instintivamente. O modelo da relação sexual aparece, então, como um modelo de

<sup>7</sup> Tradução do texto original: “It is the order of law, based on reason and on nature, which, combined with nature, is the most powerful and the most nearly ideal arrangement in the definition of American culture.” A “metonímia” desse ideal seriam os parentes de sangue, ligados tanto na natureza quanto na lei.

<sup>8</sup> Tradução do texto original: “Kinship is *not* a theory about biology; but biology serves to formulate a theory about kinship”.

<sup>9</sup> Ver também Dumont (1971).

<sup>10</sup> Tradução do texto original: “In just the same way that reproduction is a set of biological facts that is a prerequisite to the continuity of a society as a body of people, so too, diffuse, enduring solidarity is a social and psychobiological prerequisite to the continuity of both the society and its culture”.

vida pautado no comprometimento e na ligação passional que, por um lado, produz realmente uma solidariedade duradoura e difusa.

O parentesco, para Schneider, ganha contornos muito diferentes da perspectiva estruturalista e universalista de Lévi-Strauss: “uma unidade ou um construto cultural devem ser distinguidos de qualquer outro objeto, de qualquer lugar, no mundo real”<sup>11</sup> (SCHNEIDER apud KUPER, 1999, p.133). Enquanto para Lévi-Strauss os sistemas de parentesco estão baseados numa oposição universal entre natureza e cultura, na perspectiva de Schneider essa própria oposição é uma construção ocidental que não pode ser transposta para outras culturas<sup>12</sup>. De acordo com Schneider, essa oposição sobrepõe a cultura à natureza, a qual deve ser “controlada” pela cultura (razão, moral, lei), já que esta, por sua vez, possui o poder de julgar e escolher entre o bem e o mal. Dessa forma, a cultura supostamente humaniza a natureza (ibid.). “Mas na visão de Schneider era inútil continuar a procurar por um critério social universal que separaria o parentesco de outros tipos de relações.”<sup>13</sup> (ibid., p. 148).

Sugiro que, para Schneider, pelo menos no que se refere à sociedade americana, cultura e natureza não se opunham, mas se combinavam nas definições do parentesco; defendia as diferenças entre as culturas, tendo cada qual o seu “núcleo simbólico fixo” (com seu limite de variações dele dependentes), no entanto, características fixas num contexto particular a cada cultura, negando quaisquer universalismos, sobretudo no que se refere ao parentesco.

Schneider já anunciava outras questões que estão na pauta do dia: as diferenças de sexo e de idade como marcadores sociais cruciais (dentro e fora do parentesco), a construção cultural do que é “coisa”, “real” ou significante, o sistema de construção cultural *sobre* os fatos biológicos; a não-aplicabilidade das categorias ocidentais à análise de outras sociedades; a oposição binária natureza/cultura como uma construção ocidental hierárquica que sustenta a sobreposição de um termo (cultura) sobre o outro (natureza).

Destes, concentremo-nos na questão do gênero, questão da diferença sexual que, em sua época, ainda era tratada sob a categoria “papéis sexuais”, embora Schneider já pensasse as construções sociais como símbolos que *falam sobre* ou *representam* um fato biológico. Assim é a relação do gênero com o sexo.

<sup>11</sup> Tradução do texto original: “a cultural unit or cultural construct must be distinguished from any other object elsewhere in the real world”.

<sup>12</sup> Assim como sugere a melanesianista Marilyn Strathern (1988).

<sup>13</sup> Tradução do texto original: “but in Schneider’s view it was quite hopeless to continue searching for a universal social criterion that would mark off kinship from other sorts of relationships”.

“Ainda que uma criança não seja um homem ou uma mulher até que seja sexualmente maduro, sua identidade como macho ou fêmea é estabelecida, no ato do nascimento, por meio de seus genitais.<sup>14</sup>” (SCHNEIDER, op.cit., p.41). Schneider identifica a própria construção social do sexo: “A pessoa tem tanto o sexo masculino quando o feminino definidos pelo sistema de papéis sexuais<sup>15</sup>” (ibid., p. 59). Segundo Schneider, o que define as unidades culturais “marido”, “esposa”, “pai” e “mãe” não é o sexo biológico, mas o sistema de diferenciação e atribuição dos “papéis sexuais”, elaborado de acordo com os marcadores de gênero e idade.

No interior da família, como bem coloca Schneider, o homem não detém a autoridade por ser o pai, mas por ser homem e mais velho. Dessa forma, delimita-se a assimetria na seguinte forma: o homem se sobrepõe à mulher e ambos se sobrepõem aos filhos, por serem mais velhos. As diferenças de gênero e idade determinam os comportamentos esperados de cada membro da família. Assim sendo, podemos concluir que os códigos de conduta que definem a pessoa como parente são necessariamente marcados pelo gênero e pela idade, ainda que o parente como pessoa traga consigo elementos de outros domínios simbólicos (religião, nacionalidade, etnia, classe social, etc.). Daí, sugiro, o interesse “recortado” de Schneider nos “papéis sexuais” e nas idades, em detrimento das questões religiosas ou étnicas. A classe social, no entanto, atravessa constantemente os exemplos de Schneider sobre a pessoa como parente. Enquanto isso, o sangue, o casamento, a família, o relacionamento atravessam as diferentes classes sociais, ou seja, o parentesco é parte integrante da vida deste composto social chamado pessoa. E lembremos ainda que, para Schneider, *a demonstração do amor entre parentes não tem significado fixo e ainda varia de acordo com a idade e o sexo*. Dessa forma, até mesmo o símbolo maior do parentesco – o amor – está atravessado pelos marcadores de gênero e idade:

Mas o amor, ou a solidariedade difusa e duradoura, é o mais flexível dos símbolos, já que pode ser expresso em uma vasta variedade de diferentes modos, distinta para mulheres em relação aos homens, para membros adultos da família em relação às crianças da família, e assim por diante<sup>16</sup>. (SCHNEIDER, op. cit., p. 61)

<sup>14</sup> Tradução do texto original: “Although a child is not a man or a woman until it is sexually mature, its identity as a male or female is established at birth by its genitals”.

<sup>15</sup> Tradução do texto original: “The person has either male or female sex as defined by the sex-role system”.

<sup>16</sup> Tradução do texto original: “But love, or diffuse, enduring solidarity is the most flexible of the symbols, for it can be expressed in a wide variety of different ways, differently for women than for men, for adult members of the family than for children in the family, and so on.”

A questão da diferença é explicitamente trabalhada por Schneider quase vinte anos depois, no artigo *The power of culture: notes on some aspects of gay and lesbian kinship in America today* (1997)<sup>17</sup>.

Nesse artigo, Schneider (1997) deixa clara a sua preocupação central com as formações familiares *gays* e lésbicas, as relações estáveis entre casais, o parentesco e o casamento. A mesma linha de pensamento do autor de *American kinship* pode ser encontrada nesse artigo, isto é, as mesmas concepções de Schneider, elaboradas em 1968, sobre o amor, a família como unidade cultural que pressupõe a coabitação e uma cultura americana com possibilidade de variações apenas ao redor de um núcleo fixo. Além disso, não é surpreendente que Schneider retome o símbolo do amor como o “laço” de parentesco, mesmo no âmbito da homossexualidade, pois o que faz o amor (ou a solidariedade), na cultura americana, senão tentar abrigar pacificamente a diferença? Ou buscar a igualdade através da diferença? (como sugere DIAS, 2000).

A novidade é que agora Schneider vai definir a cultura como um “discurso hegemônico”, o qual engloba o indivíduo e impõe suas formas “corretas”, ainda que certas pessoas, seja por qual razão for (ainda que frequentemente sem razão, segundo ele), não “comprem” o discurso hegemônico. A definição da cultura como discurso (ainda que hegemônico), talvez estrategicamente, relativize a sua sugestão anterior de uma cultura com características fixas (das quais dependeriam até mesmo as suas variações), já que todo discurso é tido como processo, construção, significação, *efeito de sentidos*, que se institui como resultado de outros “processos discursivos sedimentados, institucionalizados” (ORLANDI, 1987). É no discurso que os construtos enquanto fenômenos fictícios tornam-se “reais” e ganham poder (BUTLER, 1996).

A diferença entre heterossexuais e homossexuais, na opinião de Schneider, não está no plano da sexualidade (o que ele chama de diferença na escolha do objeto), mas é uma diferença que parece se corporificar na homofobia. Para ele, o Cristianismo se esforça para regular o sexo na forma da heterossexualidade, sob os laços do casamento. No entanto, pensando na relação homofobia, cristianismo e cultura do parentesco, escreve que não lhe parece estranho o desejo do amor, do casamento, da domesticidade e do parentesco entre *gays* e lésbicas, já que estes, tanto quanto os heterossexuais, são filhos da mesma cultura americana e de seus símbolos maiores. Aqui poderíamos sugerir

---

<sup>17</sup> O artigo foi publicado em 1997, mas a produção é anterior a esta data, considerada a morte de Schneider em 1995.

que Schneider desliza para um determinismo do que chama de “a cultura americana”. No entanto, fica claro que Schneider está se referindo aos ícones americanos idealizados do amor e do casamento, que marcam o cotidiano e as socialidades das pessoas, seja em forma de práticas ou expectativas.

Quanto à reprodução, Schneider escreve que definitivamente *gays* e lésbicas não são anti-família e tampouco é a homossexualidade inerentemente estéril, o que tem sido comprovado através da adoção, inseminação artificial e outras formas de inclusão de uma criança na vida do casal. Nesse sentido, podemos concluir, enquanto unidade cultural que coabita com filhos, a família homossexual teria a mesma legitimidade cultural que a família nuclear heterossexual.

### Reverendo as teorias, repensando as práticas

A família homossexual permite outras variações, como a co-parentalidade entre pessoas do mesmo sexo, pautada na reprodução biológica, mas através das tecnologias reprodutivas. Aqui surge uma questão: se em 1968 Schneider nos dizia que a relação sexual, enquanto fato biológico e “natural”, permanece, e que a criança em geral é fruto dessa relação, o que dizer desse “símbolo da família” no contexto atual, no qual tanto nas famílias *gays* quanto nas famílias heterossexuais (com problemas de esterilidade, por exemplo) a possibilidade da reprodução assistida tem sido disseminada, constituindo hoje um mercado de consumo?<sup>18</sup> Este seria um problema crucial na lógica do pensamento de Schneider, que, entretanto, ele não aborda, embora tenha sugerido, ainda em 1968, que qualquer alteração científica no campo biológico, poderia alterar as relações de parentesco.

Há ainda um outro problema dentro de sua linha de pensamento, que Schneider aponta, mas não desenvolve suficientemente. Se as características distintivas, que definem os membros da família e diferenciam essa unidade cultural de outras, são aquelas contidas no símbolo da relação sexual, o qual por sua vez pressupõe um homem e uma mulher que se unirão (visando à reprodução) tanto biologicamente quanto “espiritualmente” através do amor na forma da criança, como fica a legitimidade da família homossexual nesse contexto? Nos casais de *gays* ou lésbicas, o amor dual não pode ser

---

<sup>18</sup> Segundo os dados que tenho levantado, hoje, nos Estados Unidos, é relevante a quantidade de bancos de sêmen e a comercialização de sêmen, óvulos e “barrigas de aluguel” via Internet (Souza, 2002).

análogo à reprodução biológica, pois não há “união biológica” das duas partes envolvidas. Necessariamente, o casal terá que buscar pela contribuição biológica de uma terceira pessoa, do sexo oposto. Como ficam então as características distintivas? Variam? Alteram-se? Ou fornecem padrões nos quais *gays* e lésbicas serão obrigados a se encaixar se quiserem ganhar para sua unidade o “rótulo” de família? Podemos pensar nesses padrões através da maternidade e da paternidade, construtos idealizados no ocidente de forma dual, oposta e excludente. Como ficariam então as relações de maternidades e paternidades numa relação a três, como no caso da co-parentalidade?

Schneider, no entanto, parece não acreditar que *gays* e lésbicas possam produzir outros tipos de organização do parentesco, já que, para ele, o oposto tem sempre por referência a norma. E, assim sendo, a família *gay* seria apenas uma variação na forma da família atribuída ao gênero (sistema de “papéis sexuais”), e não ao sistema de parentesco. Marilyn Strathern (1997), respondendo a Schneider, escreve que as uniões homossexuais, no mínimo, provocam alterações nas uniões heterossexuais.

Contudo, Schneider escreve que as formações familiares *gays* e lésbicas não podem ser vistas como meras assimilações, paródias ou mímicas do modelo heterossexual legitimado. Para ele, não é o caso de se pensar em mímica, pois esta envolveria uma cópia “livre de valores”, a menos que fosse uma imitação no sentido da admiração; a paródia, por sua vez, implicaria no ridículo.

Butler (1996) também não acredita numa simples assimilação dos construtos heterossexuais pela homossexualidade, no entanto, para ela, a paródia ganha outro significado. Embora Butler não veja a norma como limitadora, tal como Schneider, tampouco acredita na homossexualidade como radicalmente fora da matriz heterossexual. Segundo Butler, a matriz heterossexual exige a coerência entre sexo, gênero e desejo (sexualidade) para garantir sua inteligibilidade. No entanto, dentro dos termos dessa matriz, podem se abrir matrizes subversivas de desordem de gênero.

Se a subversão é possível, será uma subversão dentro dos termos da lei, através de possibilidades que emergem quando a lei se volta contra si mesma e espalha permutações inesperadas de si mesma.<sup>19</sup> (BUTLER, op.cit, p.93)

---

<sup>19</sup> Tradução do texto original: “If subversion is possible, it will be a subversion from within the terms of the law, through the possibilities that emerge when the law turns against itself and spawns unexpected permutations of itself.”

A autora escreve que numerosos discursos *gays* e lésbicos entendem que a cultura *gay* e lésbica está envolvida nas estruturas maiores da heterossexualidade, ainda que esteja numa posição subversiva ou de re-significação das configurações culturais heterossexuais. Assim sendo, para Butler (op. cit.), a homossexualidade não é cópia ou réplica da heterossexualidade, mas apresenta identidades internamente dissonantes e complexas que re-significam as categorias hegemônicas pelas quais são propiciadas. Butler sugere que a sexualidade *gay* ou lésbica não é determinada nem se reduz aos construtos heterossexuais, mas reutiliza tais construtos, desnaturalizando-os. Nesse sentido, a homossexualidade torna-se o lugar da paródia que contesta o caráter natural da heterossexualidade. Considerando que as normas oferecidas pela heterossexualidade são intrinsecamente impossíveis de serem corporificadas, a própria heterossexualidade se mostra não apenas como uma lei compulsória, mas também como uma constante paródia de si mesma, performances de um modelo idealizado.

Para Homi Bhabha (1998), as culturas atuais localizam-se nos interstícios, isto é, na sobreposição e no deslocamento de domínios da diferença. A tradução, a reinscrição cultural não se dá no interior de uma cultura hegemônica, mas nos interstícios, criando espaços de significação, inscrições intersticiais da diferença cultural, que abrem a possibilidade de um hibridismo cultural que não suporta simetrias, mas sim resistências. Bhabha está especialmente pensando em questões de nação e imigração, mas por que não pensarmos na homossexualidade? É o que faz Corinne Hayden, (apud Schneider, 1997, p. 272), segundo a qual *gays* e lésbicas estão habitando os interstícios dos símbolos culturais dominantes e explorando sua ambigüidade.

Articulando então Schneider, Bhabha, Hayden e Butler, sugiro que, nos interstícios dos símbolos culturais dominantes (ou do “discurso hegemônico”), a homossexualidade, assim como suas formações familiares, exploram as ambigüidades e re-significam os construtos dominantes heterossexuais; nesse movimento, criam seu próprio espaço de significação e produzem sua diferença. Contudo,

Variações no parentesco que se afastem de formas diádicas de família heterossexual garantidas pelo juramento do casamento, além de serem consideradas perigosas para as crianças, colocam em risco as leis consideradas naturais e culturais que supostamente amparam a inteligibilidade humana (BUTLER, 2003, p. 224).

Diante desde contexto, é preciso estar atento para o alerta de Gabb (1999): como uma estratégia de sobrevivência, visando a uma aceitação social da

maternidade e da família, muitas vezes as práticas da parentalidade ofuscam as práticas da lesbianidade, aproximando as famílias lésbicas do modelo tradicional de família heterossexual<sup>20</sup>.

Desta forma, para que as famílias homossexuais possam explorar sua ambigüidade e conquistar seu próprio espaço de significação, tornam-se essenciais, no seu cotidiano, novos referenciais para as práticas da parentalidade e da sexualidade: referenciais que contestem o caráter “natural” da família heterossexual, práticas que transgridam as expectativas sociais sobre “família” e o binarismo hierárquico de gênero – uma das formas reguladoras da vida em família – que o modelo tradicional sustenta.

### Referências bibliográficas

- ARIÈS, P. *História social da família e da criança*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, n.21, pp.219-260, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1996.
- DUMONT, L. *Introduction à deux théories d'anthropologie*. Paris, Mouton, 1971.
- DIAS, M. B. *União Homossexual: o preconceito & a justiça*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- GABB, J. Imag(in)ing the Queer Lesbian family. *Journal of the Association for Research on Mothering: Lesbian Mothering*, v.1, n.2, pp.9-20, 1999.
- GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, n.91, pp.7-22, 1994.
- HÉRITIER, F. Família. *Enciclopédia Einaudi*, v.20, 1989.
- HOCQUENGHEM, G. Capitalism, the family and the anus. In: BLASIUS, M.; PHELAN, S. (eds.). *We are everywhere: a historical sourcebook of gay and lesbian politics*. New York; London: Routledge, 1997.

<sup>20</sup> Esse “apagamento” da homossexualidade é perigoso à medida que “Se você não é real, pode ser difícil manter-se como tal com o passar do tempo; o sentido de deslegitimação pode tornar ainda mais difícil manter um vínculo, um vínculo que, afinal, não é real, um vínculo que não ‘existe’, que nunca se pretendeu que existisse” (Butler, 2003, p. 238).

- KUPER, A. **Culture: the anthropologist's account**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.
- SCHNEIDER, D. M. The power of culture: notes on some aspects of gay and lesbian kinship in America Today. **Cultural Anthropology**, v.12, n.2, pp.270-278, 1997.
- \_\_\_\_\_. **American kinship: a cultural account**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1968.
- SOUZA, É. R. **E-moms – na era da maternidade cyborg**. Humanitas, *no prelo*.
- STRATHERN, M. “Dear David...” (carta) **Cultural Anthropology**, v.12, n.2, p.282-282, 1997.
- \_\_\_\_\_. (1988) **The Gender of the Gift: problems with women and problems with society in Melanesia**. Berkeley: Univ. California Press, 1988.
- UZIEL, A. P. Reflexões sobre a parceria civil registrada no Brasil. **Sexualidade: gênero e sociedade**, Rio de Janeiro, n.11, pp.1;8-12, 1999.
- WESTON, K. **Families we choose: lesbians, gays, kinship**. New York: Columbia University Press, 1991.

# TRÊS QUESTÕES CHAVES PARA UMA ÉTICA DA SEXOLOGIA

*Francisco Juan Jose Viola<sup>1</sup>*

## THREE QUESTIONS KEYS FOR A ETHIC FROM SEXOLOGIA

**Resumo:** A sexualidade tem sido pesquisada de diversas maneiras nas últimas décadas. Porém, os estudos relacionados com a sexualidade ainda não entraram completamente nas universidades. A maior parte das especializações em sexologia são extra-universitárias. Somado a isto, a maioria dos profissionais que trabalham com sexualidade possui formações muito diversas entre si. Isto resulta numa dicotomia entre uma interdisciplinaridade (inerentes aos estudos sobre a sexualidade) e uma multidisciplinaridade real, devida à diversidade de profissionais que atuam na sexualidade.

Com esta realidade como referencial realizamos o presente trabalho, apresentando uma teorização do que acreditamos ser o alicerce fundamental para enfrentar esta situação: uma Ética da sexologia. Esta deve contemplar três planejamentos básicos:

1. Identidade de cada profissional (a definição dos conteúdos da sexologia)
2. Limites da ação do sexólogo (a teoria da crise)
3. Recursos que podem ser utilizados (o respeito da alteridade)

O presente trabalho discute estes três alicerces<sup>2</sup> e identifica a urgência de estabelecer diplomas universitários em sexualidade<sup>3</sup> e insiste sobre a necessidade que o código deontológico tenha um papel real na prática cotidiana.

---

<sup>1</sup> Médico. Doutor em Psicologia. Orientação. Sexologia. e-mail: francisco.viola@gmail.com

<sup>2</sup> Dubar e Tripier definem quatro componentes constitutivos do termo da profissão: a identidade profissional, associada à declaração da profissão; a posição profissional associada à função; a especialização profissional que envia-nos à noção de *ofício* e a classificação Profissional que define o emprego ocupado.

<sup>3</sup> "o desenvolvimento atual da sexologia acompanhe-se de uma crise do pensamento e da prática sexológicas". DUPRAS, A. (1986). Le fin de la sexologie clinique et le debut de l'histoire de la sexologie. *Psychothérapies*, nº 1, pp. 65-72.

Nós proporemos em nossa tese doutoral uma oposição entre o paradigma da crise e o paradigma dos obstáculos.

**Palavras-chave:** Ética; sexualidade; sexologia; deontologia; identidade profissional.

**Abstract:** Sexuality has been much analyzed during the last decades. However, sexuality as a subject is not officially included to the university curriculum yet. As a consequence, most of the experts in sexuality are trained outside the academia. In addition, experts in sexology have very diverse education and training. This results in a dichotomy between interdisciplinary fields, inherent to the sexuality studies, and actual multi-disciplinary due to the disparity of professions involved in sexuality today.

With this situation in mind, this paper presents a theory of ethics for sexology that considers three pillars:

1. Professional identity (a definition of the contents of the discipline).
2. Limits of each profession regarding sexuality analysis (a “crisis theory”).
3. Resources that can be used (stick to the “*alterity principle*”).

This paper discusses these three pillars and identifies the urgency to set up university degrees in sexuality; and insists on the need of an ethics code for professionals working in sexuality.

**Keywords:** Ethic; sexuality; sexology; deontology; professional identity.

## Introdução

Nas últimas décadas temos sido testemunhas de um múltiplo movimento científico, cultural e comercial em torno da sexualidade das pessoas. Multiplicaram-se publicações, atividades científicas, manifestações públicas, apresentações culturais, etc. Isto trouxe, como consequência, uma maior demanda de respostas para os profissionais na área da saúde e associadas a saúde.

A ciência sempre pretende definir seus conceitos de maneira a delimitar o alcance do que explicará. Isto tem permitido, através da linguagem dita científica, esclarecer as coisas, seguindo um padrão convencional. Assim, utiliza-se uma linguagem, dita comum, para poder trocar experiências nas reuniões e nas comunicações chamadas científicas. Porém, quando a ciência deixa um pouco de lado sua suposta “objetividade” (objetividade sempre impossível de alcançar) procurando estudar um tema que se acerca mais diretamente ao ser humano, é necessário que a *subjetividade* das representações de cada pessoa ocupe um lugar preponderante na configuração do modelo a utilizar.

É, sem dúvida, o caso do estudo da sexualidade e do sexo porque é difícil rejeitar a tese da subjetividade do sexólogo. O sexólogo está *sempre sujeito a uma tensão insolúvel entre o ideal da objetividade científica que o movimenta e a subjetividade social de seu meio que o marcam* (DUPRAS, 1986, pp. 65,72).

O conceito de “*sexo-logia*” parece designar, de acordo com uma analogia médica fonética, uma ciência cujo objeto de estudo seria o sexo ou a sexualidade. Desse modo, a sexologia pode associar-se facilmente com à ginecologia, neurologia, urologia, etc. Assim, definiríamos a sexologia, em função dessa noção médica, como “uma pesquisa teórica e clínica, como uma terapia particular em relação a função sexual” (STEICHEN, 1980). Porém a realidade é outra, primeiro porque “a etimologia da sexologia – logos de sexus – envia-nos a um “discurso em propósito da *coupure*”. Esta *coupure* implica separação, diferença, falta, complementaridade, oposição, desejo, procura de união e convida para outras conotações, todas tão significativas. O discurso em questão não pode *a priori*, reduzir-se a uma dissertação fechada já que a sexualidade não se deixa assimilar somente à *genitalidade*.

A sexologia, no senso amplo, estaria constituída, sem jamais ser acabada, pelo conjunto das reflexões que procuram explicar e compreender as diferenças sexuais e as conseqüências da diferenciação, como são a identidade sexual, os modelos sexuais e as atitudes orientadas à união entre os sexos. Toda abordagem sexológica só pode, por isso, ser parcial e situar-se em um processo pluri disciplinar, por não poder ser inter disciplinar. (RAPPORT DE A JOURNÉE D'ÉTUDES DE L'INSTITUT DES SCIENCES FAMILIALES ET SEXOLOGIQUES, “Formation et recherche en sexologie”, 1975).

Temos aqui a questão essencial para definir nosso problema que, por mais que possa parecer subsidiário, é essencial para nossa prática como profissional. Definir «*sexo*» como *genitalidade* ou defini-lo como «*sexualidade*», é dizer como *coupure*, abre os caminhos que, mesmo tendo a mesma base *genética*, tem uma diferença essencial, em nível da prática e por tanto em nível da deontologia.<sup>4</sup>

Relembremos que as pessoas funcionam com *representações* do mundo que nos rodeia. Este conjunto de idéias que nós formamos das coisas estabelece uma maneira de nos aproximarmos do outro. Essa aproximação implica maneiras de definir limites, estabelecer prioridades e desenvolver valores que guiam a “*praxis*”, que se comunica ao outro.

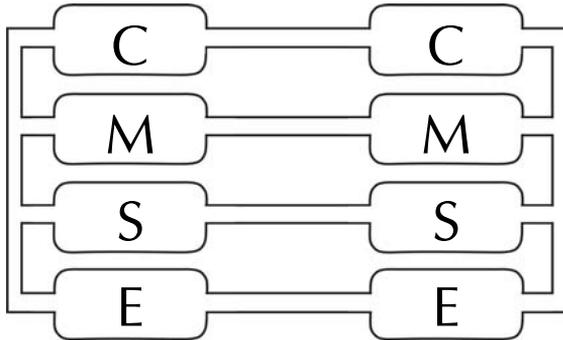
<sup>4</sup> A deontologia é um capítulo da Ética geral, concretamente a teoria dos deveres (*tá déonta*). Os deveres profissionais são só uma parte muito restritiva dos deveres em geral. Em sua acepção mais habitual, o termo *deontologia* utiliza-se para designar a “moral profissional”. Assim, está situada como uma parte da moral, uma “moral especializada”.

## Conceitos essenciais e preliminares

O sexo é individual, enquanto que a sexualidade necessita da existência do outro

Esta noção é a chave para considerar a prática profissional sobre o estudo da sexualidade. É uma afirmação que se funda em posições filosóficas, morais e científicas. Implica uma divisão essencial entre duas maneiras de considerar ao outro. O sexo é genitália pura. A sexualidade surge através da alteridade que implica o outro e a necessária comunicação. Por alteridade entendemos a distinção essencial entre *eu e você*, assim “[...] sempre te manterás fora de min. Por isso: não ser eu, não ser eu nem meu, fazem que a palavra seja possível e necessária entre nós....”. (IRIGARAY, 1998, p. 30),

No gráfico seguinte mostramos a Idéia de unidade estrutural da sexualidade. É neste caso uma unidade ideal de sexualidade.



Esquema representativo da sexualidade (VIOLA, 1997)

Neste esquema, o «c» é o corpo; o «m» é a mente; o «s» é o social e o «e» é o espiritual.

Entendemos a comunicação como a combinação de aptidões e atitudes que toda pessoa desenvolve para tentar transmitir mensagens a outra pessoa e também aos mecanismos que cada um utiliza para tentar decifrar as mensagens que as outras pessoas emitem.

Partimos da idéia que somos sexuados (*sexualizados*) porque há um outro e esse outro é capaz de nomear-nos. Nesta concepção da sexualidade, não tem que haver uma relação de coito necessária, mas tem que haver uma

relação entre dois seres sexuados e falantes. Sem palavra não há sexualidade. Talvez por isso, no tema do estupro a noção de não-consentimento (importante nos processos policial e jurídico) é muito essencial na vivência da pessoa estuprada, pelo fato de que sua palavra não tenha sido reconhecida pelo agressor e, muitas vezes, tampouco por outras pessoas.

Implica, necessariamente, uma consideração de ordem ética, ou seja, definir um posicionamento das pessoas frente a situações que elas ou outras pessoas possam viver. Nesta idéia de sexualidade que desenvolvemos a partir dos conceitos centrais de *“alteridade”* e *“comunicação”* é onde devemos situar-nos para considerar uma ética voltada para isto.

## Ética

Entendemos a ética como *“[...] a tensão que nasce entre a realidade e o ideal”* (SNOEK, 1991). Ao falar de tensão estamos referindo-nos a dois conceitos implícitos. Primeiro que a ética é o esforço para juntar duas situações que no ser humano utiliza-se para construir a realidade e o segundo, que essa realidade não é única, por mais que nos esforcemos, sempre existirão diferenças entre a realidade que construímos e a realidade que nos apegamos.

A realidade é o conjunto de fatos, dos fenômenos e dos sucessos (respectivamente os objetos da observação objetiva, da experiência subjetiva e das análises sócio-histórico) que constituem a referência comum da verdade para uma determinada comunidade. (STEICHEN, 2003, p. 80).

Então, a realidade não é única, senão de certo modo individual, porém existe um consenso de realidade para cada sociedade. Esse consenso é dado por uma ideologia, já que esta, *“[...] como produtora de realidade, deve sua eficácia a sua natureza: a ideologia é uma combinação de pensamento e de afetividade”* (STEICHEN, 2003, p. 83).

Porém a vida cotidiana, em nosso caso, a prática clínica ou a observação participante, dá-nos provas concretas que a realidade não é monolítica, senão que se nutre de diversas situações, que fazem que cada pessoa construa suas realidades a partir do conjunto de representações disponíveis, as que lhes outorgam valores determinados, em função do que a psicanálise chama a estrutura da realidade. Esta estrutura, na visão lacaniana, contempla três registros:

*“[...] a realidade do imaginário, que é o conjunto das imagens mentais (resultando da articulação seletiva dos traços da percepção), a realidade do simbólico que*

é o conjunto das elaborações lógicas (que saem da combinação dos significantes) e a realidade do real que impõem-se aos sujeitos como massa do inimaginável e do indizível (o caos do não representável) (STEICHEN, 2003, p. 80).

## Problema

A associação entre ética e sexualidade está estabelecida em consideração à interação e/ou à confrontação entre “duas” pessoas específicas. De um lado, o profissional que trabalha com sexualidade e do outro lado uma pessoa que apresenta um problema sobre a sexualidade, problema de índole pessoal, familiar, social ou de ordem conjugal. Levando em conta a relação de caráter profissional. Esclarecemos que esta relação profissional abrange tanto o campo clínico, como o educativo e o social.

Nossa posição epistemológica surge como consequência, não a considerar coisas chamadas práticas, ou seja, externas aos indivíduos em questão, senão que partimos do fato de que os profissionais que trabalham com temas relacionados com o campo da saúde são sexuados e dispõem de um poder, uma autoridade para impor um ponto de vista ou pelo menos sugerir uma visão sobre os problemas que os demais podem ver como aceitável e provável. Considerar esta autoridade é fundamental para poder compreender e atuar com uma consideração ética para nossa profissão. Compreendamos que um profissional que trabalha com temas de sexualidade tem que se posicionar frente a alguém que pode estar sofrendo de algum modo, pela situação ou pela dúvida sobre o fato que está vivendo. O profissional tem possibilidades de limitar esse sofrimento, de elucidar dúvidas, de oferecer orientação e de dar informação, mas também de estabelecer uma pauta de normalidade. Definido isto, não esqueçamos que os pacientes estão pedindo isso: *doutor dê-me um padrão de normalidade*. Pedido nem sempre explícito, mas sempre subentendido em temas de sexualidade. “A vontade de definir e de redefinir o normal teria marcado toda a história da sexualidade. [...] a sexologia tem tido uma inegável influência sobre a reavaliação das normas sexuais na cultura no sentido amplo” (CROZIER, 2003, p. 16-37).

Sempre lembrando que são duas pessoas frente a frente, em uma troca desigual de elementos. Compreender esta relação desigual entre pessoas é essencial para a prática profissional (a deontologia). Estes elementos estão relacionados com as obrigações e as responsabilidades de cada um, mas também com as verdadeiras possibilidades de atuar positivamente frente a uma situação de consulta.

Um vínculo profissional é desigual, mas esta constatação não implica, necessariamente, uma posição vexatória. É desigual na medida em que está estabelecida certa definição antecipada de papéis. Quem procura é *demandante* e quem recebe é *demandado*. Dentro desta situação é fundamental fazer menção a uma série de condições que devem cumprir-se nesses termos e sobre tudo, tem uma série de elementos que se devem evitar<sup>5</sup>.

### Três questões chaves para uma ética da sexologia

1º questão: Identidade de cada profissional (a questão da relação entre disciplinas)

#### Código de Ética de Flasses<sup>6</sup>

Artigo 2. Formação necessária dos/as Terapeutas Clínicos

Artigo 3. Formação necessária para educadores/as

Artigo 4. Formação necessária para os pesquisador/as

Artigo 5. A utilização de termos como sexólogo/a, terapeuta sexual, educador/a sexual, pesquisador/a sexual, não oferecem uma informação adequada sobre o grau acadêmico obtido. Para evitar a ambigüidade de alguns termos, que não são utilizados com a mesma homogeneidade, deve-se mencionar o grau acadêmico seguido de... “especialista em sexualidade humana” e/ou “especialista em sexologia” e/ou “educador/a sexual” e/ou “pesquisador/a em sexualidade humana”.

Nem todos, que se atribuem o termo sexólogo tem sido verdadeiramente formados. Nem todos têm recebido uma série de informações a partir de uma estrutura de formação mais ou menos reconhecida oficialmente, nem todos têm questionado seus pontos de referência e, sobretudo, têm tentado uma prática no campo. Porém, existe um número cada vez mais elevado de pessoas que se atribuem o título de sexólogo, sobretudo se amparando sob

<sup>5</sup> “Praticamente todo o mundo sente-se inclinado em caso de dúvida sobre se algo é desejável ou correto a seguir os pontos de vista éticos geralmente aceitos, conta-se com algum deles e conhecem-se suas particularidades – especialmente quando trata-se de pontos de vista comuns ao grupo social no qual deseja-se pertencer e no que se deseja ser classificado”. BRANDT, 1982, pp. 77-78.

<sup>6</sup> FEDERAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIEDADES DE SEXOLOGIA E EDUCAÇÃO SEXUAL

o fato que não existe, em muitos países, a aquisição do título através da formação acadêmica, ou seja, qualquer profissional pode chamar-se desse modo e não é considerado um delito como em outras profissões. Definindo, é verdade que “não existe título protegido que unifique o status profissional” (GIAMI & COLOMBY, 2001, p. 41).

O título de médico, por exemplo, está regulamentado e por mais que alguém seja um experto *curador*, apresentando-se como médico comete um delito que se chama de “usurpação de títulos”. Os sexólogos têm a situação mais fácil. Não existe título em nível nacional e internacional reconhecido de forma unívoca, como podem ser os outros diplomas nas ciências de saúde, técnicas ou humanas. Todos podemos ser sexólogos e sexólogas. Ainda mais, existe uma quantidade enorme de ofertas de formações para ser sexólogos (pessoas independentes com títulos, instituições privadas, organismos semipúblicos, etc.). Todas as ofertas estão baseadas numa suposta experiência dos responsáveis pela formação.

Definindo, dizemos que a primeira necessidade para construir uma ética da sexologia é definir a relação entre as disciplinas através da especificidade do objeto de estudo e da clareza da identidade profissional. Estabelecida esta por dois temas:

### O objeto de estudo:

A abordagem pragmática expõe de entrada os problemas em termos pluri-dimensionais exigindo uma teorização que leve em conta as diversas dinâmicas em jogo, tanto no nível do individual (o particular no geral), do social (o eu frente a você, o singular e o plural), quanto do psico-fisiológico (a clínica). Estas três dimensões são onde elaboram-se as respostas à problemática da sexualidade, de modo que as situações se desenvolvem para o essencial à intersecção de seus componentes. Eles definem-se do seguinte modo:

\* O individual: cada vivência é particular. O relativismo cultural introduzido pelos antropólogos tende demonstrar que existe mais de um modo de dizer o vivido. Isto nos parece uma resistência a deixar-se tomar pela vivência do outro. Nossa história é única na medida onde ela não pode ser reduzida a fatos objetivos. Cada pessoa ordenara as significações que ela da à seu vivência segundo as prioridades que, algumas vezes, podem parecer aleatórias, que são relativas ao real naquilo ele está mergulhado.

\* O social: na medida em que a sexualidade se dá no reencontro com o outro (outro real, imaginário e/ou mesmo simbólico), as normas as quais estão

submetidos os indivíduos, não só criam as situações concretas de reencontro, como também imprimem aos indivíduos naquilo que se encontram mergulhados, um estilo culturalmente sobredeterminado.

todo sistema social pressupõe tais axiomas morais básicos. Estão implícitos nas categorias de valores e de comportamentos que resumimos em conceitos tais como direitos, deveres, justiça, amizade, respeito, erro, pecado. Tais conceitos dão-se em toda sociedade humana conhecida, embora o tipo de conduta e o conteúdo dos valores designados por eles varia enormemente (BRANDT, 1982, p. 111).

\* A clínica: no tanto que ela «*tem como objetivo realizar uma intervenção sobre a desgraça*» (STEICHEN, 2001), contribui reconstruindo um código de interpretação dos sinais com os quais o outro expressa esta desgraça. Por isso, a clínica ocupa um «*lugar sui generis de controle das teorias científicas*» (DEVILLERS, 1993), questionando ao mesmo tempo a ciência e os indivíduos, seja paciente ou clínico.

## A identidade profissional, propriamente dita

307

A identidade é um dos temas que define uma profissão<sup>7</sup>. Estabelece suas capacidades e promove o desenvolvimento crítico de seus avanços. Sem identidade profissional é complicado pensar em construir uma profissão que tenha um verdadeiro alcance social. Não são todos os sexólogos capazes de estudar, opinar, analisar ou fazer terapia sexual, tampouco todos são capazes de fazer a mesma coisa com a sexualidade. Sou partidário à divisão mais firme das capacidades que permitam desenvolver a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, mas para isso devemos compreender que estas só são fruto do trabalho e do duelo do poder.

Em todas as partes onde os sexólogos, ou os que se chamam sexólogos têm um lugar, existe uma discussão sobre o reconhecimento de uma identidade própria, definida:

como a particularidade de ser si, de ser específica em relação aos outros (referentes) e de ser reconhecido como tal por estes últimos [...] A identidade definisse-se como uma maneira de ser particular que se especifica de uma certa delimitação no espaço e duma certa permanência no tempo (STEICHEN, 1998, p. 17).

<sup>7</sup> Ver nota de rodapé 2 no início do texto.

As pessoas que se consagram ao estudo da sexualidade têm necessidade como todos os profissionais de estabelecer ao redor deles, “por sua prática, uma zona de segurança sob forma de incompatibilidades simbólicas” (MARTUCELLI, 2002, p. 414).

Paradoxalmente, os sexólogos que se reconhecem exclusivamente como tal, são seguidos daqueles que não exercem exclusivamente a sexologia. Temos utilizado os conceitos de *paria*<sup>8</sup> e *bastardo*<sup>9</sup> para significar uma ausência no reconhecimento oficial para aqueles que quiserem estudar a sexualidade como processo de reencontro com o outro. Já Clavreul (1978) tem mostrado o processo que tem seguido os médicos para construir seu reconhecimento oficial. Podem-se citar também os exemplos na psicologia e na sociologia. A sexologia se confronta com os governos e os poderes para impor sua ordem. Esta luta reúne os profissionais vindos das disciplinas mais variadas. Não parece que isto seja devido a uma transdisciplinaridade. Seu objetivo não é de pôr em lugar uma prática particular, mas ter um nome para poder praticar.

Porém procurar um nome não é suficiente. Pensamos que a luta por um reconhecimento legal não resolve o problema essencial desta falta de *identidade*. Para resolver esta questão é necessário saber como tratar as problemáticas excluídas da sexologia e quais são as outras situações verdadeiramente paradigmáticas dos problemas da sexualidade, como o estupro (sua prevenção, sua acolhida, seu tratamento, a consideração social, os protocolos de intervenção, etc.) com um verdadeiro arsenal de práticas, condutas e revisões das questões em relação aos quatro componentes que temos mencionado: o corporal, o mental, o social e o espiritual.

2º questão: Limites desse acionar (a teoria da crise)

Código de ética da FLASSES

**Artigo 6:** Limites da competência dos educadores, terapeutas e pesquisadores

<sup>8</sup> “Homem excluído da sociedade”. BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, 1988, p. 483.

<sup>9</sup> “Degenerado da espécie a que pertence // Diz-se dos híbridos ou mestiços, formas resultantes do cruzamento de duas espécies bem definidas ou, mesmo, de variedades”. BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, 1988, p. 88.

Tiefer (1996) diz que a sexologia tem três crises:

- a. A sexualidade na cultura (publicidade implacável, controvérsias permanentes, o sexo como substituição e compensação e as pesquisas sexológicas);
- b. A sexualidade nos estudos científicos (os novos estudos sobre a sexualidade, a perspectiva em sexologia)<sup>10</sup>;
- c. A sexualidade em medicina.

Dá-nos conta que o poder que nos outorga o fato de ser reconhecido como quem sabe nos dá um poder de determinar o que pode ser considerado bom. Anon em 1977 apresentou um esquema, o esquema PLISSIT. Neste esquema o autor estabelece como primeiro ponto a *Permission*. Este autor dizia que muitas pessoas procuram uma autorização do terapeuta. Assim os sexólogos podem resolver problemas oferecendo essa autorização. Não somos juízes, nem religiosos para tal fim. Mas devemos saber que os pacientes nos procuram, sutil ou claramente, para que os *autorizemos*. Agora bem, isso nos obriga a considerar o que acreditamos seja útil para a humanidade e o que achamos que pode ser útil para o paciente, sempre partindo da base do que vivemos como útil para nós.

A crise é fundamental em uma concepção da profissão em relação a uma coisa que não podemos reduzir a um só nível. Se a sexologia estuda o sexo, a crise pode estar reduzida à mínima expressão, porém se a sexologia estuda a sexualidade a crise é uma consequência inevitável a se ter em conta. A sexualidade é dinâmica por definição, estamos permanentemente confrontados a mudanças internas, sócias, pessoais, íntimas, familiares, etc.

Mas existe uma outra crise a ter em conta: a crise das disciplinas. As ciências se dividem, *grosso modo*, em dois tipos diferentes: as rígidas e as brandas. As experimentais e as outras; as que pregoam uma objetividade e as que falam da subjetividade. A confrontação entre as duas está dada pelo poder como recurso frente a seus limites. A sexualidade está encostada das segundas, o sexo da primeira.

## A fecundidade da crise pessoal

Consideramos a *crise* como o processo potencialmente inevitável com uma *descontinuidade permanente* e como consequência necessária do reencontro

<sup>10</sup> "o desenvolvimento atual da sexologia acompanhe-se de uma crise do pensamento e da prática sexológicas". DUPRAS, A. (1986). Le fin de la sexologie clinique et le debut de l'histoire de la sexologie. *Psychothérapies*, n° 1, pp. 65-72.

com o outro.<sup>11</sup> Se a sexualidade é baseada sobre o reencontro do outro, na comunicação, seu estudo deve considerar a *crise* como situação *estruturante*. Sustentemos que é prejudicial para a compreensão do fenômeno não considerar a teorização da crise, possível produto de todo reencontro<sup>12</sup>. Pode-se reconhecer que, em todo trabalho que toca a sexualidade como processo de inter-relação, está incluído um processo de crise. Este é disfarçado com os recursos metodológicos, as sublimações diversas, a rica produção literária, etc. Tudo isto, são os exemplos categóricos das situações de crise. Cada uma delas necessita um reconhecimento particular, sempre negociável, mas necessário.

3º questão: Recursos que podem ser utilizados (o respeito da alteridade)

### Código de ética da FLASSES

Artigo 7: Problemas e conflitos pessoais: código de ética da Flasses: Os problemas e conflitos pessoais das/os profissionais não devem interferir na eficácia dos tratamentos; se ocorrem, devem apartar imediatamente da situação e/ou dos/as pacientes o consultantes e, enviá-los de imediato ao Comitê de Ética.

A sexualidade nasce pela alteridade, existindo alteridade existe sexualidade. O filósofo Emmanuel Lévinas escreve:

que a relação ética com o outro implica uma dimensão de responsabilidades mediada pela palavra [...] Para esse filósofo preocupado com a questão de alteridade, o sujeito é responsável que o outro, aquele a quem se fala, seja por isso “previamente compreendido no seu ser (LÉVINAS, 2005).

Esta questão nos exige compreender que a sexualidade é um produto dado por uma soma de elementos. Nós destacamos os seguintes:

### A – A construção da realidade sexual

A realidade constrói-se tendo em conta dois eixos: o diacrônico e o sincrônico. Eles fixam os limites gerais espaço-temporais. Este par de eixos será delimi-

<sup>11</sup> «Admitamos, pois que as crises são uma das condições prévias e necessária da aparição das novas teorias e nós perguntemos agora como os cientistas reagem em sua presença». KUHN, 1983, p. 114.

<sup>12</sup> Nós propomos em nossa tese de doutorado uma oposição entre o paradigma da crise e o paradigma dos obstáculos.

tado particularmente pelo eixo individual que dá uma grande variabilidade a esta construção da realidade. Esta construção depende da interrelação permanente com o outro. Como efeito, a grande diversidade das respostas que se pode esperar dos pacientes se agrega a esta, não menos numerosa, as respostas dos terapeutas que atuam a partir de sua própria percepção da situação, a qual pode variar ao longo de sua própria vida.

## B – As posições em jogo

Devemos começar em aceitar que o vocabulário de nossa profissão tem muitas ambigüidades. Muitas delas fruto de nossa própria limitação conceitual. Além de ser uma preocupação teórica é também, um problema pragmático, dado que nossa profissão baseia-se na produção dos discursos sobre nosso tema de estudo. Por isso mesmo, lembremos que mesmo se a Organização Mundial da Saúde propõe um discurso teórico integrador da sexualidade. A prática dominante<sup>13</sup> não é, muitas vezes integradora, porque é uma prática que trata três temas diferentes: a *sexualidade/ o sexo/ o gênero*<sup>14</sup>.

## C – A inexistência do discurso neutro (asexualado / a-sexualizado)

Histórica e culturalmente nós aprendemos que existe um discurso neutro. Este, próprio da filosofia e das ciências, fala de um sujeito universal que representaria ao ser humano como tal. Uma tal crença se manifesta, ao nível do discurso, na redução das situações pela exclusão do subjetivo.

Há um discurso dominante que está associado ao masculino, (algumas vezes *machista*), que se manifesta, pareceria ser, à leitura da história<sup>15</sup>. Nossa civilização está fundada, deste modo, sobre uma filosofia construída pelos homens.

<sup>13</sup> Atualmente estamos «num contexto bem particular de medicalização dos comportamentos humanos, e em particular da sexualidade...». BAJOS, Et BOZON, 1999, pp. 34-37. Ver também MOYNIHAN, 2003, pp. 45-47. (www.bmj.com). Em definitiva parece que a gente “quer delegar à competência e às intervenções químicas a questão fundamental dos destinos das pulsões”, KEHL, 2002, p. 8-9.

<sup>14</sup> “O gênero é então normativo orientando a percepção do sexo (não se pode ser macho e fêmea) e hierárquico (o macho é superior á fêmea) através da prática compulsiva da heterossexualidade. É, pois performativo e indissociável das práticas sexuais apresentadas como normais”. LOWY Et ROUCH, 2003, p. 13.

<sup>15</sup> “O gênero é então normativo orientando a percepção do sexo (não se pode ser macho e fêmea) e hierárquico (o macho é superior á fêmea) através da prática compulsiva da heterossexualidade. É, pois performativo e indissociável das práticas sexuais apresentadas como normais”. LOWY Et ROUCH, 2003, p. 13.

Achamos que esta crença é o quarto sistema de exclusão do discurso<sup>16</sup>. O problema que apresentamos como hipótese-postulado é que este sistema de exclusão está presente no campo do estudo, clínica e pesquisa em sexualidade. Achamos que existe ainda uma tentativa de neutralização do ser sexuado / *sexualizado* para falar do sujeito. “Cada ser humano possui, como o tem demonstrado Georges Devereux, um modelo ‘modelo sexual de si’. Então, esses modelos sexuais de si, não são nem permutáveis, nem neutros (assexuados)”. (UHL, M. & BROHM, 2003, p. 56).

## Discussão

O presente trabalho foi orientado no intuito de propiciar as bases teóricas para defender os pontos éticos fundamentais numa prática da sexologia e sobretudo, para estimular uma reflexão sobre a necessidade que urge de implementar formações universitárias e solidificar a questão ética dos profissionais na área da sexologia.

Falamos no início deste trabalho que entendíamos a ética como uma tensão que tentava aproximar dois pontos afastados: o ideal e o real. Por isso, devemos compreender que o real de nossa sexologia atual é muitas vezes o resultado de um reducionismo genital. Fazer uma ciência que estude a sexualidade (para nós a sex-UALOGIA) implica questionar muitas coisas e apresentar outros critérios de validade. Apresentamos para a discussão quatro critérios para criar uma sexUALOGIA ou uma verdadeira sexOLOGIA:

### **Critérios necessários para a construção de uma sexologia baseada na sexualidade**

- a. A definição da especificidade do objeto de estudo sexualidade que é diferente do sexo;
- b. A teorização da crise como parte importante no processo em relação com a prática sobre a sexualidade;
- c. A impossibilidade de fazer a construção do campo/ objeto fora do campo/ objeto; (a necessidade da subjetividade como centro)
- d. A transdisciplinaridade.

Viola (2003)

<sup>16</sup> «Desde o começo da história patriarcal do Ocidente, a “mulher” não é mais que a matéria passiva na qual “o homem” tem podido dar forma em espiral sempre mais vertiginosa da universalidade abstrata: Deus, dinheiro, Phallus – a infinidade da substituição». JARDINE, 1991, p. 32.

Estes critérios só poderão ser validos se avançamos na formalização da profissão, mas para isso ainda falta muito que fazer. O sacrifício é enorme já que implica desfazer muito do realizado. É a forma para fixar bases que exijam uma ética dada por limites mais precisos.

Para que a sexologia seja realmente uma profissão, acreditamos na necessidade que esta ciência entre definitivamente na **Universidade**, deixando de ser “terra de ninguém” para converter-se em um território universitário. Isto não vai ao encontro da excelência de muitos profissionais que trabalham na área, mais vai de encontro aos limites que devemos defender em nosso território para estabelecer as responsabilidades sobre os danos que podem produzir nossos comportamentos terapêuticos. Por isso, é fundamental que a Ética tenha um lugar de suma importância. Na medida em que a Ética funcione existe um pilar essencial na construção de uma profissão.

Lembramos sempre que a pessoa que tem o poder científico sobre a sexualidade, diz-se daquele que é capaz de estabelecer pautas de comportamento para fixar formas de diagnóstico e tratamento, tem uma autoridade, produto de um poder que esteve por muito tempo associado a uma forma médica em considerar as patologias. Dessa forma o olhar médico tem um poder “que reside na faculdade que ela possui de impor ao grupo a autoridade de seu juízo e a superioridade de seu ponto de vista” (MAURIAC, 1990, p. 72).

Marcamos três exemplos dessa autoridade, onde os profissionais fixaram certos limites que produziram problemas sérios para a sexualidade:

- a. Tissot – a luta contra a masturbação.<sup>17</sup>
- b. Freud – sua interpretação do papel do orgasmo *clitoriano* e a posterior utilização desta hipótese pela psicanálise<sup>18</sup>.
- c. Masters & Johnson – a apresentação reduzida da sexualidade a partir de suas experiências no laboratório<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> Em 1759, este médico suíço publicou um tratado sobre a masturbação intitulada « De l'onanisme », que produz uma corrente de tratamentos contra este ato. Ver por mais detalhes o livro de STENGERS & VAN NECK, 1998.

«Há “(...) três grandes sistemas de exclusão que golpeiam ao discurso: a palavra proibida, a divisão da loucura e a vontade de verdade». FOUCAULT, 1971, p. 21.

<sup>18</sup> “Se quer-se compreender a evolução que converte à criança em mulher tem que seguir-se o caminho recorrido pela excitabilidade do clitóris”. FREUD, 1948, p. 821.

<sup>19</sup> “Não existe no modelo médico de sexualidade lugar para a idéia de que a ereção e o orgasmo são construções sócias que recebem uma significação através da personalidade, a relação, os valores, as expectativas, a experiência vital ou a cultura”. TIEFER, 1996, p. 268.

A questão ética é importante porque os profissionais da sexualidade não são os produtores do prazer, como podem ser as profissionais e os profissionais do sexo. Os profissionais da sexualidade são aqueles que fomentam todas as possibilidades que fazem com que as pessoas não sofram pela alteridade, pela inserção cultural de suas diferenças, pela compreensão difícil dos processos de comunicação, de inter-relação e da procura do amor como sinônimo do encontro com o outro, onde o prazer é uma parte importante.

Não esqueçamos, também, que o trabalho em sexualidade ainda necessita muita pesquisa, não é a certeza o motor que movimenta muitos de nossos tratamentos e sugestões. Ao lembrar isto, devemos ter certeza que os seguintes princípios, que surgiram pela primeira vez no Código de Nuremberg em 1947, podem ser úteis a ter em conta como uma guia eficaz:

- A. O princípio de respeito das pessoas, porque elas são autônomas;
- B. O princípio de beneficência, a exigência de não produzir dano;
- C. O princípio de justiça, que os custos não sejam maiores que os benefícios.

Achamos que a ética e a sexualidade ainda é um caminho não pesquisado adequadamente. Talvez seja própria das ciências que tem uma carga muito grande de subjetividade<sup>20</sup>.

Levando em conta que “não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Esta longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão” (FREIRE, 2000, p. 37).

Temos um desafio muito grande: evitar a transgressão para que todos e todas possam desfrutar suas livres, conscientes e decididas transgressões.

---

<sup>20</sup> Ver o caso da psicologia, por exemplo, em FIGUEREIDO, L. C. M. (2004). Revisitando as psicologias. Petrópolis: Editora Vozes. BOURGUIGNON começa seu livro afirmando que na psicologia “a questão ética é mantida a distancia, algumas vezes vivida como uma posta em questão suspeitosa, quando essa questão não é separada como sendo sem objeto”. (BOURGUIGNON, 2003, p. 5).

## Referências bibliográficas

- ANNON, J. The PLISSIT model: A proposed conceptual scheme for the behavioral treatment of sexual problems. **Journal of sex education and therapy**, 2 (2), 1-15, 1976.
- BAJOS, N. & BOZON, M. La sexualité à l'épreuve de la médicalisation: o Viagra. **Actes de a Recherche en Sciences Sociales**, nº 128, 1999, pp. 34-37.
- BOURGUIGNON, O. **Questions éthique en psychologie**. Belgique: Mardaga, 2003.
- BRANDT, R.B. **Teoría ética**. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1982.
- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, A. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.
- CLAVREUL, J. **L'ordre médical**. Paris: Seuil, 1978.
- CROZIER, I. La sexologie et la définition du "normal" entre 1860-1900 IN: LOWY, I. & ROUCH, H. La distinction entre sexe et genre. **Cahiers du Genre**, n 34. L'Harmattan: France, 2003.
- De VILLERS, G. L'histoire de vie como méthode clinique. **Cahiers de la section des sciences de l'éducation de l'Université de Genève**, N° 72: Penser la formation, 1993, pp. 135-155.
- DUPRAS, A. Le fin de la sexologia clinique et le debut de l'histoire de la sexologie. **Psychothérapies**, nº 1, 1986, pp. 65-72.
- FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.
- FIGUEREIDO, L.C.M. **Revisitando as psicologias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREUD, S. **Obras completas** – volumen I. Capitulo VII. Una teoria sexual. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1948.
- GIAMI, A. & DE COLOMBY, P. Profession sexologue? **Sociétés Contemporaines** N°41/42-2001, pp. 41-64
- IRIGARAY, L. **Ser dos**. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- JARDINE, A. **Gynésis, Configurations de la femme et de la modernité**. Paris: PUF, 1991.
- KEHL, M.R. **Sobre Ética e Psicanálise**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- KUHN, T. **La structure des révolutions scientifiques**. Paris: Flammarion, 1983.
- LÉVINAS, E. **Entre nós**. Ensaio sobre a alteridade. Editora Vozes: Petrópolis, 2005.
- LOWY, I. & ROUCH, H. **La distinction entre sexe et genre**. Paris: L'Harmattan, 2003.
- MARTUCELLI, D. **Grammaires de l'individu**. Paris: Folio essais, 2002.

- MAURIAC, N. **Le mal entendu/le Sida et les medias**. Paris: Plon, 1990.
- MOYNIHAN, R. The making of a disease: female sexual dysfunction. **British Medical Journal**. Vol 326, 2003, pp. 45-47.
- RAPPORT DU XVIIIIE COLLOQUE INTERNATIONAL DE SEXOLOGIE. **Réflexion sur une sexologie pluridisciplinaire**. Centre Cardinal Suenens, Louvain, 28-30 mai 1976.
- SNOEK, J. **Ensayo de Etica sexual**. Colombia: Ediciones Paulinas, 1991.
- STEICHEN, R. (1980). **La formation sexologique en médecine**. Rapport de la journée d'études de l'Institut des Sciences Familiales et sexologiques, «Formation et recherche en sexologie», Ecole de Santé Publique, Bruxelles: Université de Louvain, 1975.
- STEICHEN, R & SERVAIS, P. (dir.). **Identification et identités dans les familles. Individu? Personne? Sujet?** Academia Bruylant: Louvain-la-Neuve, 1998.
- STEICHEN, R. L'attitude prospective en anthropologie: o point de vue d'une anthropologie clinique d'inspiration psychanalytique. **Recherches Sociologiques**, Vol XXXII N° 1, 2001, pp. 55-75.
- STEICHEN, R. **Dialectiques du sujet et de l'individu : Clinique de la (dé) construction identitaire**. Louvain la Neuve: Academia Bruylant, 2003.
- TIEFER, L. **El sexo no es un acto natural y otros ensayos**. España: Edit. Thalassa, 1996.
- UHL, M. ; BROHM, J.M. **Le Sexe des sociologues**. La perspective. sexuelle en sciences humaines. Bruxelles: Ante Post, 2003
- VIOLA, F. **Parole-Sexualite-Discours**. Incompatibilité entre systèmes de représentation de victimes et intervenants dans des situations de viols à Tucumán. Proposition de paradigme transdisciplinaire d'une sexualogie", Tese doutoral, Université Catholique de Louvain, Belgique, 2003.

### **Bibliografia consultada**

- CAVALCANTI, R. & CAVALCANTI, M.. **Tratamento clínico das Inadequações sexuais**, São Paulo: Roca, 2006.
- LAQUEUR, T. **La fabrique du sexe: essai sur le corps et le genre en Occident**. Paris: Gallimard, 1992.
- STENGERS, J.; VAN NECK, A. **Histoire d'une grande peur, la masturbation**. France: Empecheurs De Penser En Rond, 1998.
- VAN RENSSLAER, P. **Bioethics: bridge to the future**, 1971.
- VIOLA, F. **La représentation da sexualité: tentative d'une définition intégrative et opérationnelle**. Trabalho de fim de estudos no «Institut d'études de la famille et de la sexualité». Louvain-la-neuve. Belgica. Inédito. 1997.
- VIOLA, F. **Thèse doctoral**. 2003.

## RESENHA DE LIVRO

## RESENHA

*Hugues Costa de França Ribeiro*

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). *Homossexualidade e Educação sexual: construindo o respeito à diversidade*. Londrina – PR: UEL, no prelo.

Mary Neide Damico Figueiró vem de longa data dedicando-se a formação de profissionais na área da educação sexual, na Universidade Estadual de Londrina -UEL. Nos últimos anos, tem publicado artigos e livros na área de educação sexual, fruto de suas experiências na condução de Grupos de Estudos de Educação Sexual (GEES). Mais recentemente, foi agraciada com recursos do Programa Brasil sem Homofobia, que subvenciona projetos para o combate a discriminação, aos preconceitos e a promoção da cidadania homossexual. Ao organizar esta publicação disponibiliza para educadores e outros profissionais na área da sexualidade, informações e reflexões que favorecerão lidar com a homossexualidade e a diversidade sexual com a atenção que merecem quando nos reportamos aos direitos humanos, inclusão social e democracia. Antecipei-me a publicação do livro pela UEL, ao ter acesso ao texto no segundo semestre de 2006, considerando importante chamar a atenção do seu conteúdo, em função da escassez de obras no Brasil que abordem esta questão, bem como pela maneira didática e clara com que torna disponível um espaço para reflexões de tema ainda envolto em preconceito e desinformação.

No Capítulo I “Diversidade Sexual: Reflexões Introdutórias” a autora vai esclarecer e situar a diversidade sexual na atualidade. Parte da afirmação geral de que nossa educação desde cedo nos faz internalizar que a heteronormatividade seria a única forma de duas pessoas se relacionarem afetiva e sexualmente. Entretanto, têm-se verificado que o desejo sexual não se manifesta de uma única maneira como aprendemos. Outras variantes podem ser encontradas, como por exemplo pessoas que sentem atração afetivo-sexual por pessoas do mesmo sexo ou de ambos os sexos.

Destaca que quando falamos em diferentes orientações sexuais estamos abordando um aspecto da diversidade sexual. Cita exemplos de diferentes formas de manifestação do desejo sexual, para a partir destes introduzir os conceitos de identidade de gênero e identidade sexual. Esclarece ainda que estas duas identidades, juntamente com a orientação sexual, integram, de maneira articulada, a identidade pessoal. Sinaliza que a questão da diversidade sexual será esclarecida através de depoimentos de educadores, de pessoas homossexuais e de pesquisadores de modo a que se possa compreendê-la e identificar formas mais positivas e humanizantes de se lidar com estas pessoas.

Em seguida segue-se o subtítulo “A Inserção da Universidade Estadual de Londrina no Programa Brasil sem Homofobia”. Neste tópico um breve relato de como a Universidade Estadual de Londrina –UEL passou a integrar um dos projetos financiados pelo Programa Brasil Sem Homofobia, a partir 2006, e cita dados de sua trajetória pessoal como orientadora, desde 1995, de Grupos de Estudos de Educação Sexual para educadores, profissionais da Educação, Saúde e Assistência Social para prepará-los em sua formação como educadores sexuais. Ainda neste subtítulo refere-se a seus primeiros contatos com a questão da homossexualidade e adverte que não é fácil compreender e aceitar a homossexualidade e a diversidade sexual, pelo desconforto que acompanha o tema e propõe questões aos leitores, de modo que possam refletir acerca de suas dificuldades pessoais em lidar com o assunto.

O Capítulo 2 intitulado “Diversidade Sexual: Subsídio Para a Compreensão e Mudança de Atitudes” inicia-se com o subtítulo “Histórias de Vida”. Neste a autora vai destacando questões importantes para se repensar a questão da homossexualidade, a partir de história de vida de pessoas homossexuais. Com base neste material questiona a visão da homossexualidade enquanto “opção”, destacando que a orientação homossexual não se trata de uma escolha propriamente dita, havendo apenas escolha no sentido de decidir viver o que se é; destaca que estudos demonstram que o sofrimento experimentado na vida de muitos homossexuais, não acontece em função da homossexualidade per si, mas sim pela forma com que o assunto é tratado pela sociedade, pela desinformação de pais, educadores e outros profissionais. Revisita o equívoco em se admitir que a escolha de brinquedos associados a um determinado gênero, contrário ao sexo biológico na infância, possa ser indicativa de futura orientação homossexual de forma generalizada.

Aproveita ainda para frisar que a homossexualidade ou a heterossexualidade não podem ser consolidadas na vida das pessoas a partir de fatores isolados, mas sim por um conjunto de fatores. Por último, destaca nas histórias de

vida de homossexuais desveladas, o despreparo de professores e religiosos diante da diversidade sexual. Coloca em relevo que através da educação sexual informal, podemos contribuir para perpetuar tabus, preconceitos e discriminações, destacando como podemos transmitir idéias negativas sobre o relacionamento afetivo-sexual de prostitutas, homossexuais masculinos e femininos e dos transgêneros ou contribuir para a promoção da cultura do reconhecimento da diversidade sexual. Sublinha o papel da escola na tarefa de educar sexualmente, já que é responsável pela formação integral do aluno, embora confirme a função primordial da família neste terreno. Estabelece como condições para que a educação sexual seja desenvolvida com êxito na escola ou em qualquer outra instituição: que se comece desde cedo no período da Educação Infantil e que se ofereça o “preparo” aos educadores tanto em sua formação inicial quanto em programas de educação continuada.

Nos subtítulo “Homossexualidade: Esclarecimentos Básicos” fornece informações científicas de modo a auxiliar os educadores e outros profissionais a lidarem e refletirem acerca de questões que ainda podem gerar dúvidas; descarta a possibilidade da homossexualidade enquanto “opção”, defende a utilização de “orientação” ao invés de “opção”; reafirma que a homossexualidade não é uma doença e reforça tal concepção através de pareceres de diferentes associações profissionais nos campos da Medicina, Psiquiatria e Psicologia; esclarece que a homossexualidade não é considerada crime pelo Código Penal Brasileiro e que os estudiosos preferem hoje usar a palavra homossexualidade ao invés de homossexualismo, já que o sufixo “ismo” pode dar a idéia de doença, como por exemplo no caso de alcoolismo e raquitismo. Prosseguindo refuta a idéia de que a pessoa nasce homossexual e defende a idéia de que a pessoa “se torna homossexual” devido a vários fatores. A ciência afirma que a homossexualidade é multideterminada e que a cultura, o relacionamento familiar e a história de vida de cada pessoa são fatores de peso, o mesmo se verifica com a heterossexualidade e a bissexualidade.

Advoga que o livro apóia-se na visão do construcionismo social acerca da concepção da homossexualidade em oposição à concepção essencialista. Defende ao invés da busca das causas da homossexualidade, que remete a visão de doença, que se assuma uma postura humanista de compreensão e respeito diante de nossos semelhantes, sem nos importarmos como se comportam em sua vida íntima.

Apresenta em seguida, segundo G. Sheely (1995, apud MÜLLER, 2000), os quatro momentos no processo de elaboração da orientação de uma pessoa homossexual identificando, aproximadamente, as idades em que costumam

ser experienciados: 1º) o sentir-se diferente; 2º) o conseguir entender em que consiste esta diferença; 3º) o reconhecer-se como sendo uma pessoa homossexual e 4º) o aceitar-se como sendo homossexual. Muitos homossexuais não atingem o estágio de aceitação pessoal. A autora destaca a importância do “assumir-se” como um dado fundamental para seu desenvolvimento psicológico e mental na fase adulta. Assumir-se é concebido como incorporando o conhecer-se, acolher seus sentimentos e amar a si próprio (MÜLLER, 200). Critica a associação que pode se fazer entre homossexualidade e comportamentos depravados, falta de caráter e personalidades perturbadas psicologicamente. Muitos homossexuais apresentam boa saúde mental, ajustamentos profissionais, sociais, pessoais e se consideram pessoas felizes.

Dando continuidade as informações consideradas importantes para se entender a questão da diversidade no universo homossexual masculino, apropria-se da classificação feita pelo Dr. Luiz Mott (do Grupo Gay da Bahia – GGB) – que me parece limitada para identificar os tipos de homossexuais masculinos, se é que podemos determinar com delimitação precisa tipos de homossexuais. Destaca outra forma de conceber de forma mais simples e concisa a diversidade sexual, que difere da proposta elaborada por Mott, que é apresentada por Edvaldo Souza Couto (1999) quando descreve cinco campos de denominações: homossexualidade, travestismo, transformismo, drag queen e transexualidade. A autora compara as duas classificações e apresenta a diferença entre ambas. Entretanto, destaca que não há consenso entre os teóricos na classificação da diversidade sexual, na definição das práticas sexuais e que elas não esgotam a possibilidade da existência de outras formas de exercício da sexualidade. Dá ênfase ao fato de que as classificações têm apenas finalidade didática e não devem ser tomadas como referencial para tratarmos as pessoas a partir de rótulos. Para complementar a questão da diversidade sexual descreve o tipo hermafrodita, além de apresentar as definições de homofobia e de heteronormatividade, sendo esta última a única forma aprovada e aceitável de relação afetivo-sexual entre as pessoas, concebida como um modelo superior em relação à homossexualidade.

Adiante apresenta trechos de publicações de diferentes autores, estudiosos da temática, que destacam vários tipos de conseqüências negativas sobre a vida de pessoas homossexuais geradas pelo preconceito, atitudes negativas de pais e educadores, pela intolerância e pela postura religiosa. Outro item abordado, e de grande interesse, são os tipos de atitudes diante da homossexualidade que podem ser manifestados pelas pessoas. Identifica diferentes tipos de atitudes diante da diversidade sexual: a pessoa que admite ser preconceituosa; a que diz que não tem preconceito mas respeita; a que diz que respeita

mas não aceita ou a que tolera, mas não aceita. Destaca ainda, diversos níveis de “relação pessoal” diante de questões polêmicas, que se aplica, perfeitamente, a homossexualidade. São elas: a atitude nazista; a atitude dogmática; a atitude preconceituosa; a atitude tolerante; a atitude respeitosa; a atitude aceitante e a atitude competente cultural. Apesar de apresentar esta classificação, de forma lúcida chama a atenção que esta divisão em níveis serve apenas para efeitos didáticos, já que pode haver superposição de atitudes, além de uma mesma pessoa poder apresentar atitudes variadas diante de uma questão, no decorrer de sua vida e em função de muitos fatores, esclarecendo sobre a dinâmica que envolve o processo.

Acrescenta ainda considerações acerca da conduta homossexual entre animais, com base na publicação de autoria de Bruce Bagemihl (1999), biólogo que durante dez anos pesquisou o comportamento sexual em animais (o cortejo, a afeição, a formação de casais, a criação de filhotes e o contato sexual). Bagemihl descarta por completo, entre outras descobertas, as conclusões feitas por outros estudiosos do assunto de que machos só se envolveriam em atividades sexuais com outros machos, quando não há fêmeas disponíveis. No entanto, a autora de forma adequada conclui que tais constatações podem ser tidas como interessantes, porém não podem ser utilizadas com a intenção de justificar o comportamento homossexual em humanos. Termina sua incursão pelo assunto com uma conclusão interessante proposta por Bagemihl, que acredita que o prazer pode ser a “causa” da homossexualidade, além de refutar a concepção da ciência tradicional de que animais não sintam o prazer sexual.

Para completar seu percurso na área da homossexualidade, já que a ênfase predominante até este ponto do livro dava destaque maior, a exemplos e histórias de vida que retratam a homossexualidade masculina, enfoca a questão do universo da homossexualidade feminina. Aponta estereótipos acerca das relações entre lésbicas, que são interpretadas como sendo “mal amadas” e chama a atenção para a forma caricatural que são representadas na mídia, quase sempre de maneira desqualificada. São, geralmente, apresentadas como infelizes, pois apesar da emoção que pode existir na relação, ainda persiste no imaginário popular a concepção de que a relação entre duas mulheres seria incompleta, pois há a ausência do “pênis”, pois o sexo só poderia ocorrer na junção pênis-vagina. Afirma que este tipo de atitude reflete uma concepção limitada do que seja a relação sexual, que envolve não apenas o coito, mas toque, gestos e movimentos realizados por corpos que se desejam. Chama a atenção que além das imagens caricaturais das mulheres lésbicas, frágil visibilidade e pouca consideração social que

lhes são dedicadas, destaca também o descaso com a saúde sexual reprodutiva de mulheres lésbicas e o preconceito de muitos ginecologistas, que passam a agir de forma discriminatória ou com surpresa diante da revelação da lesbianidade de uma paciente.

No penúltimo subtítulo do capítulo apresenta diversas falas de educadoras, coletadas durante os Grupos de Estudos sobre Educação Sexual (GEES) que aconteceram na UEL. Das falas extrai material que lhe permite realizar comentários e interpretações que podem ajudar a delinear as principais dificuldades e dúvidas verificadas entre educadoras para lidarem com a homossexualidade. Em relação às dúvidas dos educadores propõe reflexões ou oferece orientações por elas suscitadas.

Para finalizar o capítulo discorre sobre as abordagens que podem fundamentar os programas de educação sexual e o combate à homofobia (Médica, Pedagógica, Religiosa e Emancipatória). Defende a abordagem conceituada como Educação Sexual Emancipatória também conhecida como política, que permite perceber na educação sexual um compromisso na transformação social, propiciando discussões e reflexões sobre as relações de poder, criando condições para a aceitação das diferenças, respeito às diversidades, além da ênfase na preocupação com o bem-estar afetivo-sexual e com a felicidade das pessoas.

No III Capítulo intitulado “Diversidade Sexual: Elementos Para a Prática Profissional Educativa” e no IV “Múltiplos Olhares Sobre a Questão da Diversidade Sexual”, a autora reuniu textos de diversos profissionais, que têm se dedicado à atuação e a pesquisa em prol da diminuição dos preconceitos, e do combate à discriminação da homossexualidade e a diversidade sexual. Os textos abordam temas articulados que podem ajudar educadores e demais profissionais tanto a ampliar informações que possam favorecer sua atuação na área da educação sexual, quanto permitir reflexões acerca de questões diretamente relacionadas a diferentes contextos e perspectivas para a aceitação da homossexualidade e da diversidade sexual.



**SBRASH**  
*Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana*

### **SÓCIOS ANTIGOS**

ATUALIZAÇÃO DE DADOS E ANUIDADE

NOME: _____
ENDEREÇO: _____
TEL: (    ) _____
CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
SEXO: (    ) FEMININO (    ) MASCULINO
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____
PROFISSÃO: _____
ENDEREÇO COMERCIAL: _____
TEL: (    ) _____
E-MAIL: _____
BANCO: _____
CHEQUE Nº: _____
DATA DE EMISSÃO: ____/____/____

OBSERVAÇÃO: DATILOGRAFAR OU PREENCHER EM LETRAS DE FORMA.

#### **PAGAMENTO DA ANUIDADE:**

ATRAVÉS DE CHEQUE CRUZADO NOMINAL À SBRASH OU POR DEPÓSITO IDENTIFICADO COM O NOME DO FILIADO (informe-se do valor da anuidade e número da conta pelo e-mail: [sbrash@sbrash.org.br](mailto:sbrash@sbrash.org.br)).

#### **IMPORTANTE:**

- É IMPRESCINDÍVEL QUE NOS SEJA ENVIADA (CORREIO OU FAX), A FICHA DE ANUIDADE ACOMPANHADA DE XEROX DO COMPROVANTE DO DEPÓSITO, POIS O BANCO NOS INFORMA APENAS OS VALORES DEPOSITADOS, SEM INFORMAR QUEM FOI O DEPOSITANTE.
- NÃO ACEITAMOS DOC, VALE POSTAL OU QUALQUER OUTRA FORMA DE PAGAMENTO QUE NÃO A ESCRITA ACIMA.

#### **SBRASH**

CAIXA POSTAL 28236 – CEP 01234-990 – SÃO PAULO-SP. TEL.: (11) 3662-4501 – SITE: [www.sbrash.org.br](http://www.sbrash.org.br)  
E-MAIL: [sbrash@sbrash.org.br](mailto:sbrash@sbrash.org.br)



## **NOVOS SÓCIOS**

### PROPOSTA DE INSCRIÇÃO

NOME: _____
ENDEREÇO: _____
TEL: (    ) _____
CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
SEXO: (    ) FEMININO (    ) MASCULINO
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____
PROFISSÃO: _____
ENDEREÇO COMERCIAL: _____
TEL: (    ) _____
E-MAIL: _____
ATIVIDADE PROFISSIONAL LIGADA À SEXUALIDADE HUMANA: _____
_____
FORMAÇÃO ACADÊMICA (GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, OUTROS TÍTULOS): _____
_____
_____
REFERÊNCIAS PROFISSIONAIS (PREFERENCIALMENTE SÓCIOS DA SBRASH): _____
1) _____
2) _____
OBS.: _____
_____
_____

#### **IMPORTANTE:**

• SUA PROPOSTA DEVERÁ SER ENVIADA PELO CORREIO, JUNTAMENTE COM AS CÓPIAS AUTENTICADAS DOS PRINCIPAIS TÍTULOS PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS.

#### **• NÃO ENVIE PAGAMENTO**

• A PROPOSTA SERÁ AVALIADA PELA SECRETARIA GERAL. A SBRASH ENVIARÁ A RESPOSTA POR CORRESPONDÊNCIA, ORIENTANDO A FORMA DE PAGAMENTO.

#### **SBRASH**

CAIXA POSTAL 28236 – CEP 01234-990 – SÃO PAULO-SP. TEL.: (11) 3662-4501 – SITE: [www.sbrash.org.br](http://www.sbrash.org.br)

E-MAIL: [sbrash@sbrash.org.br](mailto:sbrash@sbrash.org.br)